

Universidade de Lisboa



Relatório da Prática de Ensino Supervisionada

O TRABALHO COOPERATIVO NO ENSINO DA ECONOMIA NUMA TURMA REDUZIDA DO 11.ºANO

Susana Vieira Pinto Gomes Castro

Mestrado em Ensino de Economia e Contabilidade

2012

Universidade de Lisboa



Relatório da Prática de Ensino Supervisionada

O TRABALHO COOPERATIVO NO ENSINO DA ECONOMIA NUMA TURMA REDUZIDA DO 11.ºANO

Susana Vieira Pinto Gomes Castro

Orientadora: Professora Doutora Luísa Cerdeira

Mestrado em Ensino de Economia e Contabilidade

2012

RESUMO

Criatividade, flexibilidade, responsabilidade, cooperação, consciência crítica e autonomia entre outras, são competências essenciais que facultarão condições ao aluno para ser parte integrante e incrementadora do processo de construção do conhecimento, numa sociedade em acelerada evolução.

O ensino da economia só fará sentido se for potenciador do conhecimento e da reflexão crítica da sociedade em que vivemos, atendendo a que a finalidade do económico é o social, criando atitudes éticas e sociais que apoiem uma intervenção refletida e efetiva.

As competências sociais que se pretendem desenvolver e aplicar com maior ênfase na implementação da aprendizagem cooperativa no ensino, baseada na teoria socioconstrutivista de Vygostky, são a responsabilidade, autonomia e cooperação.

A aplicação da aprendizagem cooperativa foi planificada e implementada na prática pedagógica de quatro aulas numa perspetiva qualitativa, numa turma reduzida do 11.º ano de Economia A, no pressuposto de que os grupos de aprendizagem cooperativa devem proporcionar a promoção do desenvolvimento cognitivo e social dos alunos, não como dois mundos isolados, mas sim vinculados num objetivo comum, o desenvolvimento pessoal e social do aluno.

Salienta-se o enriquecimento de conhecimentos, o desenvolvimento e aplicação de competências atitudinais e cognitivas, e a ambição criada, no desenvolvimento da prática pedagógica.

Palavras chave: Aprendizagem Cooperativa, Competências, Responsabilidade, Autonomia e Ensino de Economia

ABSTRACT

Creativity, flexibility, responsibility, co-operation, critical consciousness and autonomy among others, are essential skills that will provide conditions to the student to be part of an important complement and development in the method of structure Knowledge, within a society in rapid progress.

The teaching of economics will only make sense if it turns out to be the leverage of knowledge and critical reflection of the society we live in, once the purpose of the economical is the social, building up ethical and social positions which will support a thoughtful and real intervention.

The social qualifications which are intended to be developed and applied with great emphasis in the fulfillment of cooperative learning in teaching, based on the social constructivist theory of Vygostky, are: responsibility, autonomy and co-operation.

The new cooperative learning was planned and implemented in the pedagogical practice of four lessons, given with a qualitative perspective to a reduced class of the 11th form-Economy A, in the hope that cooperative learning groups would provide the cognitive and social development of the students, not as two isolated worlds but linked in a common purpose-the student's personal and social development.

The fulfillment of knowledge, the development and the application of responsible attitude and cognitive competences , as well as, the acquired ambitions in the development of the pedagogical practice, must be pointed out.

Keywords: Cooperative learning, Skills, Responsibility, Autonomy and Teaching Economics.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Luísa Cerdeira, ao Prof. Dr. Tomás Patrocínio e a todos os professores e colegas por todo o apoio, acompanhamento e esclarecimento ao longo deste crescente processo de enriquecimento pessoal e profissional.

À professora Maria João Pais pela sua dedicação e disponibilidade incansáveis e às alunas que se revelaram sempre disponíveis e com vontade de aprender, tornando possível implementar a prática pedagógica planificada.

À professora Maria da Luz Oliveira, que fruto do seu incentivo e confiança, fez este projeto uma realidade concretizável.

À minha colega, coordenadora e amiga, professora Isabel Santos, que se disponibilizou e prontificou em todo o processo.

À minha família, que acreditou sempre que o meu sonho era possível.

“Para uma verdadeira estrela, os sonhos são aquilo em que acreditam e os medos são simples desafios.

A mais autêntica de entre todas as estrelas é a que toca os outros com o seu encanto, é a que ajuda e partilha, é a estrela da humildade e do trabalho, é a estrela do respeito e da dedicação, é a que sonha e que faz sonhar” Mário Augusto (2006)

INDÍCE

RESUMO.....	2
ABSTRACT.....	3
AGRADECIMENTOS.....	4

ÍNDICE.....	5
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. ENQUADRAMENTO	8
3. PROBLEMÁTICA DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA E METODOLOGIA.....	12

PARTE I – CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DAS AULAS LECIONADAS

4. CONSTRUTIVISMO SOCIAL E APRENDIZAGEM COOPERATIVA.....	14
5. AMBIENTE DE APRENDIZAGEM/MOTIVAÇÃO.....	25
6. GESTÃO DA SALA DE AULA.....	28
7. A APRENDIZAGEM COOPERATIVA E AS TIC.....	30

PARTE II – A CONCRETIZAÇÃO LETIVA

8. CARATERIZAÇÃO DA ESCOLA E DA TURMA.....	32
9. O ENSINO DA ECONOMIA NO ENSINO SECUNDÁRIO.....	40
10. PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	48
11. SÍNTESE REFLEXIVA E PROPOSTAS DE INVESTIGAÇÃO.....	73

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77
--	-----------

LISTA DE ANEXOS.....	79
-----------------------------	-----------

ANEXO A – PLANIFICAÇÃO DA UNIDADE DIDÁTICA	
ANEXO B – PLANIFICAÇÃO DAS AULAS LECIONADAS	
ANEXO C – RECURSOS, MATERIAIS DIDÁTICOS E GRELHAS DE AVALIAÇÃO	
ANEXO D – DIÁRIO DE CAMPO E INQUÉRITOS	

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório de prática de ensino supervisionada foi realizado no âmbito da unidade curricular de Iniciação à Prática Profissional IV do Mestrado em Ensino de Economia e Contabilidade.

O ponto de partida foi o enquadramento e a contextualização que sugeriram a prática pedagógica, seguido pela enunciação da problemática e da metodologia, pelo que se passa a dividir o relatório em duas partes distintas:

Parte I – Contextualização teórica da prática letiva.

Inicia-se com uma exploração teórica do Sociostrutivismo de Vygotsky, seguida de uma caracterização da Aprendizagem Cooperativa, onde são explicados os elementos essenciais, a formação dos grupos, os recursos materiais e os principais métodos.

Dado o impacto que proporcionam na Aprendizagem cooperativa, procedeu-se a um aprofundamento da temática da criação de ambientes de aprendizagem produtivos, da gestão da sala de aula e da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na Aprendizagem Cooperativa .

Foi assim criado um quadro teórico de suporte para a prática pedagógica.

Parte II – Concretização letiva.

Tal como o título sugere passou-se à prática letiva propriamente dita.

A prática pedagógica foi feita numa turma do 11.º ano da Escola Secundária Josefa de Óbidos, constituída por seis alunas, na disciplina de Economia A.

A caracterização da escola e da turma foram o resultado da observação e das aulas lecionadas em Introdução à Prática Profissional III onde ficaram evidenciadas as características únicas e motivadoras da prática profissional a implementar.

Dada a sua pertinência para a prática letiva com sucesso, fez-se uma fundamentação crítica sobre o que é proposto, o que se faz e o que se poderia fazer valorizando a aprendizagem cooperativa no ensino da economia no ensino secundário, respondendo às perguntas: Aprender economia para quê? O que ensinar de economia? e, Como ensinar economia?

A planificação e a realização das aulas foram suportadas pela junção da contextualização teórica presente na primeira parte do relatório com a fundamentação teórica anterior, tendo como objetivo responder à pergunta: *“Como é que a Aprendizagem Cooperativa numa turma reduzida de Economia A do 11.º ano promove*

o desenvolvimento de competências atitudinais e cognitivas presentes no Programa de Economia A do Ministério da Educação?”

A implementação da Aprendizagem Cooperativa na prática letiva foi descrita pormenorizadamente, tal como a avaliação e as conclusões.

No final é feita uma reflexão crítica de todo o processo descrito anteriormente no sentido de melhorar o desempenho da prática pedagógica e são propostas questões para investigação futura.

2. ENQUADRAMENTO

Os conhecimentos, as competências e as aptidões de uma população são fatores fundamentais para a obtenção de inovação, produtividade e competitividade da sua economia e, consequentemente, crescimento da mesma. Estas premissas servem de base orientadora das políticas educacionais para a identificação dos conhecimentos e das competências que os jovens/alunos necessitam para a sua vida adulta (AASL Learning Standards, 2007).

A crise económica e as rápidas transformações sociais, tecnológicas e demográficas que temos vindo a vivenciar, trouxeram um contexto mais complexo e imprevisível. Esta sociedade em mudança exige uma constante adaptabilidade aos cidadãos, assim é necessário hoje dotar os nossos jovens/alunos de um maior leque de competências mais genéricas e transversais (Conselho (Educação) da União Europeia, 2001:5-6).

Neste sentido, no final do ano de 2006, o Conselho e Parlamento Europeu adotaram um quadro europeu de competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida. Este quadro identifica e define quais as competências essenciais que todos os cidadãos necessitam para ter êxito, realização pessoal, inclusão social, cidadania ativa e empregabilidade nesta sociedade em mudança (Conselho (Educação) da União Europeia, 2001:7).

A estas competências chamamos de – Competências do Século XXI.

Assim, num contexto de transversalidade, são apresentadas as competências para o século XXI, baseadas nos artigos *Standards for the 21st Century Learner* e *EnGauge 21st Century Skills Literacy in the Digital Age*:

Adaptabilidade/ capacidade para lidar com a complexidade

A interação numa sociedade complexa e acelerada requiere ao indivíduo estar apto para planificar, executar e gerir novos percursos. No sentido de compreender e monitorizar causas e efeitos é necessário ter em conta contingências, antecipar mudanças e compreender as interdependências dos sistemas (American Association of School Librarians, 2000 citada por Lemke 2002:17). A gestão dos recursos (tempo, espaço e materiais) é cada vez mais imprescindível para a execução de uma estratégia bem-sucedida:

- Flexibilidade e adaptabilidade à mudança,
- Iniciativa e autonomia: gerir objetivos e tempo, independência no trabalho;
- Autonomia na sua aprendizagem.

Curiosidade, criatividade e atitude

Durante a era industrial, foi esperado dos trabalhadores e estudantes que seguissem ordens e procedimentos tecnicistas. Atualmente, é esperado que se adaptem e ajustem a ambientes transitivos e, sobretudo, que mantenham a sua curiosidade acerca do mundo e como

ele funciona e que estejam adequadamente informados, mantendo o desejo de aprender continuamente (Lemke, 2002:17).

Segundo Bransford (1999, citado por Lemke, 2002:18):

“There is a corresponding relationship between the amount of experience in a complex environment and the amount of structural change in the brain – in other words, learning organizes and reorganizes the brain.”

O capital intelectual é um recurso de extrema importância para uma nação. Os alunos precisam de desenvolver confiança e motivação para, enquanto cidadãos, ingressarem autonomamente na sua aprendizagem, exploração e pensamento crítico. Este percurso que é exigido aos alunos de hoje implica correr riscos, experienciar sucessos e fracassos, resolver problemas, inventar novos produtos e descobrir tendências (Lemke, 2002:19). De acordo com o mesmo autor, os alunos precisam que a escola seja um espaço onde eles se sintam seguros para partilhar ideias, refletir e discutir perspetivas e com isso aprender novas coisas, acima de tudo, uma escola onde possam desenvolver:

- A criatividade e inovação, no sentido de pensar e trabalhar criativamente com outros e implementar inovação;
- O pensamento crítico, sendo capaz de adequar o tipo de pensamento às diferentes situações, através de sistemas estruturantes do pensamento que o permitam tomar decisões;
- A comunicação e colaboração: comunicar com clareza e colaborar com outros.

Pensamento a nível superior e bom senso

As competências relacionadas com o pensamento são a fundação das competências necessárias para uma atuação sólida do indivíduo quando integrado num emprego. A estas competências podemos associar o pensamento criativo, perspetivar, pensamento crítico, tomar decisões com base em informação, resolução de problemas concretos através do uso tecnológico, saber aprender e bom senso (Lemke, 2002:19).

O bom senso começa com uma cuidada definição e clarificação do problema que surge, depois avança para um processo de aprendizagem acerca dos conteúdos, passando por refinamento, e só no final a resolução desse problema. Para que este processo seja bem-sucedido é necessário ter literacia tecnológica (processadores de texto, web, ferramentas de design, etc.), pois requer a capacidade de encontrar, decodificar e avaliar a informação, verificar fontes, resolver situações de conflito e encontrar equilíbrio (Committee on Information Technology Literacy, 1999 citado por Lemke, 2002:19) . Em suma, um indivíduo deve ser capaz de realizar:

- A aplicação efetiva da tecnologia no seu dia-a-dia;
- Uma análise e compreensão das mensagens dos Media;
- A criação de produtos para os Media;
- O acesso, avaliação, uso e gestão da informação.

Interação social e cultural

As telecomunicações trazem para a sociedade a capacidade de comunicar em tempo real. Esta realidade transformou as empresas e possibilitou a entrada de novos especialistas para a tomada de decisões, agora necessariamente mais complexas, eficazes, efetivas e num período de tempo concreto (Lemke, 2002:20).

Referindo a SCANS Report (1991 citada por Lemke 2001:20) atualmente, para se ser bem-sucedido, é necessário trabalhar em equipa e em colaboração, assim, numa empresa, as responsabilidades projetais são frequentemente divididas por grupos ou indivíduos. Uma colaboração bem-sucedida depende na capacidade de estabelecer estrategicamente a divisão de tarefas de acordo com capacidades de cada membro da equipa, contudo assegurando que cada um tem noção do projeto enquanto um todo, no sentido de perceber a pertinência e expectativa sobre cada uma das partes.

Segundo Lemke (2002:20) a informação tecnológica (*e-mail*, fax, vídeo e áudio conferências, etc.) pode desempenhar um papel importante na forma como os indivíduos colaboram entre si, não só como facilitadora do processo de trabalho, mas também porque requerem uma maior atenção aos detalhes do que numa interação presencial, desta forma privilegia-se:

- Interação com outros e com equipas diferenciadas;
- Comunicação através da tecnologia.

Responsabilidade social e pessoal

Lemke (2002:21) refere que na era tecnológica, surgem por vezes dilemas éticos, nomeadamente referentes à privacidade, propriedade intelectual, direitos de autor, segurança, encriptação, spam e o livre discurso no mundo da internet – “*Just because we can do something (as a result of technology), doesn't mean we should*”, segundo Wenky (1985, citado por Lemke, 2002: 21) O facto da tecnologia de informação e comunicação ser cada vez mais persuasiva na sociedade, faz com que os cidadãos precisem futuramente de gerir o seu impacto nas suas vidas, ou seja:

- Reconhecer a importância da informação numa sociedade democrática;
- Praticar um comportamento ético relativo ao tratamento de informação;
- Participar efetivamente em grupos para processar e gerar informação.

Produtividade e responsabilidade

De acordo com Lemke (2002:23) o nível de complexidade frequentemente presente na sociedade atual requer aos trabalhadores e estudantes uma cuidadosa planificação, gestão do trabalho e antecipação das contingências, assim como, implica concentração nos objetivos do projeto a desenvolver, isto é:

- Liderança e orientação de outros;

–Ser responsável pelos outros.

Para tal, o indivíduo deve ser capaz de escolher as ferramentas apropriadas à tarefa que está a desenvolver e aplicá-las em situações concretas de forma a acrescentar valor significativo com a sua performance. Segundo Henton (2000, citado por Lemke, 2002:23) existem três tipos de conhecimento relevante para a economia atual: “*know-what, know-how, and know-who*” e acrescenta “*What really matters most in the new economy is Know-how e know-who*”.

Para desenvolver as competências anteriormente enumeradas, os alunos deverão adquirir rotinas e treino de competências como a cooperação, a responsabilidade e a autonomia – essência da aprendizagem cooperativa. Tal como Kay (2007:40) sistematiza as competências essenciais para os jovens são o pensamento crítico, a resolução de problemas, a inovação, a boa comunicação, a colaboração, a literacia da informação e *media*, a visão global e abrangente, a responsabilidade cívica, a literacia financeira e económica.

Pelo que se decidiu implementar a metodologia de Aprendizagem Cooperativa como forma de busca de respostas, a um conjunto de problemas aplicados aos conteúdos em estudo, de forma a potenciar o desenvolvimento das competências anteriormente enumeradas.

3. PROBLEMÁTICA DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA E METODOLOGIA

No 1.º semestre do segundo ano do Mestrado de ensino de Economia e Contabilidade, na unidade curricular de Introdução à Prática Profissional III, fez-se o primeiro contato com a escola enquanto espaço físico e educativo, observou-se aulas do professor cooperante e procedeu-se à prática letiva, dando continuidade à preparação feita no primeiro ano de Introdução à Prática Profissional, onde foi privilegiado o contato com a prática letiva centrado em questões relacionadas com as aprendizagens do aluno e com as práticas dos professores, perspectivadas em termos das suas vertentes letivas e não letivas.

A recolha de dados foi feita através da observação das aulas da professora cooperante, prática letiva e a caracterização da escola e da turma, através da consulta do site da escola, visita guiada, contatos informais e dois inquéritos às alunas. Com os dados do primeiro inquérito foi feita a caracterização da turma. O segundo inquérito foi aplicado após a prática letiva e com os dados do mesmo fez-se a análise do ambiente de aprendizagem criado pela professora cooperante na sala de aula.

Os dados recolhidos evidenciaram tratar-se de uma turma de seis alunas com comportamentos equilibrados e interesses condizentes com a sua idade, nenhuma aluna tinha necessidades educativas especiais e todas tinham um desempenho positivo na disciplina. A professora cooperante criava um ambiente de sala de aula produtivo, descontraído e agradável, utilizando estratégias diversificadas, excetuando o trabalho de grupo. Não existiam problemas de indisciplina.

O diário de bordo (anexo E) reflete as informações, descrições de factos e reflexões recolhidas em IPPIII.

Perante uma turma “sem problemas” surgiu a oportunidade única de experimentar algo que os professores geralmente consideram pouco comum numa turma reduzida – a Aprendizagem Cooperativa.

Os professores mais experientes afirmam que é difícil implementar a Aprendizagem Cooperativa e uma das razões apontadas, é a dificuldade em organizar atividades para um número elevado de alunos mantendo a ordem dentro da sala de aula.

Desta forma, foi feita uma pesquisa exploratória, análise de conteúdo e síntese bibliográfica sobre a Aprendizagem Cooperativa, a construção do conhecimento, a prática letiva e a dinâmica da sala de aula e definiu-se o fio condutor:

“Como é que a Aprendizagem Cooperativa numa turma reduzida de Economia A do 11.º ano promove o desenvolvimento de competências atitudinais e cognitivas presentes no Programa de Economia A do Ministério da Educação?”

A pergunta de partida espelha o que se pretende estudar. Nesta primeira fase o problema foi identificado. (Quivy & Champenhoudt,1998:35).

As exigências da sociedade atuais complementadas com as competências que se pretendem desenvolver com o ensino da Economia deram corpo à problemática.

No presente relatório pretendeu-se efetuar uma descrição e interpretação da prática de ensino supervisionada, com vista à sua melhoria, sendo adequada a abordagem qualitativa – *“...metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais”* e *“...pode ser incorporada na prática educativa...pelos indivíduos (professores,..) que têm contato direto...para se tornarem mais eficazes...”*(Bogdan e Biklen,1994:284-286).

A abordagem qualitativa promove a mudança, sendo a investigação pedagógica o instrumento privilegiado para que ela ocorra tanto nos professores como no meio.

A utilização pedagógica da investigação qualitativa surgiu como uma possibilidade de reflexão e de recolha de dados relativos à prática pedagógica utilizando a estratégia da aprendizagem cooperativa, dado o contato direto que o investigador/professor teve com a realidade a estudar.

A abordagem qualitativa exige que os investigadores desenvolvam empatia para com as pessoas que fazem parte do estudo e façam esforços concertados para compreender os vários pontos de vista. Tal facto, é dificultado por o investigador participar na investigação. Bogdan e Biklen (1994:284), propõem um maior rigor na observação e na recolha de informação, por um lado, e por outro lado a neutralização das imagens estereotipadas.

Pelo que foram construídos instrumentos para a recolha de dados, procedendo-se ao tratamento dos dados, retirando-se conclusões e reflexões.

Na investigação presente neste relatório, optou-se por um método que organizasse todo o processo de seleção, recolha e tratamento da informação – método intensivo, da experiência de ensino Para tal, aprofunda-se a informação recolhida e valoriza-se o sentido que os agentes sociais conferem à sua própria ação.

PARTE I – CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DAS AULAS LECIONADAS

4. CONSTRUTIVISMO SOCIAL E APRENDIZAGEM COOPERATIVA

Lev Vygotsky (1896 – 1934), psicólogo russo, desenvolveu uma teoria assente nas influências do meio sociocultural no desenvolvimento cognitivo. O conjunto dos seus princípios é chamado “Construtivismo Social” ou “Socioconstrutivismo”. Tal como para Piaget, para Vygotsky, o conhecimento é construído pela própria pessoa, mas, para este último teórico, são as interações sociais que desempenham o papel fundamental no desenvolvimento cognitivo e cultural.

Segundo Fonte & Freixo (2004:16), Vygotsky (1978) “ênfatiza a importância do contexto sociocultural no significado atribuído às atividades do indivíduo” pois para o autor, “o ambiente e os indivíduos interagem constantemente e encontram-se vinculados por uma relação dialética que os torna interdependentes, admitindo que os processos psicológicos mais elevados têm origem na cultura e na atividade social.” Atendendo ao exposto, desenvolver atividades em contexto sociocultural promove a interação e consequentemente o desenvolvimento do pensamento formando uma teia de conhecimentos adquiridos. O autor acrescenta que: *“a memória lógica, a atenção voluntária e o pensamento, não se desenvolvem em indivíduos isolados, mas em pares ou em grupos maiores” “são portanto processos mentais culturais ou sociais(...) e são objeto de atenção consciente e mediados por instrumentos e símbolos culturais”*.

Um dos conceitos mais importantes, no socioconstrutivismo de Vygotsky, é o de Zona de Desenvolvimento Proximal, que assenta na ideia de que existe uma zona de desenvolvimento potencial no indivíduo, que está dependente da ação ou interação com os outros. Bessa & Fontaine (2002:56 citando Vygotsky, 1978:86) esclarecem *“Esta zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que se encontram em processo de maturação”*.

A Zona de Desenvolvimento Proximal é a diferença entre as funções e atividades que o indivíduo consegue realizar sozinho e aquelas que consegue realizar com a ajuda dos outros: *«Quer se trate de construção / investigação ou reconstrução / aprendizagem, a construção do conhecimento faz-se frequentemente, e no caso que nos interessa, com a ajuda de outros, especialmente do professor e/ou do orientador de investigação, mas também dos co-aprendizes e/ou colegas de investigação, exercitando competências que ainda não se possuem, naquilo a que se convencionou designar por Zona de Desenvolvimento Proximal.»* (Costa Pereira, 2006:470)

A Aprendizagem Cooperativa assenta no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, que Vygotsky define como *a distância entre o nível de desenvolvimento atual tal*

como é determinado pela solução independente dos problemas, e o nível de desenvolvimento potencial tal como está determinado pela solução de problemas com a ajuda de um adulto ou em colaboração com colegas mais capacitados (Aguado, 2000:136 citando Vygotsky, 1934:86).

A Aprendizagem Cooperativa baseada na teoria socioconstrutivista de Vygotsky, realça a importância das atividades sociais em grupo para a promoção da aprendizagem.

Aprendizagem cooperativa

A aprendizagem cooperativa é o resultado de várias correntes do pensamento pedagógico, remonta à Grécia Antiga, tendo sido desenvolvida no início do século XX por John Dewey que defendia que a sala de aula deveria refletir a sociedade. O professor deveria criar nos ambientes de aprendizagem um sistema democrático, envolvendo os alunos na pesquisa de problemas sociais e interpessoais importantes, através da constituição de pequenos grupos de resolução de problemas, nos quais através da interação diária aprendiam a agir com base nos princípios democráticos. (Arends, 1999:365).

Pujolàs (2001:73) define a aprendizagem cooperativa como uma estratégia que considera a heterogeneidade de alunos dentro de uma turma e em que a aprendizagem personalizada será privilegiada, se os alunos cooperarem para aprender, em detrimento de uma aprendizagem individual.

Bidegáin (1999:28) refere que *cooperar para aprender*, é o pilar da aprendizagem cooperativa – realizar com os outros uma tarefa que não se pode realizar individualmente, mas para isso são necessárias condições e satisfazer princípios básicos para que a aprendizagem seja efetivamente cooperativa:

–O professor é um mediador que planifica a atividade, intervém de acordo com o que observa, proporciona atividades e distribui tarefas;

–O aluno é o protagonista que sabe qual é o ponto de partida, tem consciência dos seus progressos e interage com todos os elementos do grupo;

–A sala é o cenário onde se realiza a aprendizagem cooperativa, proporciona tarefas para cooperar e mostra os resultados da cooperação;

–O grupo cooperativo resolve a tarefa, privilegia o êxito grupal, facilita a aprendizagem de todos os elementos do grupo.

Da comparação feita com alunos em salas de aula competitivas e cooperativas por Morton Deutch (1949), conclui-se que um grupo competitivo tendia a criar: 1. Alunos com níveis mais altos de ansiedade; 2. Alunos que se subestimavam a si próprios e ao seu trabalho; 3. Alunos com atitudes menos favoráveis em relação aos colegas, e 4. Alunos com um baixo sentido de responsabilidade em relação aos outros (Sprinthall & Sprinthall, 1993:516).

Johnson & Johnson (1999a:23-24) referem as vantagens da Aprendizagem Cooperativa relativamente às outras metodologias (competitiva e individualista) evidenciadas em estudos efetuados: *os elementos do grupo cooperativo desenvolvem maiores esforços para conseguirem um bom desempenho; aumentam as relações positivas dentro do grupo cooperativo, e os elementos do grupo apresentam maior saúde mental*

Segundo Slavin a vantagem desta abordagem é a redução da competição destrutivista e competitiva (Sprinthall & Sprinthall., 1993:582).

A aprendizagem cooperativa resulta de uma estratégia pedagógica especializada na aprendizagem personalizada, conquistada pela cooperação entre todos os membros de um grupo, sendo que cada membro do grupo maximiza a sua própria aprendizagem bem como a aprendizagem de todos os membros do grupo, evitando uma aprendizagem individualista e competitiva, e que permite atingir mais espontaneamente o sucesso educativo individual e coletivo (Bessa & Fontaine, 2002:44).

A eficiência do grupo, como organização social, passa pelo cumprimento das tarefas que lhes foram destinadas, na sua constituição e manutenção, e pelo desenvolvimento e ajuda dos elementos que o constituem. O grupo é mais do que um conjunto de elementos (Maskill & Race, 2005 in Costa Pereira, 2007:459-460).

É frequente ouvir os professores dizerem que fizeram trabalho de grupo na sua sala de aula, e realmente os professores sentam muitas vezes os alunos em grupo, mas estes não trabalham em grupo - os alunos trabalham individualmente nas tarefas propostas e não discutem entre si, nem tão pouco partilham ideias e materiais, não cooperam. Yániz (2003:3/20) defende que existe uma diferença fulcral entre agrupar e estruturar a cooperação entre alunos, pelo que a aprendizagem cooperativa não é simplesmente sentar os alunos em grupo, e distribuir tarefas, que muitas vezes acabam por ser realizadas por um membro, ou então por quem acaba primeiro e que ajuda os outros, não passando de um trabalho individual e possivelmente de uma partilha de recursos.

Citados por Pujolàs (2001:75), Johnson & Johnson (1999 a) referem que na base da estrutura da aprendizagem cooperativa está presente as seguintes componentes essenciais que não atuam isoladamente, mas sim de uma forma interdependente:

- Interdependência positiva;
- Interação estimulante frente a frente;
- Responsabilidade individual;
- Atividades interpessoais e de grupo;
- Avaliação do grupo.

Através da implementação de estratégias específicas de divisão de tarefas na diferenciação de papéis, atribuição de recompensas, estabelecimento de objetivos comuns para

todo o grupo e realização de um único produto, cria-se uma dependência mútua entre os elementos do grupo, gerando a interdependência positiva (Marreiros, 2001:102).

Sem interdependência positiva, não há cooperação, o compromisso criado pela interdependência positiva proporciona o sucesso dos outros, para além do próprio (Johnson & Johnson 1999a:21). Esta componente é fundamental no grupo, todos os elementos do grupo trabalham responsabilmente nas tarefas que lhes foram destinadas e estão conscientes que se um falhar, não é o próprio que falha mas sim o grupo.

Existe uma dupla responsabilidade num grupo cooperativo, por um lado aprender o que o professor lhe ensina e por outro lado procurar que todos aprendam o mesmo. Pujolàs (2001:76) citando Putnam (1993) e Johnson & Johnson (1994) resume do seguinte modo: todos os alunos *navegam no mesmo barco* e sabem que *se salvam juntos ou se afundam juntos*.

A responsabilidade pessoal e o compromisso individual são a segunda componente essencial da aprendizagem cooperativa. Cada elemento do grupo é responsável pelas tarefas que lhe foram atribuídas e cada grupo é responsável pelas aprendizagens que lhe foram solicitadas. Há uma responsabilização individual através da avaliação de cada elemento e a avaliação do grupo é o produto destas avaliações. Não há lugar a oportunistas.

Com esta metodologia pretende-se que os alunos possam desempenhar sozinhos no futuro as tarefas que lhes foram propostas em grupo, tanto a nível cognitivo como atitudinal (Johnson & Johnson 1999a:21).

Uma das finalidades da aprendizagem cooperativa, segundo Pujolàs (2001:137), é promover a formação de pessoas mais sólidas e coerentes nos seus direitos e deveres.

A terceira componente da aprendizagem cooperativa é a interação estimulante frente a frente presente pelo facto de os alunos estarem sentados em grupo proporcionando um contacto visual e verbal constante, favorável ao encorajamento e persistência nos esforços de cada um dos elementos do grupo, de modo a alcançarem os esforços do grupo (Marreiros, 2001:102).

Para desenvolver as competências sociais necessárias nos alunos para funcionar como parte de um grupo cooperativo, o professor tem que ensinar aos alunos algumas competências sociais e grupais – quarto componente essencial da aprendizagem cooperativa.

Pujolàs (2001:79) considera que cada aluno tem que ser responsável pela tarefa que lhe foi atribuída, pelo que deve utilizar e desenvolver eficazmente um conjunto de competências sociais e de pequeno grupo que permitam que:

- Todos os elementos se conheçam e confiem uns nos outros;
- Dentro do grupo haja um diálogo aberto, direto;
- Todos os elementos do grupo respeitem as diferenças individuais e se apoiem uns aos outros;
- Resolvam de forma construtiva os eventuais conflitos que surjam dentro do grupo.

Citando Pujolás (2001:79) *as competências sociais e de pequeno grupo não aparecem de forma mágica quando necessitamos delas*. As competências sociais têm que ser trabalhadas sistematicamente para que os alunos as desenvolvam e as utilizem no trabalho de grupo, proporcionando maior rendimento e aproveitamento do seu grupo.

A quinta e última componente essencial da aprendizagem cooperativa é a avaliação grupal. Com esta avaliação pretende-se verificar as atitudes positivas e negativas do grupo na concretização dos objetivos do mesmo, atendendo às regras previamente definidas (Johnson & Johnson 1999a:22). Pelo que a mesma deve ser sistemática e periódica, permitindo a reflexão do grupo e a oportunidade de mudança de comportamentos e atitudes (Pujolás, 2001:79).

As componentes essenciais anteriormente explanadas são realmente essenciais para o sucesso do trabalho de grupo cooperativo. Não é fácil trabalhar em grupo com sucesso, nem tão pouco se nasce a sabê-lo, pelo que, como refere Putnam (1993) citado por Pujolás (2001:82), a cooperação não ocorre de forma automática, requer tempo e trabalho. Aprende-se. Requer uma aprendizagem (Fraile, 1998:16).

Segundo Johnson & Johnson (1999a:17) em função da atividade que se vai desenvolver podem-se criar vários tipos de grupos de aprendizagem na sala de aula, estes grupos de aprendizagem podem ser:

1- *Grupo de Pseudoaprendizagem*: os alunos trabalham juntos mas não manifestam qualquer interesse em fazê-lo.

2- *Grupo de Aprendizagem Tradicional*: grupo formado com base numa relativa homogeneidade do rendimento académico dos seus elementos e é muito fechado.

3- *Grupo de Aprendizagem Cooperativa*: o grupo é cooperativo quando se verificam as características essenciais defendidas por Johnson & Johnson (1999 a:17-18). A motivação para a aprendizagem cooperativa passa pela explicação do professor do modo de funcionamento dos grupos, alertando para o facto de que o sucesso de qualquer elemento do grupo ocorre se e só se os outros elementos também o tiverem; o rendimento do grupo depende do esforço de cada um dos seus elementos. se um falhar todo o grupo falha.

A eficácia da realização da tarefa proposta é função da responsabilização de cada elemento do grupo. A interajuda, a partilha de informação e conhecimentos, o incentivo, o apoio tanto escolar como pessoal, estão sempre presentes pois o objetivo do grupo é maximizar a aprendizagem de todos os seus elementos, independentemente das suas capacidades. Segundo Fraile (1998:28-29) todos devem ajudar um elemento com maiores dificuldades, não devem ignorá-lo ou substituí-lo, pois o menor desempenho de um elemento afeta o grupo.

Os grupos de aprendizagem analisam e discutem sistematicamente a sua eficácia e o desempenho de cada um dos seus elementos com a aspiração da melhoria contínua.

Fraile (1998:27) apresenta as condições que um grupo deve ter para ser cooperativo:

–Estruturação dos objetivos de modo a que só se possam atingir através da colaboração e participação de todos os elementos do grupo;

–Partilha dos recursos e materiais bem como os seus conhecimentos;

–Consciencialização de que o êxito do grupo depende do êxito ou resultado conseguido por cada elemento do grupo.

O elevado grau de estruturação num grupo cooperativo reflete-se nos papéis ativos dos seus elementos e nos processos democráticos presentes na execução de tarefas com um objetivo comum, o sucesso de todos (Marreiros 2001:102).

4- *Grupo de aprendizagem de alto rendimento*: o elevado nível de compromisso que todos os elementos do grupo assumem para o êxito do grupo é a diferença que se observa entre este grupo de aprendizagem e o referido anteriormente.

Fruto da investigação realizada, Johnson & Johnson (1999a:19) propõem uma curva de desenvolvimento do grupo de aprendizagem que evidencia que o rendimento de qualquer grupo de trabalho depende da forma como está estruturado. Reforçando a ideia que é condição necessária mas não suficiente os alunos sentarem-se em grupo, para que o grupo seja cooperativo. É responsabilidade do professor, na sala de aula, integrar os alunos em grupos de aprendizagem, fazer a avaliação, e intervir para aumentar eficácia da aprendizagem proporcionando e reforçando as componentes essenciais que são o pilar da cooperação.

A formação dos grupos não é consensual na aprendizagem cooperativa, todavia Johnson & Johnson (1999b:50) defendem que é vantajosa a formação de um grupo heterogéneo, uma vez que proporciona um aumento no conflito de ideias, perspetivas e métodos da resolução de problemas, provocando maior desequilíbrio cognitivo estimulando a aprendizagem, a criatividade e o desenvolvimento cognitivo e atitudinal; e facilita o pensamento mais elaborado, os alunos dão e recebem explicações, aumentando a qualidade de raciocínio e o rigor da retenção a longo termo.

Um meio de certificar a heterogeneidade do grupo é usar em simultâneo os critérios de género, nível de rendimento na disciplina, origem sociocultural, e presença de determinadas competências pré definidas pelo professor.

A dimensão do grupo depende do tipo de atividade a realizar e do nível de competências já adquirido pelos alunos. Kagan (1994:4-2) refere que em grupos de quatro elementos a participação ativa é melhor conseguida, porque muitas vezes em vários métodos promove-se o trabalho em pares dentro do grupo; em grupos de três elementos frequentemente só interagem dois elementos marginalizando-se um deles e num grupo de quatro elementos será possível encontrar diferenças de desenvolvimento que potenciam maior progresso baseado na interação.

Johnson & Johnson (1999b:41) defendem quanto *mais pequeno for o grupo, melhor*, dada a facilidade de observação dos comportamentos e atitudes, pelo que os elementos tomam uma atitude mais responsável, uma vez que facilmente serão confrontados pelo professor, promovendo uma aprendizagem mais ativa. Um maior número de elementos num grupo origina uma maior diversidade de opiniões, maior número de interações e maior exigência na concretização das componentes essenciais da aprendizagem cooperativa. Sintetizando o número de elementos por grupo depende de vários fatores nomeadamente da idade dos alunos, da experiência que têm em trabalho de grupo e dos objetivos definidos.

A distribuição dos alunos em grupos pode ser feita ao acaso, ou deixando que os alunos se agrupem a seu gosto ou os grupos são formados pelo professor. Na primeira e segunda hipótese não há qualquer garantia relativamente à heterogeneidade do grupo. A formação do grupo pelo professor é a melhor hipótese, o professor decide quem trabalha com quem, garantindo à partida a inexistência de elementos monopolizadores. Assim sendo, o conhecimento prévio da turma revela-se vantajoso e facilitador na criação de um grupo equilibrado, fomentando a aprendizagem cooperativa (Johnson & Johnson 1999b:50).

A duração do grupo deverá ser a suficiente para que os elementos desenvolvam as competências cooperativas para atingir um bom resultado. Johnson & Johnson (1999b:50) esclarecem que os alunos devem permanecer no grupo o tempo necessário para que este ganhe identidade.

A aprendizagem cooperativa prevê a atribuição de papéis diferenciados a cada um dos elementos do grupo, para que estes saibam o que é esperado deles, e possam valorizar-se dentro do grupo. Os elementos do grupo além de terem a responsabilidade de realização das tarefas exigidas na atividade, também têm que desempenhar uma função específica dentro do grupo. Esta é uma forma eficiente de desenvolver o trabalho conjunto e produtivo (Johnson & Johnson 1999 a citados por Fontes & Freixo, 2004:45).

A redução da probabilidade de alguns alunos assumirem no grupo uma posição passiva ou dominadora dentro do grupo, a garantia que todos os elementos do grupo adquiram as técnicas básicas da aprendizagem cooperativa, e a criação de uma interdependência entre todos os elementos do grupo como resultado da distribuição aos diferentes elementos do grupo de papéis complementares e interligados são algumas das vantagens da atribuição de papéis dentro do grupo de aprendizagem cooperativa (Johnson & Johnson, 1999a:13).

Os professores devem alertar os alunos para a importância de exercerem o papel que lhes foi atribuído e evidenciar que todos os papéis são importantes e rotativos ao longo tempo e atividades. Não há hierarquia de responsabilidade nos papéis, a distribuição de papéis não tem

qualquer semelhança com a atribuição de um porta-voz ou líder de grupo, prática corrente nos grupos não cooperativos.

Fraile (1998:40-41) define duas categorias de papéis segundo a sua função: 1) *papéis que favorecem a integração dos alunos dentro do grupo* (promotores da criação de um clima favorável) e 2) *papéis que favorecem o desenvolvimento das tarefas* (promotores da planificação e eficácia no desempenho das tarefas) .

Na primeira categoria incluem-se os seguintes papéis:

Observador/Comentador: regista e anota o desempenho de cada um dos elementos do grupo para a execução da tarefa, anota e apresenta os progressos realizados pelo grupo.

Facilitador de Comunicação: coordena toda a atividade do grupo, assegura que todos compreendem as instruções, orienta a elaboração de todo o plano de trabalho e estimula a participação de todos os elementos do grupo;

Conciliador: previne e concilia os possíveis conflitos que possam surgir dentro do grupo, encoraja e felicita o trabalho de todos os elementos;

Verificador: regista as respostas do grupo e arquiva todo o material que o grupo produziu;

Intermediário: solicita, quando necessário, ajuda ao professor para a resolução de situações mais difíceis.

A segunda categoria abrange os papéis:

O que gere o tempo, os recursos e os ruídos; controla o tempo e lembra os prazos para a realização das tarefas propostas, faz a previsão do tempo necessário para a execução de cada etapa do trabalho e controla o ruído e o tom de voz;

O que coordena o grupo; mostra a relação entre as diferentes opiniões e sugestões e coordena as diferentes atividades, está atento à interação entre os diferentes elementos do grupo, procura harmonizar os conflitos que possam surgir, mantém a comunicação entre todos os elementos do grupo;

O que recolhe a informação; é responsável por manter atualizado e de fácil acesso os materiais necessários para o trabalho, desde o dossier de documentação ao material necessário à apresentação. Procura os materiais que o grupo decidiu serem necessários, faz contactos e algumas pesquisas complementares à informação recolhida;

O que avalia o grupo; avalia o desempenho de cada elemento do grupo na execução das diferentes tarefas bem como faz a avaliação do trabalho realizado pelo grupo;

O que faz as anotações; anota as sugestões, regista as discussões e as conclusões, é a *memória do grupo*;

O que estimula a participação; encoraja a intervenção, de todos os elementos do grupo, estimula a participação e promove a integração de todos os elementos do grupo e encoraja comportamentos positivos;

Os elementos dos grupo devem ser conhecedores das características e tarefas específicas de cada papel, podendo um aluno desempenhar mais do que um papel (Fraile, 1998:42).

O papel do professor na aprendizagem cooperativa adquire uma dimensão diferente, Fraile (1998:43) considera-o mais complexo do que numa aula tradicional.

Bidegáin (1999:38-39) resume as funções do professor na aprendizagem cooperativa em:

- Mediador: organiza as atividades, o material, a aula e os grupos, distribui tarefas;
- Observador: intervém de acordo com as dificuldades, dinamiza a cooperação, valoriza o processo de resolução e cooperação;
- Facilitador: favorece a tomada de decisões, cede progressivamente o controlo das atividades.

A preparação do trabalho cooperativo, ainda que as competências a desenvolver sejam distintas em função das atividades solicitadas, exige sempre segundo Fraile (1998:34-35) atingir os seguintes objetivos: favorecer um clima de confiança e respeito em que os alunos se sintam suficientemente seguros para correr o risco de aprender e praticar novas competências; permitir que cada aluno se sinta valorizado como membro do grupo, e favorecer a eficácia da aprendizagem dos conteúdos académicos através da interação social.

Na literatura especializada são descritas várias estruturas diversificadas de construção de atividades de aprendizagem cooperativa: STAD (Students Team Achievement Divisions); TGT (*Teams-Games Tournaments*); Co-Op Co-Op; Controvérsia Académica; JigSaw; Grupos de Investigação; TAI (*Team Assisted Individualization*) e Tutoria Entre Iguais (Bessa & Fontaine, 2002; Fontes & Freixo, 2004; Murdoch & Wilson, 2008).

O método de aprendizagem cooperativa STAD (Students Team Achievement Divisions) foi desenvolvido por Slavin na década de 70, numa atividade em que os alunos trabalham em conjunto criando modos de interdependência responsabilizando os elementos pelo seu sucesso e do grupo. Os procedimentos para a sua implementação em sala de aula, segundo Pujolàs (2001:86) e Bessa & Fontaine (2002:68-69) são: a formação de grupos heterogéneos de 4 ou 5 elementos; a apresentação do tema à turma dando as explicações que achar convenientes; o trabalho em grupo durante algumas aulas, no qual se colocam questões, comparam-se as diferentes respostas, clarificam-se conceitos, elaboram-se esquemas

aumentando desta forma, a informação, a interajuda no sentido de que todos os elementos contribuíram para a aprendizagem do conteúdo abordado; a elaboração de uma síntese daquilo que aprenderam e registo no caderno diário; a avaliação individual através de testes de conhecimento sendo-lhes atribuída uma pontuação de melhoria.

O método Co-op Co-op foi apresentado por Johnson & Johnson (1999b:53), tendo sido proposto por Kagan (1988), numa atividade em que cada grupo é responsável por um tema a desenvolver. Dentro do grupo, a cada elemento é distribuído um subtema que será sujeito a uma investigação e organização individual, partindo da informação fornecida pelo professor e recolhida pelo próprio aluno. Os elementos apresentam ao grupo o resultado da sua investigação, fazendo no grupo a integração dos subtemas trabalhados, relacionando-os de forma a que a apresentação global seja mais do que a soma das investigações individuais. A apresentação global do tema é da responsabilidade do grupo, desde a gestão do tempo, à criação de interesse nos outros grupos e debate de ideias. No final da apresentação o professor poderá fazer um resumo dos conteúdos tratados (Slavin, 1995:119-122).

Os restantes métodos de atividades de aprendizagem cooperativa, mencionados anteriormente, também têm características próprias e únicas, no entanto optou-se por estudar o STAD e o Co-op Co-op, por parecerem ser os mais apropriados à prática pedagógica a realizar.

A Aprendizagem Cooperativa é vantajosa tanto para o aluno como para o professor (Fraile,1998:30):

Para o aluno, este autor considera que os efeitos positivos da aprendizagem cooperativa se podem reunir em duas categorias:

A – Efeitos da Aprendizagem Cooperativa ao nível das competências cognitivas:

- maior produtividade e rendimento;
- desenvolvimento do pensamento crítico e criativo;
- aquisição de competências cognitivas superiores e estratégias cognitivas de nível elevado;
- desenvolvimento de uma linguagem mais elaborada nos debates e na troca de informação entre os grupo.

B – Efeitos da Aprendizagem Cooperativa ao nível das competências atitudinais:

- aumento da autoestima e valorização pessoal;
- aumento do interesse e da motivação induzida pelos processos interpessoais criados dentro do grupo;
- aumento das expectativas futuras que têm por base a valorização das capacidades e esforços apresentados;
- desenvolvimento de uma comunicação eficaz e positiva;

- desenvolvimento da responsabilidade individual perante o grupo e a sua própria aprendizagem;
- integração dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

Para o professor, as vantagens derivam da promoção de uma aprendizagem ativa, desenvolvimento da autoestima e das relações interpessoais, que permitem atingir com maior facilidade e, simultaneamente, os objetivos propostos quer a nível cognitivo, quer a nível pessoal e social. Tal como foi referido anteriormente, no papel do professor por Bidegáin, o professor quando assume o seu papel de facilitador, incentivador e observador, permite uma grande flexibilidade e criatividade na sua função de formador e educador.

Joaniquet (2004:1) refere que a aplicação da Aprendizagem Cooperativa não é a solução para todos os problemas, mas enriquece o professor e alunos com estratégias de interação positiva promovendo uma aprendizagem mais significativa a uma melhor socialização.

5. AMBIENTE DE APRENDIZAGEM PRODUTIVO / MOTIVAÇÃO

Um ambiente de aprendizagem produtivo em sala de aula é caracterizado por ter um clima geral em que os alunos têm sentimentos positivos sobre si, os colegas e a turma enquanto grupo; estruturas e processos onde as necessidades dos alunos são satisfeitas de forma a que eles persistam nas tarefas escolares e trabalhem cooperativamente com o professor e entre eles; e um contexto onde os alunos adquirem as competências interpessoais e grupais indispensáveis para cumprir as exigências da vida na sala de aula (Arends,1999:110).

O contexto da turma é influenciado pelo clima, características, estruturas e processos.

Relativamente ao clima da sala de aula, espírito ou atmosfera geral da sala de aula, Lewin citado por Arends (1999:110), refere que as interações entre as necessidades dos indivíduos e as condições ambientais são fatores-chave na explicação do comportamento humano. Os grupos turma segundo Getzels e Thelen (1960), citados por Arends (1999:110), apresentam como características, o grupo ter sido formado para aprender, os participantes serem, na sua maior parte, selecionados ao acaso e é-lhes exigido que sejam membros de um grupo e a liderança formal ser, por lei, do professor.

Pelo que o modelo dos grupos de sala de aula dos autores anteriores apresenta duas dimensões:

Dimensão pessoal – o comportamento em sala de aula é determinado pelo resultado das necessidades, motivos e atitudes individuais e independentemente do seu papel institucional;

Dimensão social – o comportamento em sala de aula é determinado pelas expectativas partilhadas (normas) que fazem parte dos papéis institucionais. A interação na sala de aula é o resultado de pessoas individualmente motivadas respondendo umas às outras num contexto social.

As características da sala de aula, segundo Doyle, (1979) citado por Arends (1999:111) enquadram-se num contexto de sala de aula como sistemas ecológicos em que os habitantes (professores e alunos) interagem dentro do seu meio (sala de aula). Sendo os seguintes aspetos distintos que ajudam a moldar o comportamento: Multidimensionalidade; Simultaneidade; Contiguidade; Imprevisibilidade; Notoriedade e Historicidade.

Os processos da sala de aula promovem climas de sala de aula positivos, quando os professores ensinam aos alunos competências interpessoais e processos grupais e ajudam a turma a desenvolver-se enquanto grupo. (Schmuck & Schmuck, 1988 citados por Arends 1999:112).

Segundo os mesmos autores, os processos de grupo que quando trabalhados, uns em relação aos outros, produzem um clima de sala de aula positivo são as expectativas, a liderança,

a atração, as normas, a comunicação e a coesão. Sendo influenciados pela ação do professor e podem ser alterados de forma a construir ambientes de sala de aula mais produtivos.

O comportamento na sala de aula é, parcialmente, uma resposta às estruturas e exigências do ambiente da sala, ou seja, os princípios que modelam determinadas lições e comportamentos durante essas aulas.

As estruturas de sala de aula são estáveis, por tradição, mas podem ser alteradas pelo professor. Segundo Arends (1999:114) na sala de aula, durante as atividades de aula, existem quatro tipos de estruturas:

Estruturas da tarefa - influenciam os pensamentos e as ações dos participantes na turma e ajudam a determinar o grau de cooperação e envolvimento dos alunos.

Estruturas de participação – determinam “quem pode dizer o quê, quando e a quem” Cazden (1986).

Estruturas de recompensa – podem ser: Competitivas; Individualistas; Cooperativas Slavin (1983).

Estruturas de orientação – Especificam o tipo de interdependência pretendido entre os alunos e entre estes e o professor. Johnson e Johnson (1975, 1987) definem 3 tipos diferentes de estruturas de orientação: Orientadas para a cooperação; Orientadas para a competição; De orientação individualista.

As estruturas de orientação e de recompensa estão no centro da vida na sala de aula. O modo como os professores organizam as estruturas de orientação e recompensa determina que tipos de objetivos são atingidos e como as trocas ocorrem.

A investigação feita sobre o efeito do comportamento dos professores nos alunos (Dewey, 1916; Lippitt e White, 1939 citados por Arends, 1999:117), refere que existem relações importantes entre o comportamento dos professores, o envolvimento do alunos e a aprendizagem. Os alunos, em geral, reagem mais positivamente e persistem em tarefas escolares em salas de aula caracterizadas por processos democráticos, por oposição aos autoritários.

A investigação feita sobre o efeito do comportamento dos alunos uns nos outros e nos professores (Coleman, 1961; Copeland, 1980), diz-nos que a influência na sala de aula não emana apenas do professor: os alunos influenciam-se uns aos outros e também o comportamento do professor.

A construção de ambientes de aprendizagem produtivos -“ *...locais onde os alunos tenham atitudes positivas para consigo e o seu grupo de turma e onde demonstrem um elevado nível de motivação para o sucesso e envolvimento nas tarefas escolares..*” (Arends,1999:121), depende do modo como os processos e estruturas são desenvolvidos e mantidos pelo professor. As estratégias para esta construção passam pela motivação dos alunos.

A motivação é algo que ativa e orienta o comportamento, é uma das forças importantes que orienta as ações dos alunos e é interior à pessoa. Não pode ser observada.

Segundo a Teoria da Hierarquia das Necessidades – McClelland (1958), as pessoas são motivadas para agir e investir energia com 3 objetivos: Sucesso, Afiliação e Influência. A Teoria da Atribuição – Weiner (1974,1979) diz-nos que o modo como as pessoas *percecionam* e *interpretam* as causas dos seus sucessos ou fracassos é o principal determinante da sua motivação para o sucesso, mais do que as experiências precoces imutáveis. A experiência de fluxo – Csikszentmihalyi (1990), refere que o “Estado de experiência ótima” – momentos da vida das pessoas em que vivenciam um envolvimento e uma concentração totais, e fortes sentimentos de prazer. “Agente e ação tornam-se num só” – a participação é sustentada devido à motivação intrínseca em vez de extrínseca. As escolas e os professores que conseguem estruturar as aprendizagens de modo que os alunos fiquem totalmente envolvidos e vivenciem o fluxo, irão habilitar os alunos a sobressair na aprendizagem escolar e social (Arends 1999:122-123).

Hunter (1982) citado por Arends (1999:125), refere que os fatores motivacionais que os professores podem alterar e controlar são: Sucesso; Tonalidade afetiva; Objetivo da sala de aula e estruturas de recompensa; Atender aos motivos de influência e afiliação; Interesse; Conhecimento dos resultados; Nível de preocupação. Estes fatores interagem entre si, aumentando a motivação do aluno para aprender, nenhum fator é mais importante do que o outro.

Arends (1999:129) refere que a junção entre os aspetos cognitivos e sociais da aprendizagem é feita através do discurso na sala de aula, uma vez que, é com ele que as normas são estabelecidas e a vida em sala de aula é definida.

6. GESTÃO DA SALA DE AULA

As funções do professor passam pela planificação das aulas, definição do tempo para cada atividade de aprendizagem, utilização do espaço da sala de aula e implementação de estratégias para um ambiente de aprendizagem produtivo. O discurso deve ser aberto e honesto, o professor deve procurar motivar os alunos e a turma deve funcionar como grupo.

A gestão da sala de aula e a instrução estão interligadas/relacionadas, no ensino é impossível separar totalmente as funções de gestão e instrução (Arends, 1999:185).

A gestão da sala de aula é o desafio mais importante para os professores principiantes. Gerir uma sala de aula, não é um fim em si mesmo, é uma das funções do papel de liderança do professor.

Cada estratégia utilizada em sala de aula tem o seu próprio sistema social e as suas exigências próprias que influenciam o comportamento do professor. As exigências comportamentais para trabalhar em grupo são diferentes das exigências para trabalharem sozinhos.

Brophy e Putnam (1979) Evertson e Emmer (1982) citados por Arends (1999:186), defendem que a gestão preventiva passa por uma boa planificação e adequada à sala de aula, a tomada de decisões sensatas acerca do tempo/espaço e a utilização de diferentes estratégias de instrução.

O professor deve procurar criar um ambiente aprendizagem ordeiro e lidar com os comportamentos dos alunos, uma vez que tal como referem Dunkin e Biddle (1974) citados por Arends (1999:186), a capacidade de gestão da sala de aula, turma e aprendizagem influi na reputação entre colegas, entre a autoridade escolar e entre os alunos.

Segundo Arends (1999:186-190) a investigação sobre a manutenção da ordem na sala de aula tem três orientações principais:

-Ecologia da sala de aula e os processos de grupo – Kounin (1970), Doyle (1979) e Carter (1984) – refere-se diretamente, ao problema do controlo da sala de aula e dos procedimentos de gestão do grupo. A função principal do professor é planificar e orquestrar atividades de grupo bem concebidas e sem problemas. Cooperação e envolvimento do aluno é importante para a aprendizagem. Ações ou comportamentos inadequados dos alunos que perturbam, logo exige uma intervenção rápida e discreta do professor.

-Ensino eficaz – Emmers (1982) e Evertson (1983) – influenciados pela Teoria Comportamental e Orientação ecológica. O objetivo é identificar os comportamentos dos professores eficazes o que implica grande envolvimento dos alunos com as atividades de aprendizagem. Existem fortes relações entre o comportamento dos alunos ocupados com a tarefa e uma série de comportamentos dos professores

-Ênfase no indivíduo – Dreikurs (1968), Grey (1968), Glasser(1969), Canter e Canter (1976)- centra-se no aluno individualmente. Realça a centralidade dos acontecimentos externos na determinação dos comportamentos. Recomenda intervenções específicas e procedimentos disciplinares (reforçadores positivos e negativos) promovendo a responsabilidade do comportamento no aluno.

O professor para gerir de uma forma eficaz a sala de aula deverá ter em atenção, por um lado a gestão preventiva da sala de aula, em que é importante estabelecer rotinas para a gestão eficaz, no princípio do ano letivo, sendo abordagens preventivas: estabelecimento e ensino de regras e procedimentos, prevenir comportamentos desviantes com tranquilidade, orquestração das atividades da sala de aula durante períodos instáveis e desenvolvimento da responsabilidade dos alunos, e por outro lado, a gestão do comportamento inadequado e perturbador, com confiança e segurança exercendo influência interpessoal nos alunos (Arends, 1999:207).

A planificação antecipada e a boa gestão das atividades em sala de aula, constituem ferramentas para a prevenção do comportamento inadequado. As perturbações podem ser várias, tal como a causa das mesmas. É útil o conhecimento das causas dos comportamentos, a sua reflexão, mas não deverão originar aceitação ou resignação por parte dos professores. O “Timing” e perspicácia do professor são importantes atributos: Estar em cima do acontecimento, permite identificar o responsável e detetar o comportamento desviante. Comportamentos que são reforçados tendem a ser repetidos. A capacidade do professor é fulcral no que respeita ao reforço para influenciar o comportamento dos alunos (Arends, 1999:199).

Canter citado por Arends (1999:206) refere que na disciplina assertiva, o professor age de forma confiante e assertiva relativamente ao comportamento inadequado dos alunos e administra as punições pré-estabelecidas para as infrações às regras de sala de aula, ou seja, no estilo assertivo é dada a explicitação clara das expectativas e resposta firme e com confiança ao comportamento inadequado dos alunos. É fundamental perceber que a dinâmica das recompensas excessivas pode levar os alunos a não promoverem o trabalho escolar por si próprios.

Concluindo, a gestão da sala de aula exige flexibilidade por parte do professor, porque cada turma é diferente e os planos, as regras e os procedimentos têm que ser constantemente adaptados.

7. A aprendizagem cooperativa e as TIC

A tecnologia não mudou apenas a forma como os nossos alunos aprendem mas também o que é importante que estes aprendam, o capital intelectual é a força motriz para o século XXI (Lemke, 2002:9). O encorajamento de abordagens inovadoras do ensino pode acontecer através da inclusão da competência digital nos currículos educacionais em todos os níveis de aprendizagem e em qualquer área disciplinar.

A introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula alterou o papel do aluno permitindo-o desenvolver novas competências e técnicas na gestão do *hardware* e do *software*, atribuindo-lhe novos papéis, como investigar e explorar toda a informação que necessita para desenvolver o seu trabalho. Face às TIC, o professor vê o seu meio alterado e com novas tarefas, nomeadamente ensinar os alunos a utilizar estes novos instrumentos e a gerir a informação com que se confrontam para que dela possam tirar o melhor proveito (Sancho, 1994).

Esta nova realidade preconiza uma mudança no papel do professor, como parte integrante do saber coletivo, este deverá orientar, fornecer os meios, criar os recursos de aprendizagem, estimular o diálogo e o espírito reflexivo, conduzindo os seus alunos numa participação crítica.

No início do século XX, o termo literacia estava relacionado com a capacidade de ler e escrever. Apenas mais recentemente é que o sistema educativo público espera que todos os alunos aprendam a ler criteriosamente, escrevam persuasivamente, tenham pensamento e raciocínio lógico, e resolvam problemas matemáticos e científicos complexos, afirma Bransford (1999, citado por Lemke, 2002:11). Nos tempos de hoje, início do século XXI, a literacia básica inclui a capacidade de ler e compreender documentos complexos que incluam imagens e informação numa grande variedade de formatos tecnológicos, diz Rafferty (1990, citado por Lemke, 2002:11).

O conceito de Literacia Digital não tem só a ver com o uso e o acesso às tecnologias, mas principalmente com a qualidade desse uso, os jovens só serão capazes de aplicar ativamente essas ferramentas se desenvolverem um pensamento crítico e um uso criativo das mesmas.

As TIC podem reorientar a forma de encarar a estratégia de aprendizagem cooperativa, nomeadamente no que diz respeito ao papel da interação e da construção coletiva/social das aprendizagens.

Freitas & Freitas (2002:112) citando Schwartz & Willing (2001:13) referem que o aparecimento do computador veio fornecer “*aos estudantes uma situação natural para que aprendessem uns com os outros*”, uma vez que a discussão de ideias e a procura de objetivos comuns surge facilmente quando dois alunos se sentam à frente de um computador.

É referido por Freitas & Freitas (2002:113) que frequentemente se assume que o uso de computadores na aprendizagem cooperativa foi estimulada pela escassez de recursos informáticos em sala de aula, originando o agrupamento de alunos; no entanto, constatou-se os bons resultados desta medida expedita, passando a ser prática corrente mesmo quando existia disponibilidade de computadores.

Um estudo envolvendo 11 000 alunos realizado com o objetivo de verificar os efeitos das aprendizagens com suporte das tecnologias em trabalho cooperativo e individual concluiu *“quando foram usadas estratégias de aprendizagem cooperativa...houve um pequeno mas significativo efeito positivo, quer nos resultados do aluno quer nos do grupo”* (Loi, Abrami & d’Apollonia, 2001, citados por Freitas & Freitas, 2002:113)

A Internet revolucionou o método de pesquisa de informação, no passado não havia informação disponível, atualmente há uma variedade e um acesso muito facilitado à mesma. No entanto, surgem novos problemas que foram evidenciados num estudo feito no Wellesley College, nomeadamente que a Internet é o meio maioritariamente utilizado – os alunos confiam esmagadoramente nos motores de busca e são suscetíveis a três tipos de informação enganadora: queixas publicitárias, informações erradas governamentais e propaganda. Os alunos não verificam a informação obtida na Internet, e este facto não se altera nos alunos de classes de ensino superiores. Pelo que é fundamental promover competências para que os alunos saibam o que é a Internet e como devem utilizá-la de uma forma totalizadora, e não apenas alguns sites; crítica e válida – resultado de uma verificação (Graham & Metaxas, 2003:1).

PARTE II – CONCRETIZAÇÃO LETIVA

8. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E DA TURMA

A prática de ensino supervisionada foi feita na Escola Secundária Josefa de Óbidos, dando continuidade à prática anterior no âmbito da disciplina de Introdução à Prática Pedagógica III, com a supervisão da professora cooperante - Professora Maria João Pais.



Figura 1- Antiga entrada da escola



Figura 2 – Nova entrada da escola.

Localização da Escola Secundária Josefa de Óbidos (ESJO)

A ESJO situa-se em Lisboa na sua zona ocidental, no Bairro de Campo de Ourique. Este bairro é predominantemente habitacional tendo, no entanto, muito comércio e serviços. Campo de Ourique estende-se pelas seguintes Freguesias: Sto. Condestável, Prazeres e Sta. Isabel.

Entre os notáveis que viveram neste Bairro contam-se Fernando Pessoa, Luís Derouet, Carlos da Maia, João Hogan, Baraona Fernandes, Bento de Jesus Caraça, Rómulo de Carvalho, Luis Stau Monteiro que honraram Campo de Ourique.



Figura 3- Localização da escola em Lisboa.

A Escola Josefa de Óbidos foi sujeita a um projeto de intervenção que refletiu as diretrizes definidas pelo Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário, bem como as novas exigências decorrentes dos modelos de ensino-aprendizagem contemporâneos e dos atuais parâmetros de qualidade ambiental e de eficiência energética. A par da melhoria das condições de uso, de gestão e de manutenção, procedeu-se à reorganização global do espaço da escola e à sua ampliação para nordeste e noroeste através da construção de dois corpos de dois pisos cada, articulados ao existente. O corpo nordeste define a nova entrada da escola, com ligação aos serviços administrativos e de direção, e acomoda a biblioteca e um novo ginásio ligado ao existente. O corpo noroeste alberga o novo espaço de refeitório/cozinha no piso térreo, com acesso direto pelo exterior, e um conjunto de salas de aula no piso elevado, diretamente conectadas com as restantes áreas letivas. Os espaços exteriores, que incluem uma zona de esplanada adjacente ao bar, foram redesenhados, permitindo aumentar a área permeável e a arborização e regar o estacionamento.

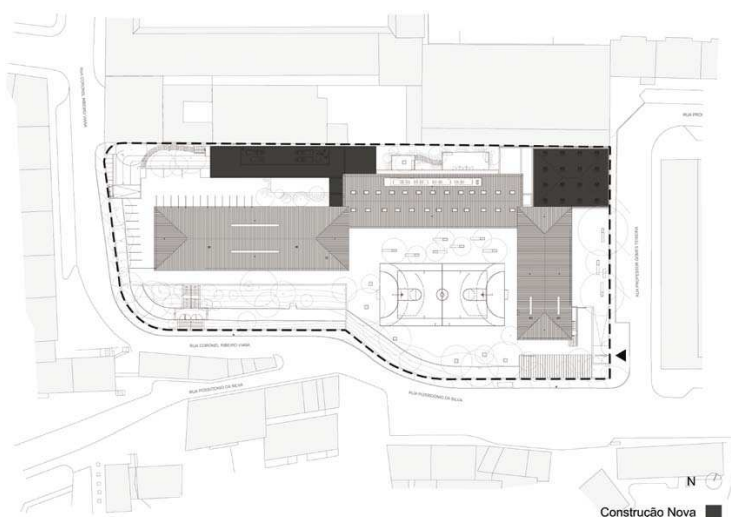


Figura 4- Planta da Construção nova- após intervenção da Parque Escolar.

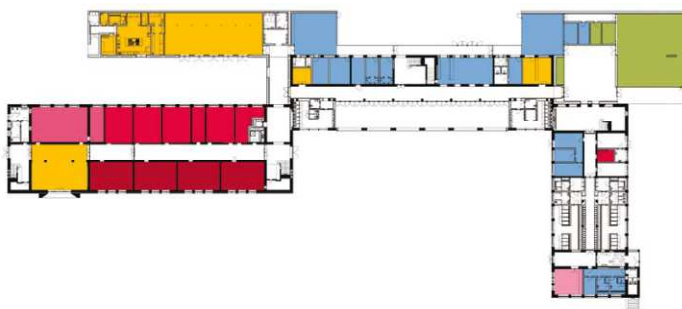


Figura 5 – Planta do Piso 0.

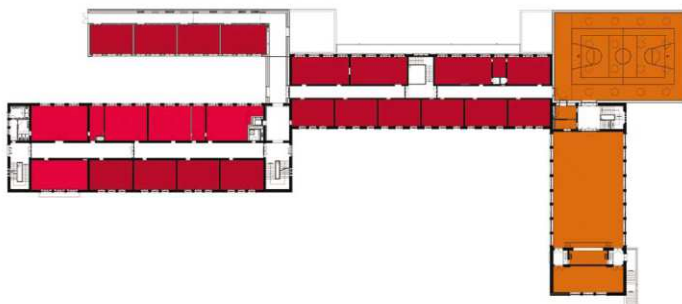


Figura 6 – Planta do Piso 1.

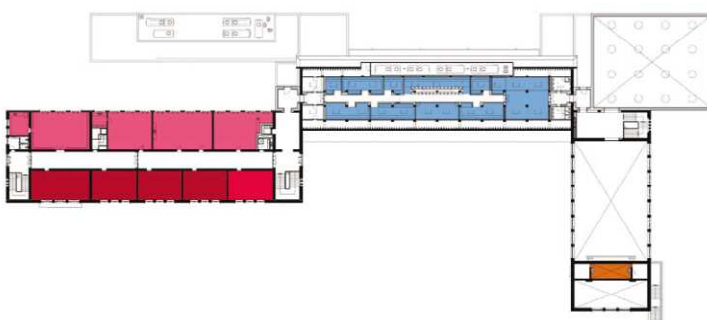


Figura 7 – Planta do Piso 2.

Legenda das figuras 5,6 e 7:

	Salas de aula		- Área de docentes e administrativa
	Área desportiva		- Biblioteca

As novas salas de aula são amplas, arejadas e muito iluminadas, tendo a particularidade de a porta das mesmas ser envidraçada. Estão equipadas com computador com acesso à internet e data show com colunas incorporadas.



Figura 8-Interior da sala M (ESJO)



Figura 9-Interior da sala L (ESJO)

Existem vários espaços exteriores na escola, desde os campos de jogos de futebol e basquetebol, a jardins localizados em pontos estratégicos. Os acessos são amplos e estão preparados para alunos com mobilidade reduzida.

Os espaços exteriores são muito agradáveis, pelo que nas visitas à escola foi visível uma elevada utilização dos mesmos pelos alunos



Figura 10- Espaço exterior ESJO.

A ESJO é sede do Agrupamento de Escolas Padre Bartolomeu de Gusmão com alunos do Pré-Escolar ao Secundário, tendo recebido os alunos da antiga Escola Padre Bartolomeu de Gusmão . O Agrupamento é constituído pelas escolas: ESJO, EB1/JI Eng. Ressano Garcia, EB1/JI Rainha Santa Isabel, Escola Básica 1ºciclo nº 72 e Escola Básica 1ºciclo nº18.



Figura 11- EB1/JI Eng.Ressano Garcia



Figura 12 – EB1/JI Rainha Santa Isabel



Figura 13 – EB 1ºciclo nº72



Figura 14 – EB 1ºciclo nº 18

Através da consulta do site da escola foi feita a recolha de informações sobre os Órgãos de administração e gestão do Agrupamento de escolas Padre Bartolomeu de Gusmão.

A ESJO ainda não encontrou a sua identidade, a junção da antiga Escola Padre Bartolomeu de Gusmão- escola de 2ºciclo, criou duas culturas de escola distintas na mesma escola, dificultadoras da formação de uma visão estratégica.

A constituição heterogénea do agrupamento e dos respetivos órgãos de gestão, incrementou a dificuldade na elaboração do Projeto Educativo de Escola (PEE). As constantes alterações legislativas a que o Ministério da Educação sujeita as escolas também reforçam esta situação, fazendo com que as pessoas não vejam continuidade no seu trabalho e dificultando

assim a definição de uma estratégia para a escola- tal como mencionou a Profª Maria João quando questionada sobre a inexistência de PEE .

A missão da escola está presente no PEE. O Projeto Educativo é concebido como um documento estratégico em que se procuram inventariar as principais orientações, objetivos e resultados previsíveis da atividade da Escola. A ação fundamental da Escola define-se e operacionaliza-se num Projeto Curricular de Escola (PCE), verdadeira dimensão curricular do PEE que, por isso, deverá ser coerente e articular-se com este, nomeadamente no que se refere à periodicidade da sua revisão.

No PCE- instrumento de gestão pedagógica e organizacional que deve consagrar um conjunto de decisões articuladas e partilhadas pela comunidade escolar, com o intuito de concretizar as orientações curriculares de âmbito nacional, adequadas ao contexto específico dos alunos. Este documento apresenta o modo como a Escola, na sua singularidade, apropria e concretiza as orientações do currículo nacional. Trata-se assim de um instrumento de gestão, a partir do qual a escola propõe soluções para responder às necessidades do meio em que se insere. Pelas razões, anteriormente mencionadas, o PEE está em fase de elaboração, e consequentemente não temos PCE.

O funcionamento da ESJO é assegurado pela Direção e pelo Conselho Pedagógico, e as questões pedagógicas são tratadas nos grupos disciplinares pelos delegados, pelos diretores de turma e professores.

No ano escolar de 2011/12, a rede escolar é composta por 15 turmas no 2ºciclo, 17 turmas no 3ºciclo e 9 turmas no Secundário. Atualmente, o ensino secundário não é a componente mais forte da sua oferta de formação.

A ESJO tem disponível biblioteca escolar (BEJO), papelaria, refeitório, bar e reprografia.

Rede Escolar (2011/12)		
5º Ano		7 turmas
6º Ano		8 turmas
7º Ano		7 turmas
8º Ano		4 turmas
9º Ano		4 turmas
CEF tipo2		1 turma

CEF tipo3	Práticas Administrativas	1 turma
10º Ano	Ciências e Tecnonogias	1 turma
	Línguas e Humanidades	1 turma
	Prof. Técnico de Vendas	1 turma
11º Ano	Ciências e Tecnonogias	1 turma
	Línguas e Humanidades	1 turma
	Ciências Socioeconómicas	1 turma
12º Ano	Ciências e Tecnonogias	1 turma
	Línguas e Humanidades	1 turma
	Prof. Técnico de Vendas	1 turma

Fonte: <http://e-josefadedobidos.edu.pt/>

Identificação e caracterização da turma

A turma 11ºC encontra-se agrupada com o 11ºB – turma de humanidades. Dado o reduzido numero de alunos que pretendiam o ensino das ciências socioeconómicas, a ESJO agrupou estes alunos ao grupo de humanidades, pelo que as disciplinas nucleares são lecionadas no grande grupo, com a exceção das disciplinas de Economia A e Matemática.

Caracterização familiar e sócio-cultural dos alunos da turma C do 11ºano ESJO

A turma é constituída por 6 raparigas, que coabitam (83,3%) com ambos os pais. Uma aluna coabita apenas com a mãe e não forneceu informações sobre o pai. A larga maioria (83,3%) vive em freguesias urbanas da cidade de Lisboa (Ajuda, Amadora, Marquês Lapa e Campo de Ourique), vivendo apenas uma aluna na margem sul. Metade das alunas desloca-se de autocarro para a escola, duas a pé e uma aluna em veículo próprio.

Todas as alunas têm computador em casa e acesso à Internet.

No plano da caraterização socioprofissional dos pais, verificamos que todos exercem profissões que não exigem formação de nível superior – dois são quadros intermédios (diretor comercial e funcionário da GNR) e os restantes três pais são empresários. Das mães apenas uma exerce uma profissão que exige formação superior - professora, distribuindo-se metade por

profissões indiferenciadas, isto é, auxiliares e empregadas domésticas, e ao nível de quadros intermédios temos duas secretárias.

No que se refere às expectativas escolares e profissionais futuras, todas as alunas já têm opinião formada: - pretendem ingressar na faculdade nos cursos: gestão, economia, marketing e psicologia.

Percurso escolar

Da análise da pauta do final do 10º ano (2010/11) ,constatou-se que 40% dos resultados são superiores a 15 valores, 43% dos resultados encontram-se entre os 10 e 14 valores e 17% de resultados negativos, sendo de salientar que 67% dos mesmos são na disciplina de matemática.

Do 10º ano para o 11º ano, dos 8 alunos apenas se mantiveram 5 alunas na turma, sendo a nova aluna/sexta aluna (repetente do 11ºano-reprovada a matemática), a Rita, está a frequentar todas as disciplinas para melhorar as notas.

No 1º e 2º períodos do 11º ano a média das notas na disciplina de Economia A foi de 15 valores .

A turma 11ºC tem um rendimento escolar bom, com a exceção da disciplina de matemática.

Ambiente de sala de aula

Da observação feita em IPP3 já tínhamos constatado que não existiam problemas de disciplina dentro da sala de aula, sendo bem evidentes comportamentos da professora com impactos educativos positivos no ambiente de aprendizagem e motivação, nomeadamente, o encorajamento à participação das alunas, a valorização das respostas, a utilização de uma variedade de estratégias, a promoção de um ambiente em que as alunas podem expressar diferentes pontos de vista e falar entre si, entre outros .

É dentro de um sala de aula que os professores e os alunos passam a grande parte do seu dia de trabalho. Os professores interagem com os alunos e os alunos com os professores e entre eles, destas interações resultam inúmeras possibilidades de registo de turma. Inicialmente temos um aglomerado de alunos, que evolui gradualmente para um grupo, com características distintas e únicas (Arends,1999:109).

A motivação é um elemento essencial na construção de ambientes de aprendizagem produtivos, nesse sentido realizou-se um questionário às alunas, no qual pretendia-se revelar os pontos fortes e fracos na área da motivação.

Da análise dos dados do inquérito conclui-se que as alunas preocupam-se com o seu trabalho em sala de aula, consideram a sua turma muito agradável e procuram o sucesso. As alunas constataram que na turma acontecem coisas interessantes, sentem que têm uma voz ativa dentro da turma e dos seus trabalhos têm um feedback rápido da professora relativamente ao conhecimento dos resultados, no entanto, não é habitual trabalhar em grupo

Conclui-se que a professora criou um ambiente de sala de aula produtivo, isto é, facilitador e incentivador da aprendizagem.

9. O ensino da Economia no ensino secundário

Aprender economia para quê?

A escassez foi sempre um problema que inquietou a Humanidade, na satisfação das suas necessidades. De fato, tal como os povos nómadas e recolectores se deslocavam de região para região numa constante procura de recursos, também na atualidade os povos ditos desenvolvidos e civilizados se absorvem na exploração espacial, que não é mais do que uma forma sofisticada de fazer o mesmo.

É em torno disto que se desenvolve a Economia, ciência que zela por ajustar os poucos recursos às necessidades múltiplas e ilimitadas do Homem – o problema económico –, como forma de maximizar a satisfação das suas necessidades. Por este desequilíbrio, é preciso hierarquizar as necessidades, optando por uma em detrimento de outras.

Ao longo da história, todas as sociedades procuraram encontrar um sistema de organização económica que servisse os seus propósitos, em concordância com os seus valores.

A economia está presente em tudo o que nos rodeia. Na base da decisão económica, existe um princípio ético, que justifica a passagem do binómio racionalidade/competitividade para segundo plano, dado que a economia é feita pelo homem e para o homem, através da tomada de decisões.

A finalidade última do ensino da economia, segundo González (2001:85), é a formação do aluno como pessoa, tanto na compreensão do mundo social como na dimensão ética das decisões económicas adotadas como consumidor, produtor ou cidadão.

Segundo o mesmo autor, para se atingir a grande finalidade “formação do aluno enquanto pessoa”, tem-se como objetivos muito gerais no ensino da economia:

- Contribuir para a autonomia pessoal e integração social do aluno, isto é fornecer conhecimentos económicos sobre a realidade social, levando à compreensão do funcionamento da economia, para que este possa ter uma visão crítica da mesma,

- Fomentar a compreensão da dimensão global da realidade social, ou seja desenvolver a compreensão dos fenómenos globais que vivemos (a economia está dependente do exterior numa escala que começa pelo local, evolui para o nacional terminando no mundial),

- Problematizar os conceitos básicos da ciência económica para incutir a capacidade de resolução dos problemas do quotidiano, ou seja, não aceitar os fatos como dados adquiridos,

- Consciencializar para a preservação do meio ambiente, formar cidadãos promotores do equilíbrio ambiental enquanto consumidores, produtores,...,

- Reconhecer a complexidade e incerteza da realidade económica, nomeadamente a existência de diferentes inter-relações, várias dimensões e diferentes perspetivas, a economia

não é uma ciência exata logo os comportamentos não são previsíveis existe um elevado grau de incerteza,

–Desenvolver uma atitude crítica e racional, os alunos analisarem o seu próprio comportamento como agente económico (consumistas, poupança de recursos,...). Não esquecendo nunca o conhecimento económico.

Dada a complexidade do problema económico e as suas inter-relações com as outras ciências, uma vez que sem a história, a geografia, a sociologia, a antropologia, e as diversas ciências sociais, não há condições de entender o problema económico e propor soluções (Sousa, 2003:5), a economia como ciência social, surge como disciplina de opção do Curso Científico-Humanístico: Ciências Socioeconómicas, do ensino secundário, sendo lecionada no 10.º e 11.º anos, em três aulas de 90 minutos por semana.

Os objetivos do ensino da economia enquadram-se nos objetivos do ensino secundário presentes no artigo 9.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, nomeadamente: *“Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida ativa;”*(alínea a) do artigo 9.º da LBSE),

Com a orientação da LBSE, temos no currículo-conjunto de aprendizagens consideradas socialmente desejáveis e necessárias num dado tempo e sociedade, o plano estruturado de ensino-aprendizagem que inclui competências a desenvolver, objetivos de aprendizagem, processos ou metodologias para atingir esses objetivos, conteúdos a explorar e formas de avaliação específicas para concretizar o currículo; ou seja, o currículo é finalização, intencionalidade, estruturação coerente e sequência organizadora (Roldão,2010:32).

O programa é um instrumento do currículo, é um meio de o operacionalizar, que se reconstrói e desenvolve (Roldão,2010:32), para alcançar as finalidades curriculares que lhe deram origem.

A iniciação ao estudo da Economia é hoje, no início do século XXI, indispensável à formação geral do cidadão português e da União Europeia, qualquer que seja o percurso académico que este venha a seguir.

De facto, a iniciação ao estudo da Economia permite:

- *A aquisição de instrumentos fundamentais para o entendimento da dimensão económica da realidade social.*
- *A descodificação e a sistematização da terminologia económica, hoje de uso corrente, sobretudo nos meios de comunicação social.*
- *O desenvolvimento da capacidade de intervenção construtiva num mundo em mudança acelerada e cada vez mais global, mas onde as decisões a tomar são, quase sempre, nacionais e, muitas vezes, de natureza ou com implicações económicas.*

(Programa de Economia A-Ministério da Educação 2001/2)

No programa está subjacente a formação económica da população-fornecer aos alunos conhecimentos económicos, como primeira finalidade visível do ensino da economia, no entanto, é pretensão do currículo ir mais além nas finalidades, e formar o aluno enquanto pessoa, tal como já foi mencionado anteriormente.

O que ensinar de economia?

A Didática, ciência social experimental que tem por objetivo transmitir conteúdos relevantes de uma dada ciência de forma adequada e eficiente de acordo com as competências a desenvolver (Rodriguez, 2007:38), sustenta-se em cinco pilares: 1. Ordenação (seguir a ordem do simples para o complexo), 2. Orientação (todo o trabalho didático tem o fim de orientar/facilitar o processo de ensino-aprendizagem), 3. Adequação (os recursos, metodologias têm que estar adequados aos conteúdos, competências e objetivos), 4. Finalidade (as competências definidas), e 5. Economia (dentro dos recursos escassos deve-se escolher a forma que tenha menor custo de oportunidade).

No programa de Economia A está presente o pilar da ordenação da didática, dado que tem início com o tema de introdução à atividade económica e à ciência económica, seguido do tema relativo aos aspetos fundamentais da atividade económica (necessidades e consumo, a produção de bens e de serviços, comércio e moeda, preços e mercados, rendimentos e repartição de rendimentos e poupança e investimento) lecionadas no 10.º ano, passando para o tema da contabilização da atividade económica (os agentes económicos e o circuito económico e a contabilidade nacional), finalizando com o tema da organização económica das sociedades (relações com o resto do mundo, a intervenção do Estado na economia e a economia portuguesa no contexto da União Europeia) no 11.º ano.

A prática de ensino supervisionada foi feita no tema da organização económica das sociedades, na unidade 11 – A Intervenção do Estado na economia.

Com o estudo da unidade, pretende-se que os alunos compreendam a importância do Estado na organização económica das sociedades atuais. O papel do Estado tem vindo a sofrer alterações ao longo da história e os alunos devem compreender que para além de garantir a ordem, a justiça e a defesa dos cidadãos, o Estado desempenha outros papéis a nível económico e social, nomeadamente produzindo bens e serviços essenciais, participando na distribuição dos rendimentos ou agindo, graças à sua política económica, sobre a inflação, o desemprego, o investimento, etc.

Nesta fase terminal do ensino da economia A – a complexidade repercute-se nos objetivos muito gerais que se pretende atingir:

- *Compreender o papel do Estado nas sociedades atuais,*
- *Conhecer as principais políticas económicas e sociais do Estado,*

- Conhecer as políticas económicas e sociais do Estado português.

Segundo González (2001:86), o conhecimento económico pode ser transmitido sob três perspetivas: o conhecimento assente em conceitos (básicos, de microeconomia, de macroeconomia e de economia internacional), o conhecimento assente no desenvolvimento de capacidades (levantamento do problema, pesquisa da informação, análise de situações económicas do quotidiano e obtenção de conclusões), e o conhecimento económico assente numa perspetiva integradora e sistémica.

É na perspetiva integradora e sistémica do conhecimento económico que se baseia o programa de Economia A do Ministério da Educação. Por um lado, temos o sistema económico (estrutura económica complexa e composta por várias atividades que se relacionam entre si), e por outro lado, para que haja conhecimento e compreensão do funcionamento da atividade económica é fundamental uma didática que relacione os conceitos, capacidades e atitudes.

Pelo que o programa de Economia A está dirigido para o desenvolvimento das capacidades dos alunos e aquisição de atitudes, que lhes permitam a compreensão e reflexão da realidade económica, e não apenas o conhecimento económico de conceitos abstratos.

Relativamente aos conceitos, já definidos no programa, deverá se ter em atenção, os elementos do sistema, isto é, na lecionação da unidade 11 – A Intervenção do Estado na economia, por exemplo: o Estado, o Setor Público Administrativo, o Setor Empresarial do Estado, os agentes económicos, os bens públicos etc. Mas para além do conhecimento dos elementos deverá se avançar para as relações entre eles, isto é as relações de causa-efeito, nomeadamente, por exemplo: a relação das despesas públicas, receitas públicas/impostos no saldo orçamental e dívida pública; a noção de conflito, designadamente entre as políticas sociais e fiscais; a noção de interdependência, ou seja, as implicações das Grandes Opções do Plano no Orçamento de Estado, isto tudo para que os alunos deixem de pensar que as coisas acontecem fruto do acaso ou da intenção de certos agentes económicos. A organização do sistema, a existência de regulação do sistema económico que é feita, por exemplo, através dos Órgãos de Soberania exercendo as funções do Estado: Eficiência, Equidade, Estabilidade, atenuando as falhas de mercado, tem que fazer parte dos conceitos a transmitir. Tal como, as mudanças do sistema, os elementos do sistema evoluem no tempo e no espaço, os instrumentos de intervenção económica e social do Estado, por exemplo, adaptam-se ao sistema económico dada a diferente afetação dos recursos e redistribuição dos rendimentos, tais como as políticas económicas e sociais.

Mas, o conhecimento económico não é só conceitos é também a aquisição de capacidades, principalmente de problematizar, isto é levantar questões, colocar problemas, de pesquisar e tratar informação e de obtenção de conclusões, apresentação e comunicação. Por exemplo, um problema a trabalhar, a dívida pública e os impostos, tendo sempre o cuidado com

a utilização de fontes de informação fidedignas e com a apresentação dos resultados. Parte-se do simples, objetivo e certo para o complexo, relativo e abstrato. Não se pode responder a um problema sem os conceitos, as afirmações são baseadas em fatos (textos, tabelas, gráficos,...) que sujeitos a uma análise levam ao desenvolvimento das capacidades de análise, pesquisa, questionamento, síntese, argumentação e, a um nível mais elevado, capacidade de avaliação.

Para totalizar a perspetiva integrada e sistémica do conhecimento teremos que considerar as atitudes – cerne da finalidade última da economia – para formar o aluno como pessoa, que passam por reconhecer a diversidade e complexidade como características da realidade social, desenvolver a perspetiva crítica na análise da realidade social, participar na procura de soluções para os problemas e intervir socialmente. Utilizando diferentes fontes de informação, assistindo à transmissão do mesmo acontecimento em diferentes perspetivas, questionando o modo como a informação é tratada,... Por exemplo: As políticas económicas são medidas complexas que os Estados tomam, os efeitos das mesmas são positivos por um lado e negativos por outro, os fenómenos económicos têm uma repercussão social, que é sempre questionável.

A competência é definida como «um saber em uso», Perrenoud (1995) citado por Roldão (2003:20). Todos os saberes que adquirimos ao longo da nossa vida, incluindo os do currículo escolar, fazer-nos mais capazes de exercer competências. A competência integra conhecimentos, capacidades e atitudes permitindo a sua utilização em situações distintas. A competência implica autonomia em relação ao saber, uma vez que são ativados os recursos (conhecimentos, capacidades, atitudes) para resolver problemas do quotidiano.

Constatamos que na perspetiva integrada e sistémica do conhecimento económico, a relação entre conceitos, capacidades e atitudes é trabalhada no ensino da economia, levando ao desenvolvimento de competências essenciais para a “formação do aluno enquanto pessoa”.

Como ensinar economia?

Roldão (2005,2007,2010:55) define que ensinar – *ação especializada de promover intencionalmente a aprendizagem de alguma coisa por outros*, tem por base uma ação estratégica finalizada e orientada para a aprendizagem de algo no outro. O ato de ensinar é duplamente transitivo, centra a sua ação nas duas dimensões: o conhecimento/conteúdo curricular e o aprendente.

Surge, então, a postura estratégica, a conceção de um percurso orientado para atingir a finalidade pretendida da melhor forma, isto é, a aprendizagem de alguma coisa, por um conjunto diversificado de alunos. Mas, para que a mesma se operacionalize, tem que se ter em conta diferentes estratégias, em função da conceção e finalidade que o professor pretende alcançar, utilizando abordagens díspares nas mesmas tarefas ou atividades e consequentemente utilizando

técnicas diferenciadas. Ao longo do percurso intencional, a estratégia de ensino é uma orientação baseada numa conceção global da ação, organizada com vista à sua eficácia.

Segundo González (2001:111), a metodologia que o professor de economia necessita, tem como finalidade, a promoção de aprendizagens relevantes que respondam aos interesses dos alunos e os motivem, tendo por base o referencial (programa de Economia A).

À partida, os alunos que escolhem Economia estão motivados para a disciplina, visto ser uma disciplina de opção.

A forma como o professor vai apresentar os temas económicos é que pode ser ou não mais motivadora. A Economia, geralmente desperta o interesse dos alunos porque tem a ver com a vida das pessoas, pelo que o professor tem o caminho facilitado para tornar a aprendizagem relevante para o aluno (saber algo da área económica para entender a complexa realidade social).

O professor deve partir dos dois princípios básicos:-da experiência dos alunos, levando à construção do conhecimento com base nas experiências económicas que os alunos realizam na sua vida quotidiana e,-da investigação escolar, ou seja o conhecimento da realidade através do trabalho escolar (levantamento de problemas, pesquisa e análise de informação e conclusões). Na investigação de Travé (1998) é demonstrado que a construção do pensamento económico geral avança em sequências cada vez mais sintéticas e flexíveis aumentando a sua competência com a idade, as experiências económicas vividas e a construção económica recebida (González,2011:112). Os alunos vão construir o conhecimento económico com maior rigor partindo da realidade mais próxima para chegar ao mais abstrato, através da forma como o professor leva o assunto para dentro da sala de aula.

As estratégias, atividades de aprendizagem- concretização do trabalho escolar/caminhos ordenados e sequenciais que se realizam com os alunos para alcançar os objetivos de aprendizagem definidos (González, 2001:115), devem explicitar: a finalidade (objetivos gerais e específicos); a forma de se levar à prática (atividades, recursos didáticos e calendarização); os conteúdos conceptuais, procedimentos e atitudes que se trabalharão; as linhas para a sua implementação (tarefas e passos a desenvolver), e a avaliação (tipos e instrumentos).

As estratégias de ensino têm que ser fundamentadas em termos de ciência económica e assentes nos referenciais. A escolha das estratégias é adaptada à turma, aos conteúdos que se estão a lecionar e aos objetivos definidos.

Deve haver variedade de estratégias, tendo presente o princípio da eficiência (utilização dos recursos) e da eficácia (obtenção de bons resultados). A utilização rotineira da mesma estratégia leva ao desinteresse do aluno (González, 2001:113).

Para melhorar ou despertar o interesse e a curiosidade natural dos alunos pela economia, podem-se utilizar os seguintes tipos de estratégia:

–Exposição de conteúdos, de uma forma magistral e interativa, promovendo a interação professor-aluno;

–Utilização do manual, provocando a eficiência dos recursos;

–Visitas de estudo, estabelecimento da ligação entre a teoria e a prática (para incrementar a aprendizagem poderá responsabilizar-se os alunos pela organização da visita de estudo);

–Utilização de informação e meios audiovisuais (artigos de imprensa, publicidade, estatísticas, programas da TV, documentários, filmes, pesquisa na Internet,...), criando a possibilidade de uma análise global;

–Trabalho de grupo;

–Trabalho de projeto,

–Jogos de simulação (as três últimas estratégias têm subjacente um processo de preparação e implementação que exigem situações problemáticas concretas).

A existência de numerosos recursos facilita e torna a aprendizagem mais próxima dos alunos, servindo para diversificar o uso de variadas estratégias, induzindo a evolução do processo de ensino – aprendizagem.

Para regular o processo de ensino-aprendizagem é entendida a avaliação. A avaliação do processo de ensino-aprendizagem passa pela formulação de juízos sobre o desenvolvimento do ensino-aprendizagem que permitem tomar decisões para melhorar a aprendizagem, permitindo informar o aluno sobre o seu progresso e dificuldades, e informar o professor sobre a planificação realizada e as estratégias seguidas. (González,2001:137)

Refere Santos (1996), citado em González (2001:137), que a avaliação é um processo submetido à crítica e à mudança, que afeta tanto os alunos e professor, como o contexto e o próprio desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Os instrumentos de avaliação, os meios de avaliar o grau de consecução dos objetivos definidos, são: o registo reflexivo do professor sobre a sua prática, a observação da turma e a análise do trabalho realizado pelo aluno (caderno, teste, trabalhos de grupo, etc.).

A avaliação tem um carácter contínuo e processual, isto é, desenvolve-se de forma sistémica e abrange todos os elementos do processo educativo (cognitivos e atitudinais).

Parte-se da avaliação diagnóstica, o que os alunos sabem, de forma a ajustar as estratégias metodológicas aos seus conhecimentos, utilizando como instrumentos: questionário, interpretação de textos, de imagens, de gráficos,...

A avaliação formativa avalia o processo de ensino-aprendizagem de forma a introduzir os ajustamentos necessários, a implementar as medidas de recuperação ou de enriquecimentos, usando os instrumentos: análise de trabalhos, registos do professor, fichas formativas,... O professor percebe o ritmo da maioria da turma e estabelece medidas que evitem a desmotivação

dos alunos mais avançados (por exemplo: debates, pesquisas,...) e promovam o sucesso dos mais atrasados.

Para finalizar os tipos de avaliação, surge a avaliação sumativa que compara os objetivos planificados e os resultados alcançados, verificando os progressos. Utiliza como instrumento o teste sumativo.

Os critérios de avaliação-referentes que ajudam a estabelecer as linhas orientadoras do ensino e a avaliação devem ser do conhecimento de todos.

Citando Arends (1999:67), uma boa planificação envolve a distribuição de tempo, a escolha dos métodos de ensino adequados, a criação de interesse nos alunos e a construção de um ambiente de aprendizagem produtivo.

O processo de planificação deve dar um sentido da direção aos alunos que os professores pretendem implementar, e ajudar os alunos a terem consciência dos fins implícitos nas tarefas de aprendizagem que têm de cumprir (Arends 1999:46).

A planificação nem sempre é linear e deve ter em conta a complexidade e o inesperado do processo de ensino-aprendizagem, dado o seu foco central – o aluno.

A planificação da unidade didática 11 – A intervenção do Estado na Economia, objeto de prática de ensino supervisionada, foi elaborada criteriosamente de forma a espelhar as estratégias, métodos, recursos, calendarização e avaliação, considerados pertinentes para a implementação acertada de um processo de ensino-aprendizagem, que visa atingir os objetivos definidos e a aquisição dos conteúdos e das competências estabelecidas inicialmente (Anexo A).

10. PRÁTICA PEDAGÓGICA

Segundo Fraile (1998:25) a utilização de grupos de aprendizagem cooperativa como estratégia na sala de aula pelo professor, é justificada pela promoção de centros educativos eficazes que contribuem para o desenvolvimento pessoal social e escolar dos alunos e relações multiculturais positivas contribuindo para eliminar estereótipos e reforçar as qualidades próprias de cada pessoa e cria igualdade de oportunidades na educação.

Johnson & Johnson (1999a:22) consideram que nos *Grupos de Aprendizagem cooperativa formal*, os alunos envolvem-se ativamente nas tarefas intelectuais de organizar o material necessário à realização da tarefa, explorando-o, resumindo-o, integrando-o nas estruturas conceptuais já existentes.

Arends (1999:373), refere que para trabalhar com grupos de aprendizagem cooperativa formal o professor deverá:

Fase1) Fornecer objetivos e contexto;

Fase 2) Apresentar a informação;

Fase 3) Organizar a atividade (tamanho do grupo, modo de formação dos grupos, distribuição de papéis, organização da aula e distribuição materiais necessários para a realização da tarefa);

Fase 4) Explicar a tarefa e a estrutura cooperativa;

Fase 5) Supervisionar a aprendizagem dos alunos e intervir nos grupos quando é necessário para melhorar o desempenho do grupo;

Fase 6) Avaliar a aprendizagem dos alunos e avalia o desempenho do grupo.

A implementação da Aprendizagem cooperativa exigiu a preparação prévia da professora que se reflete na planificação das aulas e a execução dos guiões das atividades a realizar, criação de materiais de apoio e instrumentos de avaliação. A seleção das atividades foi feita em função das competências a desenvolver.

A prática pedagógica realizou-se no 2.º período do ano letivo de 2011/12 em 4 aulas de 90 minutos (27, 28 e 29 Fevereiro e 13 Março 2012).

De acordo, com a planificação da unidade letiva 11– A intervenção do Estado na Economia, ficou acordado com a professora cooperante fazer a prática dos conteúdos da subunidade 11.2.2 – Os instrumentos de Intervenção do Estado na Economia.

Durante estas aulas pretendeu-se:

–Desenvolver atitudes sociais como a responsabilidade, autonomia e cooperação;

–Fomentar a autonomia dos alunos e do grupo;

–Promover a colaboração e confiança entre todos os elementos de modo a aumentar a solidariedade e empatia;

- Promover a partilha da informação recolhida com os demais elementos;
- Desenvolver o respeito pela individualidade e a diferença dos diferentes elementos do grupo;
- Motivar as alunas para a aprendizagem em grupos cooperativos;
- Proporcionar às alunas oportunidades para desenvolverem atitudes cognitivas;
- Compreender a importância dos instrumentos de intervenção económica social do Estado – Planeamento e Orçamento de Estado, na Economia;
- Criar um Portfólio Digital da turma.

Em conformidade com as componentes essenciais da aprendizagem cooperativa.

A constituição dos grupos não foi deixada nem ao acaso nem à vontade dos alunos. De facto, tal como sugerem Freitas & Freitas (2002:40), foi com a ajuda da professora cooperante, que sugeriu a constituição dos grupos de trabalho tendo em conta o conhecimento que já tinha dos alunos, que se constituíram os grupos. Foi a escolha mais indicada pelo facto de a professora possuir vários “elementos das suas alunas, em termos de capacidades intelectuais e de estrutura pessoal de cada um deles”, assim sendo a professora equilibrou cada grupo criando condições para o seu melhor funcionamento (Freitas & Freitas, 2002:40).

Apesar do perigo referenciado por Kagan anteriormente, constituíram-se dois grupos (X e Y) de 3 elementos, dado ser a única alternativa existente (excetuando o trabalho de pares).

A professora indicou o lugar na sala de aula para cada um dos grupos, optando pela primeira fila de carteiras. O grupo X ficou localizado nas duas carteiras do lado direito e o grupo Y nas duas carteiras do lado esquerdo junto às janelas, ficando duas carteiras da fila vazias entre os grupos. Dentro do grupo, duas alunas ficavam frente a frente e a terceira aluna sentada lateralmente. Esta foi a localização espacial que sugeriu maior interação nos grupos.

As atividades desenvolvidas na prática pedagógica foram a STAD e Co-op – Co-op. Optou-se por fazer dois tipos de atividades dadas as características diferenciadoras de cada uma delas.

Para trabalhar em grupos de aprendizagem cooperativa é necessário aprender-se.

Mais importante do que decidir aprender é interiorizar essa vontade de mudança, e só então se poderá pensar em avançar com novos métodos de trabalho, decididos após cautelosa reflexão e ponderada decisão.

Foi fundamental sensibilizar as alunas para a importância desta nova forma de aprender Economia, e assim motivá-las para o bom desempenho que poderiam obter.

O lema *só alcançarás a tua meta se, e só se, os teus colegas a alcançarem contigo* esteve sempre presente.

Certos de que esta estratégia tem um potencial para aprendizagem e para o sucesso dos alunos, e que tal só é possível se no grupo houver uma distribuição e desempenho de papéis de modo a promover um clima favorável e, assim, verificar-se uma maior coordenação e desenvolvimentos das atividades, responsabilizando todos e cada um pelo sucesso do grupo, a professora discutiu com as alunas as vantagens da atribuição de papéis aos diferentes elementos do grupo.

No início de cada atividade desenvolvida foi distribuída a cada aluna uma grelha, onde se assinalava o papel que iria desempenhar e pelo qual era responsável, bem como tomava conhecimento dos papéis que cada um dos seus colegas desempenhava, podendo assim questionar o desempenho de cada elemento do grupo.

A cada um dos elementos foram distribuídos dois papéis que pertenciam a categorias diferentes: papéis que favorecem a integração dos alunos no grupo criando assim um clima favorável à realização das tarefas – Observador/Comentador, Facilitador da comunicação/Conciliador e Verificador/Intermediário; e papéis que favorecem o desenvolvimento das tarefas e projetos do grupo- Controlador/Coordenador/Mediador, Gestor de recursos/Avaliador e Registador/Estimulador (Fraile, 1998:40-41). Como um dos objetivos é proporcionar aos alunos a aquisição de competências, bem como desenvolver capacidades ao longo da realização das diferentes tarefas, torna-se óbvio a importância da rotatividade dos papéis dentro do grupo de modo a permitir que todos os alunos adquiram práticas no desempenho da cada papel (Johnson & Johnson, 1999 a). No entanto, dada a limitação temporal optamos por manter os papéis no grupo nas 4 atividades.

De acordo com a planificação durante 4 aulas de 90 minutos foram colocados os seguintes problemas:

Problema 1 – O que é e para que serve o planeamento ?

Problema 2 – O orçamento de Estado. O que são receitas e despesas públicas? Quais os seus efeitos na economia ?

Problema 3 – Quais as informações do orçamento de Estado ?

Problema 4 – Portfolio digital.

Para resolver os problemas 1, 3 e 4, desenvolveu-se a atividade STAD que decorreu durante 3 aulas. Para resolução do problema 2 desenvolveu-se a atividade Co-op-Co-op e foi trabalhado durante 1 aula.

Antes de se iniciar cada atividade de aprendizagem cooperativa a professora distribuída a ficha de tarefas a cada aluno, lembrando sempre os conceitos e estratégias necessários à realização dessa tarefa, bem como a importância do cumprimento dos princípios subjacentes à aprendizagem cooperativa. Este procedimento no início de cada atividade, é fundamental para quem quer implementar com sucesso esta nova estratégia, pois deve utilizar-se com os alunos o

tempo necessário para que estes interiorizem os passos e os papéis específicos. Este deve ser também o momento em que o professor explica aos alunos a forma como eles podem ser responsáveis pela sua própria aprendizagem, sem se apoiarem exclusivamente no professor.

Durante as aulas, todos os elementos apresentaram no grupo o resultado das suas investigações, trabalharam o tema, relacionaram conceitos, prepararam a apresentação do tema à turma e elaboraram uma síntese do conteúdo que investigaram, procurando assim responder ao problema inicial.

No final de cada aula fizeram a apresentação à turma do resultado do trabalho de grupo.

Pretendia-se com esta prática pedagógica levar os alunos a trabalhar cooperativamente na construção do conhecimento produzindo um trabalho de síntese em powerpoint, na ferramenta Google Sites, responsabilizando-as pela divulgação do seu trabalho cooperativo.

Em todas as aulas realizou-se, segundo Rodriguez (2007:64) uma sequência didática tipo 3, o encadeamento das atividades iniciou-se com o levantamento do problema, seguido de um diálogo que originou conclusões, passando para a exposição de conceitos, seguida pela aplicação dos mesmos e avaliação.

A professora foi mediadora, observador e facilitadora, de acordo com Bidegaín (1999:38-39), pelo que a sua intervenção foi reduzida ao mínimo com o objetivo de fomentar uma maior autonomia, responsabilidade e cooperação nas alunas.

No final da prática pedagógica da aprendizagem cooperativa, as alunas realizaram um Mini teste para controlo das aprendizagens adquiridas e preencheram um questionário de opinião, especificamente concebido para o efeito, que pretendia avaliar a experiência vivenciada auscultando as opiniões dos alunos sobre trabalho realizado. O questionário incidiu sobre 4 dimensões: i) Grau de satisfação dos alunos sobre o trabalho realizado; ii) Aspetos que menos gostaram da metodologia de aprendizagem cooperativa; iii) Funcionamento do grupo; iv) Construção do conhecimento. A Professora cooperante foi entrevistada, tendo-lhe sido inquirido o parecer sobre a prática pedagógica realizada através de uma análise SWOT.

Descrição da 1.ª aula (27 Fevereiro 2012)

A primeira aula principiou a subunidade 11.2.2 – Instrumentos de intervenção do Estado na Economia.

Na introdução, para além do registo das presenças e redação do sumário, apresentou-se às alunas os objetivos da aula: Compreender a importância do instrumento de intervenção económica e social do Estado – Planeamento, e Implementar em sala de aula trabalho de grupo de aprendizagem cooperativa utilizando como estratégia dominante a metodologia de aprendizagem cooperativa.

Após esta abordagem foi realizado um pré-teste com o intuito de fazer um controlo à estratégia e não uma avaliação das alunas.

As alunas não criaram resistência à sua elaboração, no entanto a aluna SORAIA como faltou à aula não o preencheu neste momento, tendo-o feito na aula seguinte.

No desenvolvimento da aula, introduziu-se como atividade problematizadora, a realização de um exercício de planeamento estratégico individual: as alunas foram solicitadas a escrever num pequeno papel fornecido pela professora: o que pretendiam ser daqui a 5 /10 e 20 anos, em termos pessoais e profissionais. Com os resultados, o diálogo foi orientado para a reflexão: quais os elementos necessários para se atingir os objetivos, quais as medidas a seguir, que opções a tomar, etc...

As alunas participaram muito ativamente nesta atividade e sem reservas de apresentar os seus planos e foi notório o confronto pessoal...

Com a explicação da professora, fazendo a ligação com a necessidade de existir também um planeamento para a economia (etapas e elementos) e articulação, relembrando as funções económicas e sociais do Estado, as alunas assimilaram a importância do planeamento.

A apresentação dos novos conceitos foi feita utilizando a metodologia de aprendizagem cooperativa, e como esta era a primeira vez que a mesma iria ser utilizada em sala de aula dedicou-se uma parte da aula à explicação da metodologia, fazendo a apresentação da proposta de atividade; a explicação do modo de organização da atividade (constituição dos grupos - elementos, explicação do modo de formação dos grupos e distribuição de papéis no grupo) e a explicação da tarefa (leitura dos procedimentos da atividade e distribuição materiais). Nesta primeira atividade pretendia-se que as alunas conhecessem as rotinas relacionadas com o trabalho de grupo e ainda hábitos de trabalho necessários à implementação da estratégia.

Problema n.º 1 – O que é e para que serve o planeamento?

O primeiro tema desenvolvido foi – *Os instrumentos de intervenção do Estado: O planeamento*. O tipo de atividade escolhida para o desenvolvimento deste tema foi o STAD e

decorreu numa 1 aula de 90 minutos. Após a apresentação da atividade às alunas onde lhes foi lembrada a importância de desempenharem corretamente o papel que lhes foi distribuído, bem como a importância do cumprimento do lema: *se o barco se afundar afundas-te com ele, mas se o ajudares a salvar serás um herói*, relembrando-lhes assim deste modo, que todas as colegas do grupo são igualmente responsáveis pela aprendizagem de cada um dos elementos. Para orientação das alunas, foi-lhes distribuída uma ficha de tarefas na qual estavam formuladas algumas questões. Para responder a essas questões as alunas começaram pela pesquisa bibliográfica em fontes diversas, sendo a maioria fornecida pela professora. A professora teve o cuidado de selecionar informação, de modo que a mesma fosse objetiva, interessante e apropriada ao nível das alunas de forma a motivar e acentuar os conteúdos mais importantes.

Após a pesquisa bibliográfica, as alunas selecionaram a informação e discutiram as questões propostas, apresentaram soluções, fazendo o registo das conclusões a que chegaram, no caderno diário.

Após o tratamento do tema, foi feita a apresentação das conclusões à turma. Relativamente a esta situação a professora constatou que as alunas demonstraram desembaraço na transmissão das conclusões a que cada grupo chegou, para além de se verificar que durante a apresentação se gerou alguma discussão entre os grupos. É de salientar que a professora aproveitou a situação criada para chamar a atenção a todos os elementos do grupo para a necessidade e pertinência de desempenharem corretamente o papel que lhes fora atribuído.

A resolução da atividade em grupos de trabalho cooperativo teve a supervisão da aprendizagem das alunas e intervenção nos grupos variadas vezes, pela professora, para melhorar o desempenho do grupo, uma vez que surgiram dúvidas normais relativamente ao funcionamento da atividade.

A integração dos novos conceitos foi feita através da recapitulação dos conceitos através da redação conjunta no quadro da sala de aula da síntese (junção do trabalho dos dois grupos). A CATARINA foi nomeada responsável por transcrever a síntese para documento em formato digital, após se ter prontificado.

Antes de se retirarem da sala de aula, as alunas preencheram o seu registo diário da atividade e foram questionadas e felicitadas pelo seu desempenho. As alunas gostaram muito da aula e mostraram interesse em realizar mais atividade de aprendizagem cooperativa.

Descrição da 2.ª aula (28 Fevereiro 2012)

A aula teve início com a redação do sumário e o registo das presenças das alunas. Os objetivos da aula foram apresentados e as estratégias a utilizar para os atingir.

O desenvolvimento da aula começou pela revisão da aula anterior, nomeadamente: O papel do Estado na economia e o instrumento de intervenção do Estado – o planeamento, utilizando como suporte uma apresentação em powerpoint feita pela professora e resumo elaborado pelas alunas na aula anterior.

A apresentação dos novos conceitos, foi feita através da exposição do instrumento de intervenção do Estado na economia – Orçamento de Estado, os seus elementos e funções, realçando que o Orçamento do Estado (OE) constitui um instrumento essencial de atuação do Estado na Economia, tendo como suporte a apresentação de powerpoint.

Com o visionamento do vídeo “Nós Portugueses – Contas do Estado” introduziu-se a atividade 2 – Aprendizagem cooperativa:

Problema n.º 2 – O orçamento de Estado. O que são receitas e despesas públicas? Quais os seus efeitos na economia?

O segundo tema abordado foi: O orçamento de Estado. O que são receitas e despesas públicas? Quais os seus efeitos na economia? A atividade de aprendizagem cooperativa escolhida foi a Coop-op Coop-op e decorreu durante 1 aula de 90 minutos.

Começou-se pela explicação da atividade n.º 2 (leitura dos procedimentos da atividade distribuição materiais e temas), alertando para as variantes desta tarefa relativamente à executada na aula anterior STAD. Tal como já tínhamos feito para a atividade anterior, foi distribuído a cada aluna uma ficha de tarefas em que lhes era explicada a atividade a desenvolver.

Nesta atividade, atribuiu-se um tema a cada grupo. Cada elemento do grupo responsabilizou-se por preparar o subtema que lhe foi atribuído, pelo que investigou, recolheu e organizou individualmente a informação relativa ao tema que lhe foi atribuído, apresentando, seguidamente ao grupo, o resultado. No final, fizeram uma apresentação em powerpoint para partilha com a turma.

Para desenvolvimento desta atividade foi distribuído pela professora material de apoio bibliográfico. Não se optou por solicitar aos grupos de trabalho a recolha de informação adicional noutras fontes, nomeadamente na Internet, dada a limitação de tempo e o fato de se estar a iniciar a implementação da estratégia.

Como um dos objetivos era a aquisição de rotinas e desenvolvimento de competências, a professora ao longo da implementação das diferentes atividades, alertava, sempre que necessário, para a importância do cumprimento dos papéis assumidos por cada elemento dentro do grupo, bem como lhes lembrava que num grupo de trabalho cooperativo não há lugar para quem trabalhe e para quem veja trabalhar, que todos os elementos do grupo são igualmente responsáveis pelo resultado desse grupo, com vista à melhoria do desempenho do grupo.

Mantiveram-se os papéis no grupo da atividade anterior.

Na construção da apresentação em powerpoint do tema à turma, os grupos de trabalho cooperativo selecionaram, discutiram, confrontaram ideias, elaboraram esquemas, resumos e ajudaram-se mutuamente de modo a que cada um contribuísse o seu melhor, pois todos são responsáveis pela aprendizagem de cada um. Deste modo, assegurou-se que cada aluna contribuiu-se para o sucesso do seu grupo tendo em conta as suas possibilidades.

A atividade finalizou com a exposição oral de cada grupo do tema investigado através de uma apresentação em powerpoint.

A integração dos novos conceitos foi feita com a recapitulação dos conceitos através do diálogo e solicitação às alunas de exemplos de receitas e despesas públicas.

No final da aula as alunas preencheram o seu registo diário.

A professora divulgou os seus registos e foram discutidos alguns dos registos feitos pela professora relativamente a comportamentos e atitudes evidenciados pelas alunas, lembrando que as alunas são avaliadas pelo seu desempenho no grupo a nível dos comportamentos e atitudes que revelaram, bem como pelas aprendizagens cognitivas..

Descrição da 3.ª aula (29 Fevereiro 2012)

A introdução da aula foi feita com a redação do sumário da aula, registo das presenças e apresentação dos objetivos e das estratégias/atividades que seriam implementadas na aula.

Através da apresentação dos trabalhos elaborados pelos grupos, na aula anterior, foram revistos os conceitos de despesas e receitas públicas.

Aproveitou-se este momento para sugerir melhorias nos documentos em powerpoint, de conteúdo e forma/apresentação gráfica, pelo que se procedeu à respetiva retificação.

A apresentação dos novos conceitos teve por base as apresentações das alunas, tendo sido o diálogo orientado para a introdução do conceito de saldo orçamental e dívida pública, utilizando como suporte uma apresentação em powerpoint feita pela professora.

Como os conceitos introduzidos estavam intimamente relacionados com os conteúdos das duas atividades anteriores em que se tinha trabalhado em aprendizagem cooperativa, foi feita uma revisão e um esclarecimento de dúvidas que foram surgindo às alunas.

As alunas estavam extremamente motivadas e interessadas, pelo que questionaram e relacionaram as questões da aula com as suas vivências do dia-a-dia, colocando questões relacionadas com o Setor Público: *“Qual o tipo de despesa pública que está inerente à construção da Ponte Vasco da Gama ? E na aquisição de equipamentos e tecnologias para as escolas? Qual a receita que provém da venda de património do Estado?”*; e questões relacionadas com o seu agregado familiar: *“ Qual o destino do IRS pago pelos pais ?”, “Fundo de desemprego, de onde vem esse dinheiro?”*...

Dada as elevadas interações professor-aluno e alunas-alunas a aula tomou um rumo completamente diferente do sugerido na planificação, pelo que foi feito um reajuste e a aula acabou por se basear no diálogo professor-alunas e alunas-alunas, tornando-se muito interessante e produtiva pelas relações criadas entre as despesas e receitas públicas, dívida pública, saldo orçamental, políticas económicas e sociais, e medidas de consolidação orçamental. A colocação de questões, o esclarecimento, troca e debate de informações, que ocorreram dentro da sala de aula foi um indicador positivo do resultado trabalho cooperativo realizado anteriormente.

Para sistematizar a professora, utilizando o computador e o datashow, fez uma exploração conjunta do site da Direção-Geral do Orçamento e do Governo de Portugal, evidenciando e mostrando o Relatório do Orçamento de Estado para introduzir a atividade 3 de aprendizagem cooperativa, que iria ser trabalhada na aula seguinte com a Professora cooperante (decisão tomada durante a aula, face à alteração da planificação da aula). Para facilitar a realização na aula seguinte, desta atividade foi feita a sua explicação (leitura dos procedimentos da atividade e distribuição materiais).

Concluiu-se a aula através do diálogo recapitulativo dos conceitos, reforçando mais uma vez, a demonstração do Orçamento de Estado como instrumento de intervenção do Estado da Economia e espelho das prioridades do Governo (as despesas de maior volume correspondem às áreas de atuação política em que o Governo aposta com mais intensidade, pois, neste âmbito, todas as decisões revelam uma decisão ou uma linha de orientação). As alunas partilharam com a professora a sua satisfação e orgulho no trabalho realizado em grupo e mostraram-se motivadas em continuar a melhorá-lo.

Finalização da aula n.º 3 –Profª cooperante (5 de Março 2012)

Problema n.º 3 – Quais as informações do orçamento de estado ?

A atividade 3, continha o problema n.º 3 que foi trabalhado durante uma aula de 90 minutos, na qual foi desenvolvida uma atividade do tipo STAD de aprendizagem cooperativa.

Não estive presente nesta aula, no entanto a Professora Maria João transmitiu-me que as alunas trabalharam afincadamente na atividade, tendo conseguido realizá-la autonomamente. Pesquisaram a informação no relatório do Orçamento de Estado, selecionaram a informação relacionada com o conteúdo que estava a ser trabalhado; responderam às questões e registaram num documento em formato digital.

A Profª cooperante referiu que as alunas interiorizaram muito bem os papéis que lhes tinham sido distribuídos, tendo-os desempenhado ao longo da atividade.

Descrição da aula n.º 4 (13 Março 2012)

A data desta aula foi definida em função do término das aulas sobre os instrumentos de intervenção do Estado na economia, pelo que ficou agendada para o dia 13 de Março.

Tal como nas aulas anteriores a introdução a aula foi feita com a redação do sumário da aula, registo do sumário no caderno diário e apresentação dos objetivos e das estratégias/atividades que seriam implementadas na aula.

Através da apresentação dos trabalhos elaborados nas aulas anteriores foram revistos os conceitos de Planeamento, Orçamento de Estado, despesas e receitas públicas, Impostos diretos e indiretos, Saldo Orçamental e Dívida Pública.

A apresentação da nova atividade iniciou-se com a exploração de dois portfolios digitais criados pela professora, o diálogo foi orientado para a estrutura/aspecto gráfico e potencialidades da ferramenta digital.

Pelo que se procedeu à introdução da atividade 4-aprendizagem cooperativa.

Problema n.º 4 – Portfolio digital

Tal como foi feito nas aulas anteriores houve a explicação da tarefa (leitura dos procedimentos da atividade), passando para a sua resolução em grupos de trabalho cooperativo com a supervisão da aprendizagem dos alunos e intervenção nos grupos quando necessário, pela professora, para melhorar o desempenho do grupo.

Nesta fase as alunas disponibilizaram os trabalhos de grupo elaborados em formato digital.

O objetivo da atividade seria que toda a turma desenvolvesse um projeto de forma cooperativa, a partir do contributo dado por cada grupo de trabalho a quem competia a realização de tarefas diferenciadas. Como o espaço físico da sala de aula apenas comportava o computador da carteira da professora, foi disponibilizado um computador portátil com ligação à Internet. O grupo X trabalhou na carteira da professora e o grupo Y no seu local anterior com o computador portátil. Esta transição de locais de trabalho foi rápida e pacífica.

Com a intervenção da professora criou-se uma conta no *gmail*, para apoio ao posterior site, onde foram inseridos os trabalhos. As alunas ficaram muito entusiasmadas com a criação da conta em nome do grupo turma. Foi um desafio conseguir encontrar um nome que agradasse a todas.

Nesta fase, ocorreram alguns problemas, porque as sugestões de nomes que as alunas proponham não tiveram feedback do sistema, pelo que se teve que passar para o plano B, ou

seja, utilizar a conta que a professora tinha criado no dia anterior para o caso de ocorrer alguma eventualidade (email: susana.castro1998@gmail.com).

Dado que o computador é uma máquina como outra qualquer, naturalmente sujeita a falhas e problemas técnicos que podem facilmente deitar por terra um trabalho longamente planeado, seguindo-se o princípio da prudência criou-se uma alternativa pedagógica.

Ultrapassado este primeiro obstáculo, passou-se para a criação do site propriamente dita. As alunas escolheram o tema de base e o nome do mesmo-As6economistas (<http://sites.google.com/site/as6economistas/system/app/>).

A inclusão dos documentos passou por uma primeira passagem para o *googledocs*, e posteriormente para o site.

As alunas foram muito cuidadosas com a apresentação gráfica do site, inserindo os documentos de um modo sequencial e estruturado.

O trabalho final ficou interessante e as alunas ficaram muito orgulhosas do mesmo.

O resumo sumário dos conceitos foi feito através da análise do site criado, reforçando a importância do Planeamento e do Orçamento de Estado como instrumentos de intervenção do Estado na Economia e espelho das prioridades do Governo.

Para terminar a implementação da aprendizagem cooperativa, realizou-se um mini teste de avaliação das aprendizagens, e as alunas preencheram o seu registo diário.

Optou-se por entregar o inquérito final às alunas, solicitando-lhes que respondessem ao mesmo após uma pequena reflexão individual, para posterior devolução à Professora cooperante.

Síntese da prática pedagógica

Ao longo da implementação desta estratégia a professora foi sempre relembrando que todos os elementos são igualmente responsáveis pela aprendizagem de cada um e de todos. As alunas quando tinham dúvidas, primeiro questionavam-se dentro do grupo e só se não conseguissem obter solução é que perguntavam à professora. A pesquisa foi feita em vários livros e em diferentes partes dos mesmo, desde o glossário do livro aos resumos e ao texto propriamente dito. As alunas tomavam a iniciativa e dividiram as tarefas entre si. Interiorizaram que todas deveriam ajudar-se mutuamente de modo a que cada uma desse o seu melhor, permitindo assim que todos os elementos do grupo aprendam alguma coisa no grupo.

Notou-se um pouco de resistência, no início, ao uso do computador. Só uma aluna se destacou pela destreza no uso da ferramenta informática powerpoint. Esta resistência foi rapidamente ultrapassada após a primeira apresentação e até se tornaram demasiado preocupadas com a apresentação gráfica.

As alunas colaboraram sempre e mostraram entusiasmo.

Na aula nº3 a crítica das alunas perante a intervenção do Estado na Economia mostrou sinais de consciencialização face aos problemas económicos e sociais atuais e fomentou a reflexão crítica.

Durante a prática a professora também desenvolveu rotinas relativamente aos papéis que deveria desempenhar na implementação desta estratégia, garantindo por um lado a efetivação da planificação bem como, fornecer o feedback permanente e, em tempo útil, dar indicações do que cada aluna podia fazer para melhorar, ajudá-la a reconhecer os seus aspetos positivos e dificuldades, sem deixar escapar as oportunidades de realçar o empenho e os pequenos sucessos. O esforço das alunas foi recompensado.

As transições da turma para as equipas de aprendizagem cooperativa foram serenas, uma vez que as alunas tiveram instruções claras e concretas, sabendo quais os seus papéis e as expectativas da professora sobre elas. A condução das aulas correu num ambiente calmo e relaxado, dada a coordenação eficaz das atividades, fruto de uma planificação cuidada e meticulosa feita anteriormente.

Na prática pedagógica procurou-se ter sempre presentes os conceitos teóricos já abordados, que vão desde o reconhecimento das vantagens da heterogeneidade, à familiarização de aprendizagens ativas, de pesquisa e discussão, promovendo sempre que possível a interdependência positiva entre todos os elementos do grupo, a integração social, a responsabilidade individual e a avaliação do grupo, componentes essenciais da aprendizagem cooperativa.

Métodos e técnicas de avaliação

A avaliação é um momento muito importante no processo de ensino – aprendizagem. As competências a desenvolver, os objetivos a atingir e as estratégias a utilizar, foram definidas e implementadas na prática pedagógica. Tal como Berliner (1982) refere, os alunos poderão aprender o que lhes é dado para aprender e raramente aprender aquilo que não lhes é dado para aprender.

Na avaliação, consideram-se os cinco pilares da Didática: O quê? – Conteúdos programáticos, Como? – Métodos e técnicas, A quem? – Alunos, Porquê? – Objetivos e por último Avaliação em si – para ver os resultados

Citando Fraile (1998:45), com a implementação da aprendizagem cooperativa na prática letiva, a avaliação do trabalho de grupo e dos seus procedimentos é fulcral para a motivação dos alunos, ou seja para a valorização do trabalho de grupo. Ressalvando que deverá dar-se a mesma atenção ao processo como ao trabalho final, ou, às atitudes e valores como aos conteúdos e procedimentos, segundo o mesmo autor.

A avaliação surge como instrumento de auto avaliação para o professor e alunas, permitindo ao professor melhorar a sua prática letiva, e neste caso particular aperfeiçoar a implementação da aprendizagem cooperativa em sala de aula, e às alunas a oportunidade de mudança de comportamentos e atitudes.

A avaliação foi feita nas 4 aulas. Iniciou-se com a avaliação diagnóstica, passando para a avaliação formativa, formadora e sumativa. Foi feita pela professora e pelas alunas.

As técnicas de avaliação utilizadas foram: Observação, Questionário e Entrevista.

Observação

Segundo Ghiglione (1993:8), ocorre observação quando existe recolha de informações sem existir contato direto. A observação é uma técnica de recolha de dados que não consiste em apenas ver ou ouvir, mas também em examinar fatos ou fenómenos que desejamos estudar. É um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo como abordagem qualitativa e absolutamente incontornável na investigação pedagógica

Uma observação é considerada científica quando: é sistematicamente planeada; é registada metodicamente; é sujeita à verificação e ao controlo de validade e precisão; serve a um objetivo formulado de pesquisa; e os factos são percebidos diretamente, reduzindo a subjetividade (Afonso,2005:91-93). Ajuda o professor a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os alunos não têm consciência, mas que orientam o seu comportamento.

Na prática letiva a observação é Observação Participante, o principal instrumento de pesquisa é o professor, num contacto direto, frequente e prolongado com os alunos no contexto de sala de aula.

Esta técnica é caracterizada pelo papel e a postura que o professor adota durante a observação, bem como o seu nível de participação e interação com o que observa. Esta observação é atenta e integrada no que respeita aos cenários, aos sujeitos, às ações, reações, ou seja, ao sistema observado. Mediante objetivos já previamente estabelecidos, o professor terá uma postura reflexiva perante o observado, tomando notas, registando e recolhendo dados através dos instrumentos que achar convenientes no desenrolar da prática letiva (Bell, 1991:98).

Para que esta técnica produza resultados satisfatórios, o professor terá de se adaptar ao meio observado, encarando-o como uma fonte de informação, mas também de aprendizagem. Isto deve-se, em grande medida, à complexidade do papel do professor/observador participante, ao qual é exigido elevados níveis de concentração, discernimento e uma boa capacidade de relacionamento com os alunos (Bell, 1991:88).

Questionário

Um questionário é um instrumento de investigação que visa recolher informações, por exemplo, as atitudes, as opiniões, as preferências e os comportamentos que pretendemos compreender e estudar. É constituído por uma série de perguntas organizadas segundo uma determinada ordem, dirigidas a um determinado conjunto de indivíduos (Ghiglione, 1993:118-119).

Possibilita uma sistematização dos resultados fornecidos, facilidade de análise, tempo na recolha e análise dos dados reduzido. É fácil e simples de aplicar. Permite obter informações de forma independente (Quivy, 1995:190-193).

Na elaboração dos questionários utilizados na prática pedagógica considerou-se os princípios da clareza, coerência e da neutralidade.

Os questionários elaborados, “Registo diário do aluno” e “Inquérito final”, o primeiro era composto por questões fechadas, nomeadamente questões de resposta múltipla enquanto que o segundo já tinha questões abertas, sem qualquer limitação às respostas a dar pelos alunos.

A aplicação do Inquérito foi de administração direta: as alunas registaram as suas respostas

Entrevista

É uma técnica de recolha de informações que utiliza preferencialmente a comunicação verbal. Optou-se pela Entrevista com perguntas abertas ou não diretivas: colocando-se um tema ao entrevistado sob forma de uma questão indireta.

A entrevista apresenta como vantagens: a profundidade da informação, a flexibilidade, a liberdade e o respeito pelos quadros de referência do/a entrevistado/a (Afonso, 2005:98-99).

Para a aplicação das técnicas anteriores mencionadas, houve necessidade de elaborar instrumentos específicos de recolha de dados, tendo em consideração a turma de 6 alunas, para posterior análise crítica da prática pedagógica desenvolvida em sala de aula, pelo grupo turma e pelos dois grupos de aprendizagem cooperativa.

Os instrumentos produzidos propunham-se avaliar não só os conhecimentos, mas também as atitudes e valores, nomeadamente: a cooperação, autonomia e responsabilidade, presentes na mais-valia intrínseca à Aprendizagem cooperativa e nas competências a desenvolver com o ensino da Economia.

Os instrumentos de recolha de dados construídos foram:

Pré-teste (anexo C)

Mini Teste (anexo C)

Registo diário do aluno (anexo C)

Questionário final (anexo C)

Grelha de observação da professora (anexo C)

Grelha de avaliação da apresentação (anexo C)

Grelha de avaliação do portfólio (anexo C)

Questionário Final (anexo C)

Teste sumativo-GrupoIII (anexo C)

Pré-teste

O pré-teste tem como principal objetivo diagnosticar alguns pré-conceitos que os alunos possuíam relativamente aos conteúdos a desenvolver nas aulas seguintes.

Na teoria construtivista, a aprendizagem de um novo conteúdo ocorre quando há a construção de uma atividade mental pelo aluno, produto da incorporação na sua estrutura mental dos significados e representações relativas ao novo conteúdo. No entanto, o aluno não é tábula rasa (Perrenoud, 2000), esta atividade mental ocorre em conjugação com conceitos, conceções, representações e conhecimentos adquiridos de experiências anteriores. Segundo Coll *et al* (2001:105) o aluno pode assim iniciar o processo de aprendizagem, atribuindo um primeiro nível de significado e sentido ao novo conteúdo.

Considerando o objetivo do pré-teste e a turma, este era constituído por um grupo de oito afirmações, nas quais as alunas tiveram que assinalar as afirmações verdadeiras e as falsas, corrigindo as últimas de forma a transformá-las em verdadeiras. Foi aplicado na primeira aula de prática pedagógica.

Mini teste

O Mini teste teve como principal objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos pelas alunas na prática pedagógica.

Foi um instrumento utilizado para analisar a evolução do desempenho das alunas e consequentemente a eficácia da metodologia implementada.

Na sua constituição existiam dois exercícios distintos, o exercício I que continha seis afirmações das oito afirmações do pré-teste (excluiu-se duas afirmações porque não estavam relacionadas com os conteúdos lecionados) e o exercício II que era composto por três perguntas que pretendiam atingir objetivos, com um grau de complexidade crescente; na pergunta 1 parte-se do conhecimento para a compreensão na pergunta 2, terminando com a análise na pergunta 3.

Registo diário do aluno

O registo diário do aluno é um documento reflexivo da aprendizagem e do desempenho dos alunos em sala de aula. Johnson & Johnson (1999b) citados por Fontes & Freixo (2004:70) referem que o aluno poderá avaliar o seu desempenho através de um questionário com afirmações na primeira pessoa do singular, como por exemplo: “Pesquise a informação” ou “Partilho ideias próprias”, verificando a frequência e a eficácia da sua ação social.

O registo diário do aluno era composto por uma pequena introdução: “*Responde ao questionário que se segue com sinceridade, pois ao fazê-lo estarás a contribuir para te conheceres melhor e refletires sobre as tuas atitudes*” e por seis afirmações de comportamentos e atitudes das alunas: *Pesquise a informação; Comunico a informação que recolhi; Realizo as tarefas; Participo, responsavelmente, na atividade; Partilho ideias próprias; Tomo iniciativas;* em consonância, com as competências que se pretendiam desenvolver na prática pedagógica. Nas respostas a forma de registo era – Muitas Vezes (MV); Algumas Vezes (AV) e Nunca (N).

No final de cada atividade as alunas preencheram o seu registo, refletindo sobre o seu comportamento e atitudes no grupo, procedendo-se à validação do instrumento.

Grelha de observação da professora

As grelhas de observação são instrumentos com elevada utilidade para a recolha e transmissão de dados concretos da atividade do grupo, no entanto deve-se salientar a subjetividade que está inerente à observação, pois está-se a avaliar comportamentos e atitudes dos alunos, interações no grupo, para posterior avaliação da aquisição de conhecimentos e atitudes de trabalho de grupo pelo aluno (Johnson & Johnson, 1999 citados por Fontes & Freixo, 2004:72)

A observação foi dirigida para dimensões específicas da aula, nomeadamente para as interações que a aprendizagem cooperativa incentiva.

A observação da professora foi orientada pelo instrumento - grelha de observação, com a forma de registo – Nenhuma vez (NV); Algumas Vezes (AV); Muitas Vezes (MV) dos comportamentos e atitudes das alunas observáveis: *Pesquisa a informação, Comunica a informação, Realiza tarefas por sua iniciativa, Responsabiliza-se pela tarefa, Participa na atividade, Comunica Ideias próprias.*

Ao longo das aulas, a professora, por cada atividade realizada, preencheu as grelhas de observação e fez os seus registos no diário de aula. Os registos feitos pela professora foram sempre partilhados com os alunos, para mostrar a evolução do seu desempenho bem como permitir, um feedback construtivo.

Grelha de avaliação da apresentação

A apresentação do trabalho realizado na atividade Co op-Co op foi feita atendendo às exigências da mesma.

Os parâmetros sujeitos à avaliação da apresentação foram *a preparação/sistematização da informação-compreensão do problema, a exposição à professora e aos colegas-capacidade de comunicação e a discussão e resposta às questões levantadas-capacidade de argumentação* coma forma de registo Bom (B), Satisfaz(S) e Não Satisfaz(NS).

Grelha de avaliação do Portfólio Digital

A criação portfólio digital teve como objetivo a implementação das TIC em sala de aula.

O portfólio digital foi objeto de avaliação do grupo no final, uma vez que traduzia o desempenho do grupo nas tarefas propostas, tendo em consideração a quantidade e a qualidade científica do material criado e a sua apresentação gráfica. *A criatividade, a recolha, a clareza e a seleção da informação* foram sujeita a um registo qualitativo de Bom (B), Satisfaz(S) e Não Satisfaz(NS).

Questionário final

Apesar da riqueza da informação que pode ser recolhida através da observação da professora durante a prática pedagógica, existiu a necessidade de conhecer a opinião das alunas sobre a Aprendizagem cooperativa.

O questionário era composto por quatro perguntas de resposta aberta sobre *os aspetos que mais e menos gostaram da aprendizagem cooperativa, o funcionamento do grupo e as vantagens que esta atividade lhes proporcionou.*

Foi entregue às alunas na última aula para preenchimento posterior, após reflexão, sem qualquer esclarecimento para evitar desvios nas respostas.

Teste sumativo (Grupo III)

Foi feito um grupo de questões para o teste sumativo relacionadas com os conteúdos da prática pedagógica, no entanto a Professora cooperante já tinha elaborado o teste sumativo, pelo que este foi utilizado na aula de revisões para o teste sumativo, como avaliação formativa.

O Grupo III era constituído por duas perguntas nas quais as alunas tinham que explicar determinadas afirmações relacionando os dados contidos em quadros e textos com os conteúdos aprendidos na prática pedagógica. Trata-se de mais um instrumento reflexivo das aprendizagens atingidas.

Recolha dos dados

A recolha de dados para a avaliação da estratégia resultou da aplicação e preenchimento dos instrumentos anteriormente referidos.

Os registos da professora foram partilhados com as alunas com o objetivo de melhoria continua na prática letiva.

A quantidade de instrumentos utilizados reflete que a avaliação na Aprendizagem cooperativa privilegia uma atividade descritiva e assente na crítica positiva e construtiva, análise qualitativa, não descurando a análise quantitativa.

A análise qualitativa baseou-se nos registos obtidos pelos instrumentos relativos à avaliação de comportamentos e atitudes: grelha de observação da professora (incluindo-se a grelha de avaliação da apresentação e do portfólio digital), registo diário dos alunos, inquérito final e entrevista. A análise quantitativa baseou-se nos registos nos instrumentos relativos à avaliação de conhecimentos: Mini teste e Teste sumativo (grupo III) .

Análise dos dados

A análise dos dados da avaliação requer muito rigor, pois procede-se ao tratamento dos dados e à elaboração das conclusões. No entanto, a prática pedagógica foi de 4 aulas, pelo que a análise de dados será baseado numa quantidade reduzida de registos, no entanto esclarecedores das competências adquiridas em termos cognitivos e dos comportamentos e atitudes das alunas.

Análise qualitativa

Os dados recolhidos na grelha de observação da professora, nas 4 aulas, foram transcritos para a seguinte tabela de frequência:

Grupo	Nomes	Pesquisa a Informação		Comunica a informação		Realiza tarefas por sua iniciativa		Responsabiliza-se pela tarefa		Participa na atividade		Comunica ideias Próprias	
X	Margarida	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0
		AV	1	AV	0	AV	0	AV	0	AV	0	AV	0
		MV	2	MV	3	MV	3	MV	3	MV	3	MV	3
	Rita	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0
		AV	0	AV	0	AV	0	AV	0	AV	0	AV	0
		MV	4	MV	4	MV	4	MV	4	MV	4	MV	4
	Soraia	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0
		AV	1	AV	0	AV	1	AV	0	AV	0	AV	1
		MV	2	MV	3	MV	2	MV	3	MV	3	MV	2
Y	Catarina	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0
		AV	0	AV	1	AV	2	AV	1	AV	0	AV	2
		MV	4	MV	3	MV	2	MV	3	MV	4	MV	2
	Isabel	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0
		AV	0	AV	0	AV	0	AV	0	AV	0	AV	0
		MV	4	MV	4	MV	4	MV	4	MV	4	MV	4
	Jéssica	NV	0	NV	0	NV	1	NV	0	NV	0	NV	1
		AV	2	AV	1	AV	1	AV	2	AV	2	AV	3
		MV	2	MV	3	MV	2	MV	2	MV	2	MV	0

Tabela I – Perceção da professora sobre as atitudes das alunas nas atividades de aprendizagem cooperativa. Forma de registo-Nenhuma vez (NV), Algumas vezes (AV) e Muitas vezes (MV). Frequência da observação: 1– observado numa aula, 2 – observado em duas aulas, 3 – observado em três aulas e 4 – observado em quatro aulas

Os dados recolhidos no **Registo Diário do aluno**, durante as 4 aulas, foram transcritos para a seguinte tabela de frequência:

Grupo	Nomes	Pesquisa a Informação		Comunicação a informação que recolhi		Realizo as tarefas		Participo, responsavelmente na atividade		Partilho ideias Próprias		Tomo iniciativas	
X	Margarida	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0
		AV	1	AV	0	AV	0	AV	0	AV	1	AV	0
		MV	1	MV	2	MV	2	MV	2	MV	1	MV	2
	Rita	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0
		AV	0	AV	0	AV	0	AV	0	AV	1	AV	1
		MV	4	MV	4	MV	4	MV	4	MV	3	MV	3
	Soraia	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0
		AV	1	AV	1	AV	0	AV	1	AV	2	AV	1
		MV	2	MV	2	MV	3	MV	2	MV	1	MV	2
	Catarina	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0
		AV	0	AV	2	AV	1	AV	0	AV	2	AV	2
		MV	4	MV	2	MV	3	MV	4	MV	2	MV	2
	Isabel	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0
		AV	1	AV	0	AV	0	AV	0	AV	0	AV	0
		MV	3	MV	4	MV	4	MV	4	MV	4	MV	4
	Jéssica	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0	NV	0
		AV	2	AV	2	AV	1	AV	2	AV	2	AV	3
		MV	2	MV	2	MV	3	MV	2	MV	2	MV	1

Tabela II – Perceção das alunas sobre as suas atitudes nas atividades de aprendizagem cooperativa. Forma de registo- Nenhuma vez (NV), Algumas vezes (AV) e Muitas vezes (MV.) Frequência da observação: 1– observado numa aula, 2 – observado em duas aulas, 3 – observado em três aulas e 4 – observado em quatro aulas

A MARGARIDA não preencheu o seu registo diário em duas aulas, na 1.ª aula porque saiu mais cedo por razões pessoais e na 2.ª aula porque faltou pelo mesmo motivo pessoal, pelo que só tem dois registos. A SORAIA só tem três registos porque faltou à 1.ª aula. As restantes alunas têm quatro registos. Na grelha de observação da professora a MARGARIDA tem três registos, uma vez que a aluna ausentou-se nos últimos 15 minutos da 1.ª aula, pelo que os restantes 60 minutos foram sujeitos a observação.

Comparando os dados das duas tabelas podemos concluir que não existem grandes discrepâncias entre a observação da professora e o registo diário das alunas, a sua autoavaliação.

Pela positiva destacam-se as alunas RITA e ISABEL, tendo a frequência máxima de registos observáveis pela professora nos comportamentos e atitudes, embora na sua auto-avaliação as alunas sejam mais modestas.

A aluna JÉSSICA foi a aluna que evidenciou mais resistência ao desenvolvimento e aplicação de comportamentos e atitudes exigidos na Aprendizagem cooperativa. Na auto-avaliação a aluna evidencia esta dificuldade observada pela professora.

As alunas CATARINA e SORAIA tiveram uma prestação satisfatória, não esquecendo que é a primeira vez que estas alunas trabalham cooperativamente.

No registo dos comportamentos e atitudes da grelha de observação da professora: *pesquisa a informação, realiza as tarefas por sua iniciativa e participa responsabilmente na tarefa*, reveladores de responsabilidade e autonomia, 83% das observações têm o registo Muitas vezes (MV); enquanto que nos comportamentos: *comunica a informação e participa na atividade*, o valor é de 90% no registo MV, baixando consideravelmente para 68% o registo MV na *comunicação de ideias próprias*, reveladores de responsabilidade, autonomia e cooperação.

Com estes dados é possível concluir que já existe trabalho cooperativo nestes grupos, no entanto, ainda há um percurso a fazer para se atingir as componentes essenciais referidas por Johnson & Johnson (1999a).

Os dados do inquérito final foram submetidos a uma análise de conteúdo, fazendo-se a transcrição dos factos mais relevantes que evidenciam a interiorização dos elementos essenciais da aprendizagem cooperativa.

Os aspetos que as alunas mais gostaram da aprendizagem foram a utilização conjunta da ferramenta informática powerpoint para construção das apresentações dos seus trabalhos de grupo, a criação do site e a distribuição das tarefas dentro do grupo.

Em contraponto, o aspeto que menos gostaram foi o tempo reduzido dedicado ao trabalho de grupo, nomeadamente para a elaboração das apresentações. A aluna Jéssica referiu os problemas na criação da conta no gmail.

Na questão relativa ao funcionamento do grupo as respostas na generalidade referem que foi bom, destacando as respostas das alunas, ISABEL – *“O funcionamento do grupo foi produtivo, porque cada uma tinha uma função e todas cumpriram”* e CATARINA – *“Foi muito bom, demo-nos todas muito bem com os nossos papeis e isso ajudou muito”*.

Na última questão em que inquiria as alunas sobre as vantagens da Aprendizagem cooperativa, optou-se por transcrever as respostas das alunas:

“É uma boa maneira de trocar ideias sobre a matéria e com as apresentações aprendemos melhor a matéria”,

“É uma forma diferente, sem ser ouvir a professora”,

“O trabalho de grupo é melhor pois até se faz mais rápido e aprende-se”,

“No trabalho de grupo aprende-se melhor a matéria”,

“O trabalho de grupo é muito interessante porque se trocam ideias”

“ O trabalho de grupo é muito bom, todos os alunos deveriam experimentar”.

Os dados do inquérito final permitem fortalecer a conclusão retirada da análise das grelhas de observação da professora e do registo diário das alunas, as alunas cooperaram. Aprenderam a trabalhar em grupo, tornaram-se alunas mais competentes para a vivência em sociedade.

Numa das perguntas da entrevista realizada à Professora cooperante propunha-se uma análise “SWOT” da prática pedagógica de aprendizagem cooperativa realizada na sua turma em quatro aulas. A Professora cooperante referiu como pontos fortes a interiorização dos papéis atribuídos pelas alunas, a responsabilização na realização da tarefa, as interações suscitadas entre as alunas e o entusiasmo, e como ponto fraco o tempo limitado no trabalho de grupo, por outro lado constatou estarem presentes oportunidades para estimular a melhoria das competências sociais e realização escolar, não esquecendo a ameaça existente na exigência dos procedimentos rígidos para a prática letiva cooperativa.

Os dados da entrevista corroboram os dados favoráveis à aprendizagem cooperativa na análise qualitativa feita com os outros instrumentos de recolha de dados utilizados na prática letiva.

Análise quantitativa

O confronto dos resultados do Pré-teste e Mini teste evidenciam a aquisição de conhecimentos das alunas, uma vez que estamos a comparar o mesmo grupo de questões.

Alunas	Pré-teste	Mini teste
Catarina	75	80
Isabel	87,5	100
Jéssica	37,5	70
Margarida	50	70
Soraia	37,5	75
Rita	75	85

Tabela III – Resultados obtidos pelas alunas no Pré-teste e Miniteste (em %)

Alunas	Grupo III Teste Sumativo
Catarina	57
Isabel	71
Jéssica	61
Margarida	57
Soraia	56
Rita	63

Tabela IV – Resultados obtidos pelas alunas no Grupo III do teste sumativo (em %).

Os resultados mostram que as alunas tiveram um desempenho positivo, no entanto não foi tão favorável como o obtido no mini teste, dado o grau de dificuldade superior das questões apresentadas no teste sumativo. As alunas adquiriram os conhecimentos básicos relativos aos conteúdos ministrados durante a prática pedagógica.

Conclusões

A prática pedagógica teve como suporte a teoria socioconstrutivista de Vygostky e os princípios da aprendizagem cooperativa, utilizando a subunidade “A intervenção do Estado na Economia”, proporcionou-se aos alunos um conjunto de aprendizagens cognitivas e atitudinais concretizadas em grupos de aprendizagem heterogéneos com o objetivo de obter simultaneamente sucesso na aprendizagem da Economia e desenvolver competências atitudinais.

As principais conclusões resultantes da prática letiva que tinha como objetivo inicial a resposta à questão: *“Como é que a Aprendizagem cooperativa numa turma reduzida de Economia do 11.º ano promove o desenvolvimento de competências atitudinais e cognitivas presentes no Programa de Economia A do Ministério de Educação?”* são divididas em:

Desenvolvimento das competências atitudinais

Os dados anteriormente tratados evidenciam que houve uma evolução nas aprendizagens atitudinais que pretendíamos desenvolver *responsabilidade, cooperação e autonomia*. Contudo, as alunas revelam maiores dificuldades na atitude *cooperação*.

Ao longo da prática pedagógica verificou-se uma progressão no desempenho atitudinal da maioria das alunas (este facto ficou visível na comparação dos dados recolhidos nas diferentes atividades).

A heterogeneidade dos grupos cooperativos tornou-se um elemento facilitador e estimulador da aprendizagem uma vez que, as alunas no final sem exceção gostaram de trabalhar e aprender em grupo;

As alunas consideraram que esta nova estratégia lhes serviu para aprender a trabalhar em grupo, sendo muito gratificante o esforço que desenvolveram para que o grupo funcionasse.

A aprendizagem cooperativa permitiu lecionar os conteúdos previstos no programa, possibilitando um ensino centrado no aluno, atendendo aos alunos com mais dificuldade, avaliando a todos de forma contínua e sistemática. Na sala de aula não foi um fator redutor.

Desenvolvimento das competências cognitivas

Os dados analisados permitem concluir que todas alunas tiveram um desempenho positivo, sendo de realçar a subida da JÉSSICA, aluna que revelou maiores dificuldades durante a prática pedagógica.

Cruzando os dados anteriores conclui-se que o desenvolvimento de competências atitudinais anda a par com o desenvolvimento de competências cognitivas na aprendizagem cooperativa.

A aprendizagem cooperativa é uma boa estratégia para implementar na sala de aula no ensino da economia.

11. SÍNTESE REFLEXIVA

O desenvolvimento deste relatório conduziu a uma reflexão sobre a aprendizagem cooperativa no ensino da economia. Segundo Robinson (s/data) “anestesiamos” os nossos alunos, para que eles estejam aptos a “receber” saber, e não desenvolver competências que permitam prepará-los para o século XXI. Ovejero (s/data:1) considera que a escola deve assumir atitudes mais cooperativas e menos competitivas.

Um indivíduo desta nova sociedade, deve ser autónomo, adaptável à mudança, ter iniciativa, ser capaz de desenvolver trabalho cooperativo em equipas diferenciadas utilizando a tecnologia como meio de comunicação, ter sentido crítico, ser capaz de inovar, ser criativo, ser capaz de usar a tecnologia no seu dia-a-dia, estar apto a seleccionar e gerir informação, ser capaz de analisar e compreender a informação, ser produtivo e ter responsabilidade social. Para que isto aconteça é necessário encontrarmos novas estratégias de ensino que permitam ao aluno desenvolver estas competências.

A aprendizagem cooperativa é uma estratégia de ensino que vai ao encontro da Lei de bases do sistema educativo e das competências para o século XXI. Este tipo de aprendizagem requer que a escola e os professores tenham abertura para experimentar novas abordagens. A aprendizagem cooperativa atribui um novo papel ao aluno, mais participativo na sua aprendizagem, mais autónomo, com sentido crítico.

Em conformidade com os resultados alcançados, a aprendizagem cooperativa contribuiu para o desenvolvimento do conhecimento em todas as alunas, promoveu conhecimentos e competências em alunas com vários níveis de aproveitamento, desde as mais fracas às de maior sucesso académico.

As alunas assumiram um papel mais ativo como pesquisadoras e questionadoras das respostas aos seus problemas. A argumentação e a construção da informação impuseram-se como estratégias muito importantes para o sucesso.

Johnson, & Johnson (1984) citados por Sanches (1994:35) referem que “*a discussão cria situações de aprendizagem nas quais se verifica uma repetição oral mais frequente da informação, incorporação da informação nova e fundamentação que clarificam e integram a informação*”

A discussão dentro dos grupos promoveu a aquisição de maior e melhor capacidade de argumentação, dado o elevado número de intervenções orais que se proporcionaram e menor número de intervenções da professora. Pelo que se deduz que a discussão e reflexão promoveram a melhoria do pensamento das alunas e ajudou-as a construir competências de comunicação e de processos de pensamento.

A vantagem que se evidenciou foi a oportunidade criada às alunas de trabalharem de forma interdependente em tarefas comuns, e estas aproveitaram-na integralmente tendo aprendido a trabalhar em grupo. Sendo referido pela professor cooperante a forma exemplar como as alunas interiorizaram os seus papéis dentro do grupo e concretizaram com êxito as tarefas.

No final da prática pedagógica os dois grupos apresentaram maior coesão no grupo e o facto de terem conseguido trabalhar em grupo motivou-as na procura de um melhor resultado. As alunas mostraram estar muito satisfeitas com o clima de aprendizagem criado e mencionaram que aprenderam mais e com mais prazer.

A aprendizagem cooperativa surge como adequada quando se pretende que os alunos desenvolvam a autonomia, a partilha de ideias, o confronto com as ideias dos outros, a seleção e a argumentação.

As alunas mostraram clara preferência por este tipo de trabalho pedagógico porque se sentiram mais autónomas, experimentaram as suas próprias ideias e aprenderam umas com as outras.

O tamanho da turma é diminuto. Na pesquisa bibliográfica feita não se encontrou nenhum estudo conclusivo sobre a influência do tamanho da turma na aprendizagem, no entanto da experiência letiva adquirida sabe-se que numa turma reduzida a relação professor-aluno é muito próxima, o professor retira as dúvidas individuais e “possibilita” o aumento do conhecimento, sendo conhecedor do desempenho do aluno, avaliação e orientação individual. Os alunos mostram as suas necessidades e curiosidades que podem ser satisfeitas e o professor sente o seu trabalho valorizado. Na prática pedagógica, o tamanho da turma funcionou como facilitador da implementação da estratégia.

Quando os alunos não dominam o conjunto de procedimentos e atitudes intrínsecas ao processo cooperativo, trabalhar com grupos de aprendizagem cooperativa pode ser uma desilusão, se o professor espera o sucesso rápido e sem esforço. O processo de Aprendizagem Cooperativa apresenta dificuldades no início da sua aplicação. É *necessário doses de persistência e paciência sobretudo no início* (Fraile, 1998:31).

A organização do trabalho e as relações sociais são funções exigidas ao professor quando implementa aprendizagem cooperativa em sala de aula. O professor para facilitar o processo de aprendizagem tem que ter confiança na capacidade autónoma de resolver os problemas dos seus alunos, atuar estrategicamente de modo a valorizar as atitudes que evidenciam responsabilidade e cooperação, ajudar a resolver situações problemáticas, observar o trabalho do grupo e avaliá-lo.

O professor deve ter uma capacidade de lidar com o imprevisto, não demonstrando nunca desespero, e uma flexibilidade muito grande não caindo na tentação de impor as suas

ideias. É exigido um conhecimento aprofundado dos conteúdos uma vez que a discussão em grupo origina inúmeras dúvidas.

A motivação dos alunos e a ordem dentro da sala de aula assumem grande importância, tal como o ambiente de sala de aula deve ser apetecível para o trabalho de grupo com êxito. Pelo que é fundamental apresentar de uma forma clara e concisa as regras e os procedimentos inerentes à metodologia, tal como as expectativas que o professor tem nos alunos. A avaliação sistemática e partilhada é essencial.

A constituição dos grupos, nomeadamente a distribuição dos alunos e o número de alunos por grupo é um passo complicado na implementação da aprendizagem cooperativa, apresentando-se o conhecimento da turma como elemento facilitador. A constituição dos grupos pelos alunos é um risco.

Face às características da turma a aplicação da aprendizagem cooperativa não teve incidentes relevantes, no entanto ficou bem patente que é imprescindível uma planificação cuidada e pormenorizada, para o sucesso da estratégia no processo de ensino aprendizagem.

Nesta experiência pedagógica o contexto foi muito favorável e permitiu uma postura criativa e flexível no exercício da função docente, promovendo a aprendizagem ativa e proporcionando o crescimento da autoestima tanto das alunas como da professora.

Como refere Arends (1999:368) as competências de cooperação são muito importantes para a sociedade, uma vez que muito do trabalho adulto é realizado em organizações amplas e interdependentes e as sociedades estão a tornar-se cada vez mais globais na sua orientação.

A economia está presente no nosso quotidiano, são poucos os aspetos do comportamento humano que não têm uma dimensão económica e raros são os assuntos do mundo que podem ser compreendidos sem um conhecimento dos princípios económicos.

O ensino da economia só fará sentido se for potenciador do conhecimento e da reflexão crítica da sociedade em que vivemos, atendendo a que a finalidade do económico é o social, criando atitudes éticas e sociais que apoiem uma intervenção refletida e efetiva. Pelo que a cooperação e a solidariedade num mundo em que a globalização dos fenómenos não se compadece com o puro individualismo e o meio ambiente, a igualdade de oportunidades, os direitos humanos, a paz e o desenvolvimento são valores essenciais. A economia com sentido e a aprendizagem cooperativa andam de mãos dadas.

No entanto, na bibliografia consultada não surgiu um único estudo sobre a utilização da aprendizagem cooperativa no ensino da economia, surgindo apenas estudos na área das ciências exatas.

Por último reflete-se sobre as TIC na Aprendizagem Cooperativa, as quais se apresentam como uma ferramenta de aprendizagem, e sobre a significativa discrepância na relação das alunas com o computador: enquanto que uma aluna dominava de modo apreciável

estas tecnologias, para as outras o computador era uma máquina para jogos, ou a forma de aceder à Internet para consultar o email e facebook.

Por muitas expectativas e entusiasmo que as TIC suscitem, todos precisam de estar cientes que elas, só por si, não garantem melhoria qualitativa do ensino e da aprendizagem.

Para terminar há que referir o enriquecimento de conhecimentos e a ambição criada no desenvolvimento da prática pedagógica, pelo que sugere-se futuras investigações que contribuirão, em certa medida, para a melhoria da prática letiva. Evidenciam-se as seguintes:

- um estudo numa turma de 24 a 30 alunos do 11.º ano, para posterior análise comparativa dos resultados.
- um estudo numa turma de 24 a 30 alunos, com início no 10.º ano e término no 11.º ano, para posterior análise da evolução da aquisição e aperfeiçoamento das competências.
- um estudo interdisciplinar, na mesma turma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, N.(2005). *Investigação naturalista em educação. Um guia prático e crítico*. Porto: Asa.
- AGUADO, Díaz, M.J. (2000). *A Educação Intercultural e Aprendizagem Cooperativa*. Porto Editora
- ARENDS, Richard (1999). *Aprender a ensinar*. Amadora: Editora McGraw-Hill de Portugal,Lda.
- AASL (2007). *Standards for the 21st century learner*.Retirado em Março 15,2011 de <http://www.ala.org/aasl/standards>
- BELL, Judith (1991). *Doing your Research Project*. England: Open University Press, McGraw-Hill Education.
- BESSA, Nuno & FONTAINE, Anne-Marie: *Cooperar para Aprender. Uma Introdução à Aprendizagem Cooperativa*.- Porto: ASA editores II, 2002.
- BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- BIDEGÁIN, Nicolás Úriz. (1999) *Aprendizaje cooperativo: Principios básicos*. <http://www.pnte.cfnavarra.es>
- Conselho da União Europeia. (2001, Março). *Relatório do Conselho (Educação) para o Conselho Europeu sobre os objetivos futuros concretos dos sistemas de educação e formação*. Lisboa. Retirado em Abril 18, 2011 de http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc/future_pt.pdf
- COLL, César; MARTIN, Elena; MAURI, Teresa; MIRAS, Mariana; OMRUBIA, Javier; SOLÉ, Isabel; ZABALA Antoni.(1998) *El constructivismo en el aula*. Barcelona: Editorial Grao.
- COSTA PEREIRA, Duarte: *Nova Educação na Nova Ciência para a Nova Sociedade. Fundamentos de uma pedagogia científica contemporânea, volume 1*.- Porto: Editora da Universidade do Porto, 2007.
- FONTES, Alice & FREIXO, Ondina (2004). *Vigotsky e a Aprendizagem Cooperativa. Uma forma de aprender melhor*. Lisboa: Livros Horizonte.
- FRAILE, C.L.(1998) *El trabajo en grupo: Aprendizaje cooperativo en secundaria*. Bilbao:Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.
- FREITAS, L.V.; FREITAS, C.V. (2002) *Aprendizagem cooperativa*. Porto: Edições ASA
- GHIGLIONE, R.; MATALON, Benjamin; (1997); *O Inquérito- Teoria e Prática*. (3ª edição). Oeiras: Celta Editores.
- GONZÁLEZ, T. Gabriel (2001), *Didáctica de la economía en el bachillerato*, Síntesis Educación.
- GRAHAM, Leah & METAXAS, Panagiotis Takis (2003). “Of course it’s true; I saw it on the internet!” - *Critical Thinking in the Internet Era*. In Communications of The ACM, n.º 5 (vol.

- 46), May 2003, [online] disponível em <http://www.wellesley.edu/CS/pmetaxas/CriticalThinking.pdf>.
- JOANIQUET, Pili Serra. (2004) Tutoría entre Iguales: El Aprendizaje cooperativo, una competencia básica, *Aula*, nº 132, 76-77
- JONHNSON, D.W.; JONHNSON, R.T. e HOLUBEC, E. J. (1999 a) *El aprendizaje cooperativo en el aula*. Argentina: Paidós
- JONHNSON, D.W.; JONHNSON, R.T. (1999 b) *Learning together and alone: cooperative, competitive and individualistic learning*. Boston: Allyn and Bacon.
- KAY, K. (2007, Janeiro). *21st Century Skills as a Vision for K-12 Education: What should schools and districts do?* Retirado em Março 15, 2011 de <http://www.slideshare.net/dfacc/why-21-century-skills>
- KAGAN, S. (1994) *Cooperative learning*. San Clemente.
- LOPES, José & SILVA, Helena (2009). *A aprendizagem cooperativa na sala de aula. Um guia prático para o professor*. Lisboa: Lidel.
- Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto. Retirado em Junho 2, 2012 de <http://www.fenprof.pt/>
- LEMKE, C. (2002). *EnGauge 21st Century Skills: Literacy in the Digital Age*. Retirado em Abril 14, 2011 de <http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED463753.pdf>
- MARREIROS, Antónia; FONSECA, J.; CONBOY, J. (2001) O trabalho científico em ambiente de aprendizagem cooperativa. *Revista da Educação*. Vol. X nº 2 99-112
- OVEJERO, B. A. (S/D) *Aprendizaje Cooperativo: Un Eficaz Instrumento de Trabajo en las Escuelas Multiculturales y Multiétnicas del siglo XXI* <http://www.psico.uniovi.es>
- PAIS, Maria João; OLIVEIRA, Maria da Luz; GÓIS, Maria Manuela; CABRITO, Belmiro (2007). *Economia A*, Bloco 1. Lisboa: Texto Editores.
- PERRENOUD, Philippe (1995). *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto : Porto Editora
- PERRENOUD, Philippe (2000). *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- PUJOLÁS, Maset, Pere. (2001) *Atencion a la diversidad y aprendizaje cooperativo en educacion obligatoria*. Archodona (Málaga): Ediciones Aljibe.
- QUIVY, Raymond & CHAMPENHOUDT, Luc (1995). *Manuel de recherche en sciences sociales*. 2ª Ed. Paris: Dunod.
- ROBINSON, K. (s/data). *Changing Education Paradigms*. Retirado em Abril 26, 2011 de <http://www.youtube.com/watch?v=zDZFcDGpL4U&feature=channel>
- RODRÍGUEZ, Carlos E. (2007), *Didáctica de las ciencias económicas*, Edición electrónica gratuita, www.eumed.net/libros/2007c/322.
- ROLDÃO, Maria Céu (1999). *Gestão curricular: fundamentos e práticas*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica.

ROLDÃO, Maria Céu & MARQUES, Ramiro (2001). *Inovação, Currículo e Formação*. Edições CIDInE. Porto: Porto Editora.

ROLDÃO, Maria Céu (2003). *Diferenciação curricular revisitada – conceito, discurso e práticas*. Porto: Porto Editora.

ROLDÃO, M.C. (2003). *Gestão do currículo e avaliação de competências. As questões dos professores*. Lisboa: Presença.

ROLDÃO, M.C. (2010) *Estratégias de Ensino*. V.N. Gaia: Ed. Fundação Manuel Leão

SANCHES, M. Chorão. (1994) Aprendizagem cooperativa: Resolução de problemas em contexto de auto-regulação, *Revista da Educação*, Vol IV nº ½ 31-41.

SANCHO, Joana M^a. (1994). *Para una Tecnologia Educativa*. Barcelona: HORSORI.

SANTOS, Clara; SILVA, Conceição. (2003) *Formação Cívica: Um guia prático de aprendizagem*. Porto: Edições ASA.

SILVA, Elsa (coord.) (2002), *Programa de Economia A*, Departamento do Ensino Secundário, Ministério da Educação [Online]; disponível em www.dgidec.min-edu.pt.

SLAVIN, Robert. E. (1995) *Cooperative learning: theory, research and practice*. Boston: Allyn and Bacon

SOUSA, L.G. (2004). *Ensaio de Economia*. Edición electrónica gratuita, www.eumed.net/cursecom/libreria/2004/lgs-ens.htm.

SPRINTHALL, Norman A. & SPRINTHALL, Richard C. (1993). *Psicologia Educacional – Uma Abordagem Desenvolvimentista*. Lisboa: Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda.

YÁNIZ, C.; Villardon, L. (2003) Efeitos da Aprendizagem Cooperativa nos estilos de aprendizagem. *III Jornadas sobre Aprendizagem cooperativa*. UPC. BARCELONA.

LISTA DE ANEXOS

(Conteúdos disponíveis em CD ROM apenso)

ANEXO A – Planificação da Unidade Didática 11 – A intervenção do Estado na Economia

- ☐ Planificação de Médio Prazo da *Unidade 11 – A intervenção do Estado na Economia*,
- ☐ Matriz de Objetivos/Conteúdos da *Unidade 11 – A intervenção do Estado na Economia*.

ANEXO B – Planos das aulas lecionadas da Subunidade 11.2.2 – Instrumentos de intervenção do Estado na Economia

- ☐ Planos de aula 1, 2, 3 e 4 , da Subunidade *11.2.2 Instrumentos de intervenção do Estado na Economia*.

ANEXO C – Recursos, Materiais Didáticos e Grelhas de Avaliação

- ☐ Apresentações em PowerPoint utilizadas nas aulas,
- ☐ Fichas de atividades cooperativas,
- ☐ Pré Teste,
- ☐ Mini teste,
- ☐ Grelha de observação da professora,
- ☐ Grelha de avaliação da apresentação do Trabalho de Grupo,
- ☐ Grelha de avaliação do Portfólio digital,
- ☐ Registo diário do aluno,
- ☐ Grelha de papeis no grupo.

ANEXO D – Inquéritos e Diário de Campo (IPP III)

- ☐ Inquérito inicial aplicado às alunas,
- ☐ Inquérito ambiente na sala de aula/motivação aplicado às alunas ,
- ☐ Diário de campo.

ANO:11°C

FIO CONDUTOR: Perspetivar a intervenção do Estado na economia, reconhecendo a sua importância, para uma melhor compreensão da realidade social e económica e incorporação do conhecimento.

[illegible]



<p>11.2.1. Funções económicas e sociais do Estado</p> <p>11.2.2. Instrumentos de intervenção económica e social do Estado</p> <p>- Orçamento de Estado</p>	<p>do Estado na economia.</p> <p>- Constrói uma atitude pró-ativa perante a intervenção do Estado na economia.</p>	<p>- Distingue o Estado Liberal do Estado Intervencionista. - Justificar a intervenção do Estado na economia.</p> <p>IV. Caracterizar as funções económicas e sociais do Estado.</p> <p>-Dá uma noção de equidade, eficiência e estabilidade. - Refere as falhas do mercado. - Justifica o fato dos bens públicos não serem produzidos pelo mercado. - Exemplifica bens públicos.</p> <p>V. Conhecer os instrumentos de intervenção económica e social do Estado na atividade económica</p> <p>- Refere os instrumentos de intervenção económica e social do Estado na atividade económica; - Dá uma noção de planeamento; - Identifica as finalidades do planeamento. - Distingue planeamento imperativo de planeamento indicativo. - Define Orçamento de Estado; -Identifica políticas económicas e sociais.</p> <p>VI. Analisar o Orçamento de Estado</p> <p>- Define despesas publicas e receitas publicas; - Distingue despesas correntes e despesas de capital; - Identifica receitas patrimoniais ou voluntárias, receitas coativas e receitas creditícias; -Diferencia impostos de taxas; - Diferencia impostos diretos de</p>	<p>power point</p> <p>- Realização de fichas de trabalho/ exercícios e reflexões do manual.</p> <p>- Pesquisa em sites, jornais e revistas de artigos relacionados com os conceitos e apresentação à turma no “Momento económico”(atividade semanal em que cada aluno faz uma apresentação sobre determinado tema pré-estabelecido durante 5 minutos)</p> <p>- Sistematização oral e escrita dos conceitos no caderno diário.</p> <p>-Implementação da metodologia de trabalho cooperativo: Exposição do modelo de Aprendizagem Cooperativa, seguindo as etapas: a) apresentação da proposta de atividade; b) explicação do modo de organização da atividade (nome dos grupos - elementos, explicação do modo de formação dos grupos e distribuição de papéis no grupo) c) explicação da tarefa (leitura dos procedimentos da atividade e distribuição materiais) - Resolução da atividade em grupos de trabalho cooperativo com a supervisão da aprendizagem dos alunos e intervenção nos grupos quando necessário, pela professora, para melhorar o desempenho do grupo; - Apresentação oral do trabalho síntese realizado pelos grupos - Discussão dos resultados em turma</p> <p>Recapitulação dos conceitos através da redação conjunta no quadro da sala</p>	<p>PowerPoint</p> <p>- Fichas de trabalho cooperativo/ exercícios</p> <p>- Manual</p> <p>- Documentos da imprensa, de <i>sites</i> e estatísticas</p> <p>- Livros e revistas de carácter científico.</p> <p>- Jornais (diários e semanários, regionais e nacionais ou, mesmo, internacionais) e revistas de carácter informativo.</p> <p>- <i>Sites na Internet</i>, quer de organismos nacionais e internacionais, quer de bases de dados e de informações diversificadas.</p> <p>- CD-Roms (enciclopédias, bases de dados, temáticos e, eventualmente, especificamente com objetivos didáticos).</p> <p>- Programas de televisão, quer informativos, quer documentais.</p> <p>- Filmes e documentários,</p>	<p>2 aulas de 90 minutos</p> <p>10 aulas de 90 minutos para os instrumentos (8 aulas para as atividades de trabalho cooperativo e 2 aulas para o site)</p>	<p>-Pré-Teste</p> <p>- Formativa</p> <p>- Observação direta - Grelha de observação de aulas - Grelha de registo de trabalhos, incluindo o “Momento económico” - Grelhas de observação Trabalho cooperativo - Fichas de trabalho e exercícios do manual</p> <p>- Formadora</p> <p>- Autoavaliação do trabalho e apresentação do “Momento Económico”. - Autoavaliação do trabalho cooperativo diária. - Inquérito aluno final. - Mini Teste - Grelha de autoavaliação por período letivo</p> <p>- Sumativa</p> <p>-Materiais produzidos para o site.</p>
--	--	---	--	---	--	---

<p>Políticas económicas e sociais</p>	<p>- Desenvolve uma atitude crítica perante o peso da dívida pública e a repercussão da mesma para as gerações futuras;</p>	<p>indiretos; - Dá exemplos de impostos diretos e indiretos, receitas e despesas do Estado. - Interpreta dados do Orçamento de Estado. - Relaciona os efeitos do aumento das receitas públicas e das despesas públicas no crescimento económico; - Estabelece relações entre o Orçamento de Estado e a atividade económica.</p> <p>VII. Compreender o significado do saldo orçamental</p> <p>- Identifica saldo orçamental de equilíbrio, de défice orçamental e de superavit orçamental; - Interpreta o significado do saldo orçamental; - Explica de que forma pode o Estado financiar o défice orçamental; - Distingue dívida pública externa de dívida pública interna; - Interpreta valores do défice orçamental no Produto Interno Bruto em gráficos/quadros - Retira conclusões das repercussões da evolução do saldo orçamental na atividade económica;</p> <p>VIII. Analisar a importância das políticas económicas e sociais como instrumentos de intervenção do Estado na Economia</p> <p>-Dá uma noção de política económica e social. - Enumera as fases de implementação de uma política económica e social. - Distingue políticas conjunturais de estruturais.</p>	<p>de aula da síntese (junção do trabalho dos dois grupos) . Nomeação do grupo responsável por transcrever a síntese para documento em formato digital (para futura inserção no site a criar).</p> <p>As atividades de trabalho cooperativo com os problemas a tratar:</p> <p>PROBLEMA Nº1 O QUE É E PARA QUE SERVE O PLANEAMENTO ?</p> <p>PROBLEMA Nº2 O ORÇAMENTO DE ESTADO.O QUE SÃO RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS ? QUAIS OS SEUS EFEITOS NA ECONOMIA?</p> <p>PROBLEMA Nº3 QUAIS AS INFORMAÇÕES DO ORÇAMENTO DE ESTADO ? (relativamente às prioridades de intervenção do Estado e às políticas económicas e sociais)</p>	<p>considerados oportunos e adequados, disponíveis no mercado, nomeadamente em VHS e DVD.</p> <p>-Documentos: Orçamento de Estado, Grandes Opções do Plano.</p> <p>- Indicadores Económico-sociais: PIB, taxa de desemprego, PIB per capita,..</p> <p>- Ficha de trabalho cooperativo 1</p> <p>- Ficha de trabalho cooperativo 2</p> <p>- Ficha de trabalho cooperativo 3</p>		
---------------------------------------	---	---	--	---	--	--



	<p>-Desenvolve mecanismos de avaliação das políticas económicas e sociais aplicadas pelo Estado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dá exemplos de políticas conjunturais e de políticas estruturais. - Refere os instrumentos da política fiscal. - Explica os efeitos da redução e do aumento dos impostos no crescimento económico. - Dá uma noção de política orçamental. - Explica os efeitos de um aumento e da diminuição das despesas públicas. - Distingue política orçamental expansionista de retracionista. - Dá uma noção de política monetária. - Identifica a autoridade que em Portugal (e nos restantes Estados da Zona Euro) é responsável pela política monetária. - Refere os instrumentos de política monetária. -Distingue política monetária expansionista de retracionista. - Explica os efeitos de uma política monetária expansionista e de uma política monetária retracionista no crescimento económico. - Justifica a interdependência entre as políticas monetária e orçamental. - Dá uma noção de política de combate ao desemprego. - Refere algumas medidas de combate ao desemprego. - Dá uma noção de política de redistribuição dos rendimentos. - Refere algumas medidas de uma política de redistribuição dos rendimentos. 	<p>PROBLEMA Nº 4 QUAL A RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA FISCAL E O CRESCIMENTO ECONÓMICO ?</p> <p>PROBLEMA Nº5 QUAL A RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA MONETÁRIA E ORÇAMENTAL?</p> <p>PROBLEMA Nº6 QUAIS OS EFEITOS DE UMA POLÍTICA DE REDISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS NA COESÃO SOCIAL ?</p> <p>PROBLEMA Nº 7 QUAL A RELAÇÃO ENTRE A PROTEÇÃO SOCIAL E A COESÃO SOCIAL ?</p>	<p>- Ficha de trabalho cooperativo 4</p> <p>- Ficha de trabalho cooperativo 5</p> <p>- Ficha de trabalho cooperativo 6</p> <p>- Ficha de trabalho cooperativo 7</p>		
		-Explicita o conceito de política	- Criação de um site temático:			



<p>11.3- As políticas económicas e sociais do Estado português</p> <p>11.3.1- Algumas políticas económicas e sociais.</p>	<p>- Desenvolve a capacidade de emitir sugestões conscientes para medidas de coesão social</p> <p>- Desenvolve uma atitude crítica perante os constrangimentos que se podem colocar à aplicação de uma política de relançamento da economia;</p>	<p>estrutural.</p> <p>- Dá exemplos de políticas estruturais.</p> <p>- Define políticas sectoriais (política agrícola; política industrial; política do ambiente e política de proteção social)</p> <p>IX- Reconhecer a necessidade da coesão social</p> <p>- Explica os efeitos das políticas de segurança social e de assistência social;</p> <p>- Explica os efeitos de uma política de redistribuição dos rendimentos na coesão social;</p> <p>X- Avaliar os constrangimentos das políticas económicas e sociais impostos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento</p> <p>- Explica os constrangimentos que se podem colocar à aplicação de uma política de relançamento da economia.</p> <p>- Explicita quais os efeitos económicos e sociais de políticas retracionistas.</p> <p>- Justifica os constrangimentos à política monetária.</p> <p>- Justifica os constrangimentos à política orçamental.</p>	<p><u>Instrumentos de intervenção do Estado na economia</u>; destacando a problematização à luz das políticas sociais e económicas. (para posterior inserção no moodle da escola). A orientação do professor passa pela apresentação da estrutura, ajuda na recolha, seleção, tratamento e organização da informação e explicação das ligações e pontes necessárias entre os conteúdos - sistematização final da informação . A informação que irá para o site será o resultado das atividades anteriormente resolvidas em trabalho cooperativo</p> <p>- Diálogo orientado professor / aluno sobre os conceitos.</p> <p>- Atualização da informação do manual através da consulta de sites oficiais;</p> <p>- Fundamentação e preparação da Visita guiada ao Palácio de São Bento e participação no plenário da AR (exploração das ideias dos alunos e planificação com os recursos disponíveis).</p> <p>- Realização da visita de estudo.</p> <p>- Organização, classificação e reflexão sobre o material recolhido-avaliação da visita.</p>	<p>- Google sites.</p> <p>- Estatísticas disponibilizadas por organismos nacionais e internacionais (INE, Ministérios, Comissões de Coordenação Regional, Autarquias, Comissão Europeia e Parlamento Europeu, Instituições da ONU, OCDE, etc.).</p> <p>- Visita de estudo.</p> <p>- Material recolhido na visita de estudo e relatórios da visita.</p>	<p>3 aulas de 90 minutos</p> <p>1 aula de 90 minutos para revisões 1 aula de 90 minutos - teste sumativo 1 aula de 90 minutos para entrega e correção do teste sumativo.</p>	<p>- Diagnóstica</p> <p>- Questões orais</p> <p>- Formativa</p> <p>- Observação direta</p> <p>- Grelha de observação de aulas</p> <p>- Guião/Relatório da visita de estudo</p> <p>- Formadora</p> <p>- Grelha de autoavaliação por período letivo</p> <p>- Sumativa</p> <p>- Teste.</p>
---	--	--	--	--	--	---

<p>Competências gerais:</p> <p>- No domínio dos conhecimentos</p> <p>- Compreende a perspectiva da Ciência Económica na análise dos fenómenos sociais.</p> <p>- Integra os fenómenos económicos no contexto dos fenómenos sociais.</p>	<p>- No domínio dos comportamentos e atitudes</p> <p>- Desenvolve hábitos e métodos de estudo.</p> <p>- Desenvolve competências no sentido de proporcionar um processo de aprendizagem autónomo e a criação do próprio conhecimento.</p> <p>- Desenvolve o gosto pela pesquisa de informação em diferentes fontes.</p>
--	---



Instituto de Educação
UNIVERSIDADE DE LISBOA



- Compreende conceitos económicos fundamentais, nomeadamente sobre os instrumentos de intervenção do Estado na economia.
- Utiliza corretamente a língua portuguesa e a terminologia económica.
- Utiliza as tecnologias da informação e comunicação.

- Analisa documentos de diversos tipos – textos, gráficos, notícias da imprensa e dados estatísticos.
- Elabora esquemas e sínteses de conteúdo de documentação analisada.
- Elabora trabalhos de pares e de aprendizagem cooperativa, realiza-os e avalia-os.
- Desenvolve o espírito crítico e a capacidade de discutir ideias.
- Desenvolve a capacidade de intervir de forma construtiva.
- Desenvolve o espírito de iniciativa.

MATRIZ DE CONTEÚDOS/OBJETIVOS

CURSO: Curso de Ciências Socioeconómicas

DISCIPLINA: ECONOMIA A

ANO:11ºC

UNIDADE:11. A intervenção do Estado na Economia

FIO CONDUTOR: Perspetivar a intervenção do Estado na economia, reconhecendo a sua importância, para uma melhor compreensão da realidade social e económica e incorporação do conhecimento.

Objetivos Conteúdos	Conhecer	Compreender	Aplicar	Analisar / Sintetizar	Avaliar	Criar
11. A intervenção do Estado na economia						
11.1 Funções e organização do Estado	X	X	X	X	--	--
11.2. A intervenção do Estado na atividade económica						
11.2.1. Funções económicas e sociais do Estado	X	X	X	X	--	--
11.2.2. Instrumentos de intervenção económica e social do Estado	X	X	X	X	X	X
- Orçamento de Estado						
- Políticas económicas e sociais						
11.3- As políticas económicas e sociais do Estado português						
11.3.1- Algumas políticas económicas e sociais.	X	X	X	X	--	--



Instituto de Educação
UNIVERSIDADE DE LISBOA



--	--	--	--	--	--	--



Escola Josefa de Óbidos

Plano de Aula

Economia A – 11º Ano

Unidade 11- A intervenção do Estado na economia.

Subunidade 11.2 – A intervenção do Estado na economia

11.2.2 – Instrumentos de intervenção económica e social do Estado

FIO CONDUTOR: O que é e para que serve um instrumento de intervenção do Estado na economia ?

Aula nº	Sumário O planeamento – instrumento de intervenção do Estado na economia.	Duração 90 min	2012/02/27
----------------	---	--------------------------	-------------------

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	ESTRATÉGIAS ATIVIDADES	SEQUÊNCIA DIDÁTICA DESENVOLVIMENTO DA AULA	RECURSOS	AValiação
Domínio cognitivo: »Compreender a importância do instrumento de intervenção económica e social do Estado – Planeamento. <ul style="list-style-type: none">Justificar a intervenção do Estado.Referir os instrumentos de intervenção do Estado na economia.	11.2.2 - Instrumentos de intervenção económica e social do Estado - Planeamento (indicativo e imperativo)	- Realização de um PréTeste de controlo. - Realização de um exercício de planeamento estratégico individual - Selecção dos conceitos abordados (plano, elementos e etapas) e ligação com a necessidade de planeamento	Saudação e apresentação da Prof. ^a Luísa Cerdeira. Registo das presenças. Introdução(15min) Redação do sumário da aula Registo do sumário no caderno diário. Apresentação dos objetivos e das estratégias/atividades que vão ser implementadas na aula. Realização de um PréTeste (explicação de	- Documentos: » PréTeste	Avaliação diagnóstica » PréTeste



Escola Josefa de Óbidos

<ul style="list-style-type: none"> • Explicar a necessidade de planeamento. • Dar uma noção de Plano. • Explicitar as finalidades do Planeamento • Distinguir planeamento imperativo de planeamento indicativo. <p>» Implementar em sala de aula trabalho de grupo de aprendizagem cooperativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar informação • Comunicar informação • Realizar as tarefas responsavelmente • Participar empenhadamente nas atividades • Comunicar ideias próprias • Tomar iniciativa • Aceitar a opinião dos colegas e do professor. <p>» Redigir um documento síntese para inserir no Portfólio Digital da turma.</p>		<p>na economia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de novos conceitos (plano, finalidades e plano indicativo e imperativo) : realização de atividade de trabalho de aprendizagem cooperativa - Integração dos novos conceitos : síntese conjunta dos resultados dos trabalhos de grupo. - Reflexão 	<p>que se trata de um teste de controlo da estratégia, pelo que não será sujeito a avaliação das alunas)</p> <p>Desenvolvimento da aula</p> <p>- Atividade problematizadora (15 min)</p> <p>Realização de um exercício de planeamento estratégico individual: as alunas são solicitadas a escrever num pequeno papel fornecido pela professora: o que pretendem ser daqui a 5 /10 e 20 anos, em termos pessoais e profissionais. Com os resultados, o diálogo vai ser orientado para a reflexão: quais os elementos necessários para se atingir os objectivos, quais as medidas a seguir, que opções a tomar, etc ...</p> <p>Explicação da professora, fazendo a ligação com a necessidade de existir também um planeamento para a economia (etapas e elementos) e articulando e relembrando as funções económicas e sociais do Estado.</p> <p>- Apresentação dos novos conceitos (35min)</p> <p>Exposição do modelo de Aprendizagem Cooperativa, seguindo as etapas:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) apresentação da proposta de atividade; b) explicação do modo de organização da atividade (nome dos grupos - elementos, explicação do modo de formação dos grupos e distribuição de papéis no grupo) c) explicação da tarefa (leitura dos procedimentos da atividade e distribuição materiais) <ul style="list-style-type: none"> - Resolução da atividade em grupos de trabalho cooperativo com a supervisão da aprendizagem dos alunos e intervenção nos 	<p>» GrupoPapeis</p> <p>» Ficha de Trabalho</p> <p>- Manual de Economia A.</p>	<p>Avaliação Formativa</p> <p>» Registo Diário do Aluno</p> <p>» Grelha de Observação do Professor</p> <p>» Correção da ficha de trabalho cooperativo.</p>
--	--	---	--	--	---



			<p>grupos quando necessário, pela professora, para melhorar o desempenho do grupo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação oral do trabalho síntese realizado pelos grupos - Discussão dos resultados em turma <p>- Integração dos novos conceitos (15 min) Recapitulação dos conceitos através da redação conjunta no quadro da sala de aula da síntese (junção do trabalho dos dois grupos) . Nomeação do grupo responsável por transcrever a síntese para documento em formato digital. (*) Através do diálogo questionar as alunas sobre outros instrumentos de intervenção do Estado, levando os alunos a referir o Orçamento de Estado e as Políticas económicas e sociais. (preparação das alunas para a atividade da aula seguinte)</p> <p>Avaliação Formativa (10min) Preenchimento do diário do aluno Confronto dos resultados com observação da professora.</p> <p>Reflexão sobre a aula(aspetos a melhorar)</p>		
--	--	--	---	--	--

(*)Este documento será o primeiro documento do Portfólio Digital a criar pela turma. A ferramenta informática a utilizar será o *GOOGLE Sites*. Parte da última aula ficará reservada para a produção do mesmo. Ao longo das aulas serão criados documentos e as alunas serão estimuladas para a pesquisa e utilização da ferramenta informática.

(**)O pré-teste é um instrumento utilizado na sala de aula com o objectivo de identificar nos alunos, conceitos adquiridos sobre conceitos científicos que vão ser abordados



Escola Josefa de Óbidos

Plano de Aula

Economia A – 11º Ano

Unidade 11- A intervenção do Estado na economia.

Subunidade 11.2 – A intervenção do Estado na economia

11.2.2 – Instrumentos de intervenção económica e social do Estado

FIO CONDUTOR: O que é e para que serve um instrumento de intervenção do Estado na economia ?

Aula nº	Sumário O Orçamento de Estado – instrumento de intervenção do Estado na economia. As despesas públicas e as receitas públicas	Duração 90 min	2012/02/28
----------------	--	--------------------------	-------------------

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	ESTRATÉGIAS ATIVIDADES	SEQUÊNCIA DIDÁTICA DESENVOLVIMENTO DA AULA	RECURSOS	AValiação
»Compreender a importância do instrumento de intervenção económica e social do Estado – Orçamento de Estado, na Economia . <ul style="list-style-type: none">• Dar uma noção de Orçamento de Estado.• Identificar as funções do Orçamento de Estado	11.2.2 - Instrumentos de intervenção económica e social do Estado - Orçamento de Estado » Despesas públicas	- Revisão de conceitos - Apresentação de novos conceitos : -- exposição da professora -- realização de trabalho de grupo de aprendizagem cooperativa. - Integração dos novos	<i>Introdução(5min)</i> Redacção do sumário da aula. Registo das presenças Registo do sumário no caderno diário. Apresentação dos objetivos e das estratégias/atividades que vão ser implementadas na aula. <i>Desenvolvimento da aula</i> - <i>Revisão da aula anterior (5min)</i> O papel do Estado na economia e o	Computadores Data Show com colunas integradas - apresentação em power-point	



Escola Josefa de Óbidos

<ul style="list-style-type: none"> Definir despesas pública e receitas públicas; Identificar despesas correntes e despesas de capital e receitas patrimoniais ou voluntárias, receitas coactivas e receitas creditícias; Explicar os efeitos do aumento das despesas públicas e das receitas públicas no crescimento económico ; Exemplificar as despesas e receitas do Estado; Diferenciar impostos de taxas; Explicar a diferença entre impostos diretos e indiretos; <p>» Implementar em sala de aula trabalho de grupo de aprendizagem cooperativa</p> <ul style="list-style-type: none"> Analisar informação Comunicar informação Realizar as tarefas responsabilmente Participar empenhadamente nas atividades Comunicar ideias próprias Tomar iniciativa 	<p>» Receitas públicas.</p>	<p>conceitos : diálogo /síntese das apresentações dos trabalhos de grupo.</p> <p>-Reflexão</p>	<p>instrumento de intervenção do Estado – o planeamento.</p> <p>- <i>Apresentação dos novos conceitos (10min)</i></p> <p>Exposição do instrumento de intervenção do Estado na economia - Orçamento de Estado, os seus elementos e funções, realçando que o <u>Orçamento do Estado (OE)</u> constitui um instrumento essencial de actuação do Estado na Economia.</p> <p>O Orçamento de Estado é da iniciativa exclusiva do Governo e deve ser apresentado à Assembleia da República, sob a forma de proposta de lei, até ao dia 15 de outubro de cada ano.</p> <p>Utilização como suporte apresentação em power point.</p> <p>Visionamento do vídeo “Nos Portugueses – Contas do Estado” para introduzir a atividade 2- modelo de Aprendizagem Cooperativa : (40minutos)</p> <p>- Explicação da tarefa (leitura dos procedimentos da atividade e distribuição materiais e temas)</p> <p>- Resolução da atividade em grupos de trabalho cooperativo com a supervisão da aprendizagem dos alunos e intervenção nos grupos quando necessário, pela professora, para melhorar o desempenho do grupo;</p> <p>- Preparação e elaboração da apresentação num documento utilizando uma ferramenta informática. (a integrar no portfólio</p>	<p>Sites:</p> <p>http://www.dgo.pt</p> <p>http://www.portugal.gov.pt</p> <p>- Documentos:</p> <p>» Ficha de Trabalho cooperativo (atividade 2)</p> <p>- Manuais de Economia A.</p>	<p>Avaliação Formativa</p> <p>» Registo Diário do Aluno</p> <p>» Grelha de Observação do Professor</p> <p>» Grelha de avaliação das apresentações dos grupos..</p>
---	-----------------------------	--	--	---	---



Escola Josefa de Óbidos

<ul style="list-style-type: none">• Aceitar a opinião dos colegas e do professor. <p>» Redigir um documento síntese de apresentação para inserir no Portfólio Digital da turma.</p>			<p>digital)</p> <ul style="list-style-type: none">- Apresentação oral dos trabalhos realizados pelos grupos (10min)- Questionamento aos grupos sobre os temas apresentados e incentivar os grupos a questionarem-se entre si.- <i>Integração dos novos conceitos (10 min)</i> <p>Recapitulação dos conceitos através do diálogo e solicitação às alunas de exemplos de receitas e despesas públicas.</p> <p><i>Avaliação Formativa (10min)</i></p> <p>Preenchimento do diário do aluno</p> <p>Confronto dos resultados com observação da professora.</p> <p><i>Reflexão sobre a aula(aspetos a melhorar)</i></p>		
---	--	--	--	--	--



Escola Josefa de Óbidos

Plano de Aula

Economia A – 11º Ano

Unidade 11- A intervenção do Estado na economia.

Subunidade 11.2 – A intervenção do Estado na economia

11.2.2 – Instrumentos de intervenção económica e social do Estado

FIO CONDUTOR: O que é e para que serve um instrumento de intervenção do Estado na economia ?

Aula nº	Sumário O Orçamento de Estado – instrumento de intervenção do Estado na economia. O saldo orçamental e a dívida pública.	Duração 90 min	2012/02/29
----------------	---	--------------------------	-------------------

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	ESTRATÉGIAS ATIVIDADES	SEQUÊNCIA DIDÁTICA DESENVOLVIMENTO DA AULA	RECURSOS	AValiação
»Compreender a importância do instrumento de intervenção económica e social do Estado – Orçamento de Estado, na Economia . <ul style="list-style-type: none">• Explicar o significado do saldo orçamental.• Evidenciar a importância do Orçamento de Estado	11.2.2 - Instrumentos de intervenção económica e social do Estado - Orçamento de Estado » Saldo orçamental:	- Revisão de conceitos - Apresentação de novos conceitos : -- exposição da professora -- realização de trabalho de grupo de aprendizagem cooperativa. - Integração dos novos	<i>Introdução(5min)</i> Redação do sumário da aula. Registo das presenças Registo do sumário no caderno diário. Apresentação dos objetivos e das estratégias/atividades que vão ser implementadas na aula. <i>Desenvolvimento da aula</i> - <i>Revisão da aula anterior (15min)</i> Através da apresentação dos trabalhos	Computadores Data Show com colunas integradas - apresentação em power-point	



<p>como instrumento de intervenção económica e social.</p> <p>» Implementar em sala de aula trabalho de grupo de aprendizagem cooperativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar informação • Comunicar informação • Realizar as tarefas responsabilmente • Participar empenhadamente nas atividades • Comunicar ideias próprias • Tomar iniciativa • Aceitar a opinião dos colegas e do professor. <p>» Redigir um documento síntese de apresentação para inserir no Portfólio Digital da turma.</p>	<p>défice e superavit.</p> <p>» Dívida pública.</p>	<p>conceitos : diálogo /síntese das apresentações dos trabalhos de grupo.</p> <p>-Reflexão</p>	<p>elaborados na aula anterior serão revistos os conceitos de despesas e receitas públicas. Serão sugeridas propostas de melhoria das apresentação e respectiva rectificação (quanto à forma e conteúdo).</p> <p>- <i>Apresentação dos novos conceitos (10min)</i></p> <p>Tendo por base as apresentações das alunas, o diálogo será orientado para a introdução do conceito de saldo orçamental e dívida pública.</p> <p>Utilização como suporte apresentação em power point.</p> <p>Exploração do site da Direção Geral do Orçamento e do Governo de Portugal, evidenciando e mostrando o Relatório do Orçamento de Estado para introduzir a atividade 3- modelo de Aprendizagem Cooperativa : (30minutos)</p> <p>- Explicação da tarefa (leitura dos procedimentos da atividade e distribuição materiais)</p> <p>- Resolução da atividade em grupos de trabalho cooperativo com a supervisão da aprendizagem dos alunos e intervenção nos grupos quando necessário, pela professora, para melhorar o desempenho do grupo;</p> <p>- Apresentação oral dos trabalhos realizados pelos grupos (10min)</p> <p>- <i>Integração dos novos conceitos (10 min)</i></p> <p>Recapitulação dos conceitos através do</p>	<p>Sites:</p> <p>http://www.dgo.pt</p> <p>http://www.portugal.gov.pt</p> <p>- Documentos:</p> <p>» Ficha de Trabalho cooperativo (atividade 3)</p> <p>» Relatório do Orçamento de Estado 2012.</p> <p>- Manual de Economia A.</p>	<p>Avaliação Formativa</p> <p>» Registo Diário do Aluno</p> <p>» Grelha de Observação do Professor</p>
---	---	--	--	--	---



Escola Josefa de Óbidos

			<p>diálogo e reforço na demonstração do Orçamento de Estado como instrumento de intervenção do estado da Economia e espelho das prioridades do Governo (as despesas de maior volume correspondem às áreas de actuação política em que o Governo aposta com mais intensidade, pois, neste âmbito, todas as decisões revelam uma decisão ou uma linha de orientação)</p> <p><i>Avaliação Formativa (10min)</i> Preenchimento do diário do aluno Confronto dos resultados com observação da professora. <i>Reflexão sobre a aula(aspetos a melhorar)</i></p>		
--	--	--	---	--	--



Escola Josefa de Óbidos

Plano de Aula

Economia A – 11º Ano

Unidade 11- A intervenção do Estado na economia.

Subunidade 11.2 – A intervenção do Estado na economia

11.2.2 – Instrumentos de intervenção económica e social do Estado

FIO CONDUTOR: O que é e para que serve um instrumento de intervenção do Estado na economia ?

Aula nº	Sumário Os instrumentos de intervenção económica e social do Estado: o planeamento e as políticas económicas e sociais. O Orçamento de Estado.	Duração 90 min	2012/03/13
----------------	--	--------------------------	-------------------

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	ESTRATÉGIAS ATIVIDADES	SEQUÊNCIA DIDÁTICA DESENVOLVIMENTO DA AULA	RECURSOS	AValiação
» Compreender a importância dos instrumentos de intervenção económica e social do Estado » Criar um Portfólio Digital da turma onde serão inseridos os documentos síntese elaborados nas aulas anteriores e outros pesquisados pelas alunas.	11.2.2 - Instrumentos de intervenção económica e social do Estado	- Revisão de conceitos - Exposição da professora - Realização de trabalho de grupo de aprendizagem cooperativa. - Integração dos novos conceitos :apresentação do	<i>Introdução(5min)</i> Redação do sumário da aula. Registo das presenças Registo do sumário no caderno diário. Apresentação dos objetivos e das estratégias/atividades que vão ser implementadas na aula. <i>Desenvolvimento da aula</i> - <i>Revisão das aulas anteriores de trabalho</i>	Computadores Data Show com colunas integradas - apresentações em power-point	



Escola Josefa de Óbidos

<p>» Implementar em sala de aula trabalho de grupo de aprendizagem cooperativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar informação • Comunicar informação • Realizar as tarefas responsabilmente • Participar empenhadamente nas atividades • Comunicar ideias próprias • Tomar iniciativa • Aceitar a opinião dos colegas e do professor. 		<p>site.</p> <p>-Reflexão</p>	<p><i>de aprendizagem cooperativa (5min)</i> Através da apresentação dos trabalhos elaborados nas aulas anteriores serão revistos os conceitos de Planeamento, Orçamento de Estado, despesas e receitas públicas, Impostos diretos e indiretos, Saldo Orçamental e Dívida Pública .</p> <p>- <i>Apresentação da nova atividade (5min)</i> Através da exploração de dois portfolios digitais, o diálogo será orientado para a estrutura / aspeto gráfico e potencialidades da ferramenta digital.</p> <p>Introdução da atividade 4- modelo de Aprendizagem Cooperativa : (45minutos)</p> <p>- Explicação da tarefa (leitura dos procedimentos da atividade) - Resolução da atividade em grupos de trabalho cooperativo com a supervisão da aprendizagem dos alunos e intervenção nos grupos quando necessário, pela professora, para melhorar o desempenho do grupo;</p> <p>- <i>Integração dos novos conceitos (5 min)</i> Recapitulação dos conceitos através do diálogo, reforçando a importância do Planeamento e do Orçamento de Estado como instrumentos de intervenção do Estado na Economia e espelho das prioridades do Governo</p> <p><i>Avaliação Formativa (20min + 5 min)</i> Realização de mini teste de avaliação das</p>	<p>- Documentos: » Ficha de Trabalho cooperativo (atividade 4)</p> <p>- Manual de Economia A.</p>	<p>Avaliação Formativa » Registo Diário do Aluno » Grelha de Observação do Professor » Mini teste</p>
--	--	-------------------------------	--	---	--



			aprendizagens. Preenchimento do diário do aluno Confronto dos resultados com observação da professora. <i>Reflexão sobre a aula(aspetos a melhorar)</i> Realização de inquérito final		
--	--	--	---	--	--



Escola Josefa de Obidos

Grelha de observação

Atividade Desenvolvida – _____

Observação realizada em ____/____/____

Grupo	Nomes	Pesquisa a informação	Comunica a informação	Realiza tarefas por sua iniciativa	Responsabiliza-se pela tarefa	Participa na atividade	Comunica ideias próprias
X	Margarida						
	Rita						
	Soraia						
Y	Catarina						
	Isabel						
	Jéssica						

Forma de registo – Nenhuma vez (NV); Algumas Vezes (AV); Muitas Vezes (MV)



Escola Josefa de Obidos

Questionário Final

Nome: _____

Relativamente à aprendizagem Cooperativa:

- 1- Refere os aspectos que mais gostaste.

- 2- Refere os aspectos de que gostaste menos.

- 3- Diz como foi o funcionamento do teu grupo.

- 4- Viste algumas vantagens nesta nova forma de aprender? Se viste quais são?

Obrigada pela tua colaboração

Lisboa, __/__/__



Pré - Teste

Nome: _____

Assinale com V as afirmações verdadeiras e com F as afirmações falsas, corrigindo estas últimas de forma a transformá-las em verdadeiras.

1. O Estado intervencionista é sempre empresário e planificador da economia nacional.
2. O Orçamento de Estado é aprovado anualmente sendo o documento no qual se prevêem as receitas e as despesas do Estado.
3. A venda do capital social das empresas públicas regista-se no Orçamento de Estado como despesas de capital.
4. As despesas públicas são um meio de intervenção do Estado nos planos económico e social.
5. O IVA é um exemplo de imposto indireto.
6. Diz-se que há um défice orçamental corrente quando as receitas correntes são superiores às despesas correntes.
7. As políticas económicas estruturais definem-se para um período de curto prazo.
8. A política de redistribuição de rendimentos tanto pode ser realizada através de políticas sociais como de políticas fiscais.

Obrigada pela tua colaboração
Lisboa, __/__/__



Registo diário do Aluno

Nome: _____

Atividade Desenvolvida _____

Responde ao questionário que se segue com sinceridade, pois ao fazê-lo estarás a contribuir para te conheceres melhor e reflectires sobre as tuas atitudes.

❖ Pesquisa a informação:

Muitas vezes ☐ Algumas vezes ☐ Nunca ☐

❖ Comunico a informação que recolhi:

Muitas vezes ☐ Algumas vezes ☐ Nunca ☐

❖ Realizo as tarefas:

Muitas vezes ☐ Algumas vezes ☐ Nunca ☐

❖ Participo, responsavelmente, na atividade:

Muitas vezes ☐ Algumas vezes ☐ Nunca ☐

❖ Partilho ideias próprias:

Muitas vezes ☐ Algumas vezes ☐ Nunca ☐

❖ Tomo iniciativas:

Muitas vezes ☐ Algumas vezes ☐ Nunca ☐

Obrigada pela tua colaboração

Lisboa, __/__/____

Sugestões de questões para o teste de avaliação

Grupo A

«Em face das deficiências do capitalismo liberal, a utilização do planeamento indicativo representa um esforço de correcção e de adaptação compatível com os mecanismos de mercado e a livre iniciativa da economia capitalista.»

Laura Veloso e tal., Estudos de Economia Portuguesa, Lisboa, Regra do Jogo, S/ data

1. Explica em que consiste a planificação indicativa.

«O Orçamento de Estado é um instrumento de intervenção económica e social»

2. O que entende por Orçamento de Estado ?
3. Defina Despesas Públicas.
4. Qual a principal fonte de receitas do Estado ?
5. Distinga impostos directos de impostos indirectos.

Grupo B

Saldo Orçamental em Portugal (em percentagem do PIB)			
2007	2008	2009	2010
-3.1%	-3.5%	-10.1%	-9.1%

Fonte: Banco de Portugal

1. Comente a evolução do saldo orçamental em Portugal nos anos em causa.
2. Distinga despesas correntes de despesas de capital.
3. Classifique, justificando, as receitas públicas provenientes do IRS e da venda de um terreno do Estado para urbanização.
4. Como justifica a existência de Dívida Pública ?

3. “Na realidade, a concorrência não é perfeita. Pelo contrário, ela é limitada. No caso mais extremo, não há concorrência, pois **uma só empresa tem capacidade para abastecer o mercado.**” Stiglitz, Joseph e Waslh, Carl, Introdução à Microeconomia
- 3.1 Caracterize o tipo de mercado (nome do mercado, número de unidades do lado da oferta e do lado da procura e controlo sobre o preço), destacado no texto.
- 3.2 Indique outros dois tipos de mercado de concorrência imperfeita.

III

Observe as contas públicas de 2010 e 2012 (previsão) e leia o texto a seguir.

Contas das Administrações Públicas

	Milhões de Euros		% do PIB	
	2010	2012	2010	2012
Receita total	71 816,9	72 000,2	41,6	42,5
Despesa total	88 680,4	79 557,2	51,3	47,0
Saldo Global	- 16 863,5	- 7 556,9	- 9,8	- 4,5

Fonte: INE e Ministério das Finanças

“A evolução da despesa, em particular as despesas com pessoal e prestações sociais, reflete o efeito das medidas de restrição dos gastos com salários e pensões. Não obstante os esforços de redução da despesa, o processo de consolidação orçamental requer medidas que se traduzem em aumento da receita. Para este aumento, destacar-se-á a subida das taxas de IVA, o aumento de impostos específicos sobre o consumo e a maior tributação das pensões no regime de IRS.” Relatório OE 2012

- Explique, com base nos documentos fornecidos, a evolução do processo de consolidação orçamental, entre 2010 e 2012, tendo em atenção:
 - a evolução da receita pública;
 - a evolução da despesa pública;
 - a evolução do saldo global das contas públicas.
- “ O rácio da dívida pública em percentagem do PIB tem vindo a apresentar uma trajetória crescente, num contexto de défices orçamentais excessivos (mas decrescentes) e do agravamento das condições de financiamento da economia portuguesa. “ Relatório OE2012

Dívida das Administrações Públicas (% do PIB)

	2010	2011	2012
Dívida	93,3	101,9	110,5
Efeito Saldo Orçamental	6,8	1,6	- 0,7
Efeito Juros	3,0	4,3	5,2

Fonte: INE e Ministério das Finanças

Explique as afirmações do Relatório do OE 2012, utilizando os valores do quadro.

Atividade nº 1,2,3 e 4		
Papeis dentro do Grupo	GRUPO X	GRUPO Y
Categoria 1		
Observador /Comentador - Regista e anota os fatos realizados com o desempenho de cada um - Apresenta as suas observações e os progressos realizados pelo grupo	Rita	Isabel
Facilitador de Comunicação/Conciliador - Lê e recorda as instruções fornecidas - Estimula a participação de todos os elementos do grupo - Encoraja e felicita o trabalho de todos os elementos - Previne conflitos	Margarida	Jéssica
Verificador/Intermediário - Certifica-se que o trabalho está a ser elaborado - Regista as respostas e grava no documento todo o material - Solicita, quando necessário, a ajuda do professor.	Soraia	Catarina
Categoria 2		
Controlador /Coordenador/Mediador - Lembra os prazos - Controla o tempo para a realização das tarefas - Controla o ruído e o tom de voz - Coordena as diversas opiniões - Coordena as diferentes atividades	Soraia	Catarina
Gestor de recursos/Avaliador - Recolhe material que possa servir de apoio à realização da tarefa - Pede esclarecimento sobre factos para a sua melhor compreensão - Avalia a prestação do grupo para a realização das tarefas	Margarida	Jéssica
Registador/ Estimulador - Anota as sugestões - Regista as discussões e decisões - Estimula a participação de todos os elementos - Encoraja a intervenção de todos - Promove a integração de todos os elementos	Rita	Isabel

Categoria 1 – Papeis que favorecem a integração das alunas dentro do grupo.

Categoria 2 - Papeis que favorecem o desenvolvimento das tarefas.

(Adaptado Fraile ,1998)



Mini Teste

Exercício I

Assinale com V as afirmações verdadeiras e com F as afirmações falsas, corrigindo estas últimas de forma a transformá-las em verdadeiras.

1. O Estado intervencionista é sempre empresário e planificador da economia nacional.
2. O Orçamento de Estado é aprovado anualmente sendo o documento no qual se prevêem as receitas e as despesas do Estado.
3. A venda do capital social das empresas públicas regista-se no Orçamento de Estado como despesas de capital.
4. As despesas públicas são um meio de intervenção do Estado nos planos económico e social.
5. O IVA é um exemplo de imposto indireto.
6. Diz-se que há um défice orçamental corrente quando as receitas correntes são superiores às despesas correntes.

Exercício II

«Tem-se vindo a assistir ao desenvolvimento da função planificadora do Estado.»

1. Dá uma noção de plano económico.

«O Orçamento de Estado constitui um instrumento essencial da atuação do Estado na economia.»
--

2. Justifica a afirmação.
3. Relaciona o défice orçamental com a dívida pública.

Nome: _____



Exercício de planeamento estratégico individual

O que gostaria de ter / ser ?

	<u>Pessoalmente</u>	<u>Profissionalmente</u>
<u>Daqui a 5 anos</u>		
<u>Daqui a 10 anos</u>		
<u>Daqui a 20 anos</u>		

No final,

identifica os requisitos e as medidas a tomar para

Nome: _____



ATIVIDADE Nº 1

Economia A – 11º Ano

Unidade 11- A intervenção do Estado na economia.

11.2 – A intervenção do Estado na economia

11.2.2 – Instrumentos de intervenção económica e social do Estado

PROBLEMA Nº1 – O QUE É E PARA QUE SERVE O PLANEAMENTO ?

Para resolver o problema proposto vão trabalhar em grupos de Aprendizagem Cooperativa.

Na aprendizagem cooperativa o lema é: “*Só alcançarás a tua meta se, e só se, os teus colegas a alcançarem contigo*”. Pelo que todas as alunas têm duas responsabilidades: aprender umas com as outras e com a professora; e procurar que todos os elementos aprendam o mesmo. O sucesso depende do esforço de todas as alunas, se uma aluna falhar, o grupo falha

A atividade que vão desenvolver é a STAD.

Objetivos:

- » Conhecer o instrumento de intervenção económica e social do Estado – Planeamento.
- » Compreender a importância do Planeamento.
- » Implementar em sala de aula trabalho de grupo de aprendizagem cooperativa



Duração: 20 Minutos



Recursos:

- Documento com textos de apoio (um exemplar por aluno)
- Manual de Economia A
- Caderno diário



Procedimentos:

Todos os elementos do grupo:

1. Seleccionam a informação relacionada com o conteúdo que está a ser trabalhado;
2. Respondem às questões colocadas no final dos textos de apoio.
3. Confrontam as respostas - através da comparação das diferentes respostas, surgem dúvidas, que clarificam os conceitos e aumentam a informação com o objectivo de que todos os elementos aprendam o conteúdo abordado;
4. Elaboram uma síntese do que aprenderam e registam no caderno diário para posterior contribuição da elaboração de documento em formato digital.
5. Apresentam as conclusões/síntese, a que o grupo chegou.



Textos de apoio:

Texto nº1

“ Plano: conjunto de meios utilizados por um centro de decisão económica para atingir um ou vários objectivos determinados.”

Dicionário de Economia, Publicações D. Quixote

Texto nº 2

Constituição da República Portuguesa

Artigo 90.º Objectivos dos planos

Os planos de desenvolvimento económico e social têm por objectivo promover o crescimento económico, o desenvolvimento harmonioso e integrado de sectores e regiões, a justa repartição individual e regional do produto nacional, a coordenação da política económica com as políticas social, educativa e cultural, a defesa do mundo rural, a preservação do equilíbrio ecológico, a defesa do ambiente e a qualidade de vida do povo português.

Artigo 91.º Elaboração e execução dos planos

1. Os planos nacionais são elaborados de harmonia com as respectivas leis das grandes opções, podendo integrar programas específicos de âmbito territorial e de natureza sectorial.
2. As propostas de lei das grandes opções são acompanhadas de relatórios que as fundamentem.
3. A execução dos planos nacionais é descentralizada, regional e sectorialmente.

Artigo 92.º Conselho Económico e Social

1. O Conselho Económico e Social é o órgão de consulta e concertação no domínio das políticas económica e social, participa na elaboração das propostas das grandes opções e dos planos de desenvolvimento económico e social e exerce as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei.
2. A lei define a composição do Conselho Económico e Social, do qual farão parte, designadamente, representantes do Governo, das organizações representativas dos trabalhadores, das actividades económicas e das famílias, das regiões autónomas e das autarquias locais.
3. A lei define ainda a organização e o funcionamento do Conselho Económico e Social, bem como o estatuto dos seus membros.

Texto nº 3

“ A função de planeamento do Estado inclui as atividades que determinam os objetivos para o futuro e os meios adequados para os atingir.

O resultado da função de planeamento é um plano, um documento que especifica o rumo de acção a tomar. O plano apresenta as grandes orientações económicas e sociais para o futuro. É realizado pelo Estado, em concertação com os parceiros sociais, sendo imperativo para o setor público e meramente indicativo para o setor privado.”

(Adaptado Braga,2001)



PROPOSTA DE LEI N.º 31/XII

Exposição de Motivos

A presente lei visa aprovar as Grandes Opções do Plano para 2012-2015, enquadradas nas estratégias de consolidação orçamental, de rigor das finanças públicas e de desenvolvimento da sociedade e da economia portuguesas apresentadas no Programa do XIX Governo Constitucional, no Documento de Estratégia Orçamental divulgado pelo Ministério das Finanças em 31 de Agosto de 2011 e no Relatório do Orçamento do Estado para 2012.

Estas opções visam concretizar os compromissos de confiança e de responsabilidade que o Governo assumiu desde o início para com o País, tendentes à transformação estrutural da Economia Portuguesa e à condução prudente da política de Finanças Públicas, sem descuidar a defesa e promoção das políticas de Cidadania, Solidariedade, Justiça e Segurança, Externa e de Defesa Nacional e a adopção de medidas sectoriais prioritárias.

As Grandes Opções do Plano para 2012-2015 foram submetidas a parecer do Conselho Económico e Social, cujas observações foram tidas em conta na elaboração da presente versão.

Assim:

Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de lei:

Artigo 1.º

Objecto

São aprovadas as Grandes Opções do Plano para 2012-2015, que integram as medidas de política e de investimentos que contribuem para as concretizar.

Artigo 2.º

Enquadramento estratégico

As Grandes Opções do Plano para 2012-2015 inserem-se nas estratégias de consolidação orçamental e de desenvolvimento da sociedade e da economia portuguesas apresentadas no Programa do XIX Governo Constitucional e no Relatório do Orçamento do Estado para 2012, incorporados no anexo à presente lei, da qual fazem parte integrante.

Artigo 3.º

Grandes Opções do Plano

1 - As Grandes Opções do Plano para 2012-2015 definidas pelo Governo no início da presente legislatura são as seguintes:

- a*) O Desafio da Mudança: a transformação estrutural da Economia Portuguesa;
- b*) Finanças Públicas e Crescimento: a estratégia orçamental;
- c*) Cidadania, Solidariedade, Justiça e Segurança;
- d*) Políticas Externa e de Defesa Nacional;



e) O Desafio do Futuro: medidas sectoriais prioritárias.

2 - As prioridades de investimento constantes das Grandes Opções do Plano para 2012-2015 são contempladas e compatibilizadas no âmbito do Orçamento do Estado para 2012 e devidamente articuladas com o Programa de Assistência Económica e Financeira e em particular com as medidas de consolidação orçamental.

Artigo 4.º

Programa de Assistência Económica e Financeira

1 - O cumprimento dos objectivos e das medidas previstas no Programa de Assistência Financeira acordado com a União Europeia e com o Fundo Monetário Internacional prevalece sobre quaisquer outros objectivos programáticos ou medidas específicas, incluindo apoios financeiros, benefícios, isenções ou outro tipo de vantagens fiscais ou parafiscais cuja execução se revele impossível até que a sustentabilidade orçamental esteja assegurada.

2 - O Governo adopta como princípio prioritário para a condução das políticas que nenhuma medida com implicações financeiras seja decidida sem uma análise quantificada das suas consequências no curto, médio e longo prazos e sem a verificação expressa e inequívoca da sua compatibilidade com os compromissos internacionais da República Portuguesa.

Artigo 5.º

Disposição final

É publicado em anexo à presente lei, da qual faz parte integrante, o documento das Grandes Opções do Plano para 2012 -2015.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 9 de Novembro de 2011

O Primeiro-Ministro

O Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares



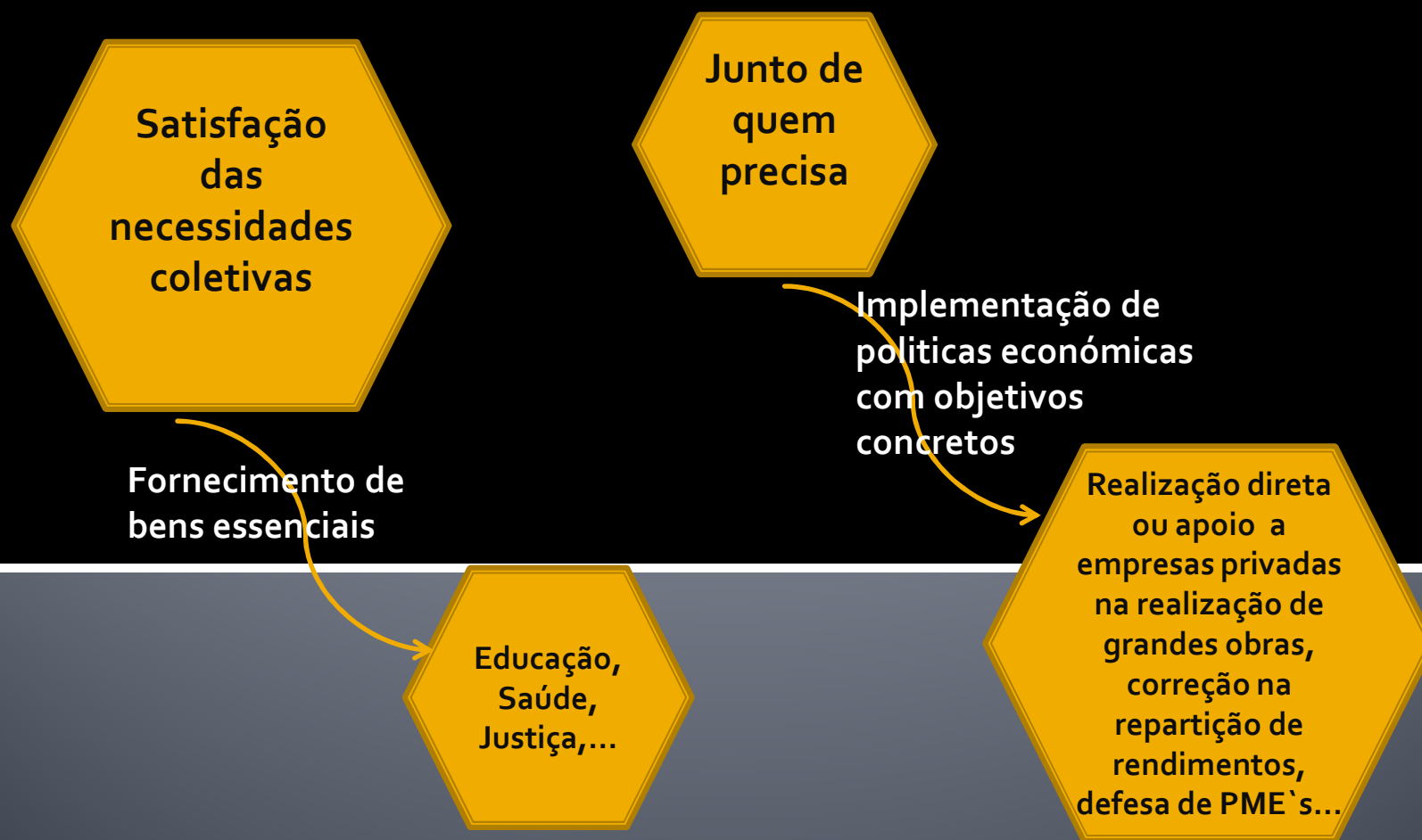
- a) De acordo com os textos que acabaste de ler, discute com os teus colegas o conceito de plano e escreve uma noção de Plano evidenciando os seus objetivos.
- b) “ A função planificadora surge como um importante instrumento na condução da atividade económica”.

“ Compete ao **Governo** a elaboração e execução dos planos anuais e de médio prazo de acordo com a lei das grandes opções do plano, cabendo à **Assembleia da República** a sua aprovação”

Apura a veracidade das afirmações através do debate e explica o papel do Estado no planeamento da atividade económica. Regista as conclusões.

- c) Consulta o manual de apoio, e em grupo anota a diferença entre os planos imperativos e indicativos.

O Estado no exercício das suas funções, dispõe de alguns instrumentos de intervenção económica e social, actuando diretamente :



O Estado dispõe do instrumento

Planeamento da atividade económica

Que visa articular diferentes políticas, com vista não só ao crescimento económico, mas sobretudo ao desenvolvimento global e harmónico da sociedade.

Função planificadora – importante instrumento na condução da atividade económica

- Através do planeamento, o Estado procura promover o desenvolvimento articulado das atividades económicas, evitando ou corrigindo desequilíbrios
- Com a integração de Portugal na União Europeia e a adoção do euro, o papel do Estado na coordenação do cumprimento das políticas comunitárias que o Estado português se obriga a implementar assume a maior importância, revelando-se a função planificadora absolutamente fundamental

O Orçamento de Estado é um documento que prevê e autoriza as receitas e as despesas a efetuar pelo Estado no ano seguinte

Elementos do Orçamento de Estado

Elemento económico

(trata-se da previsão da atividade financeira do Estado)

Elemento Político

(é a autorização da realização dessa atividade)

Elemento Jurídico

(traduz-se no controlo legislativo dos poderes das administrações públicas no domínio financeiro)

O Orçamento constitui um instrumento essencial da atuação do Estado na Economia.

COMO ?

Porque determina o volume, a repartição e o modo de financiamento das despesas públicas, constituindo um meio preferencial de intervenção, que a política económica do Governo utiliza para atingir os seus fins

Definição das políticas financeiras

Gestão mais eficiente e racional
dos dinheiros públicos

Definição das políticas económicas

Definição de políticas sociais

O Orçamento permite:

O Orçamento de Estado desempenha as seguintes funções:



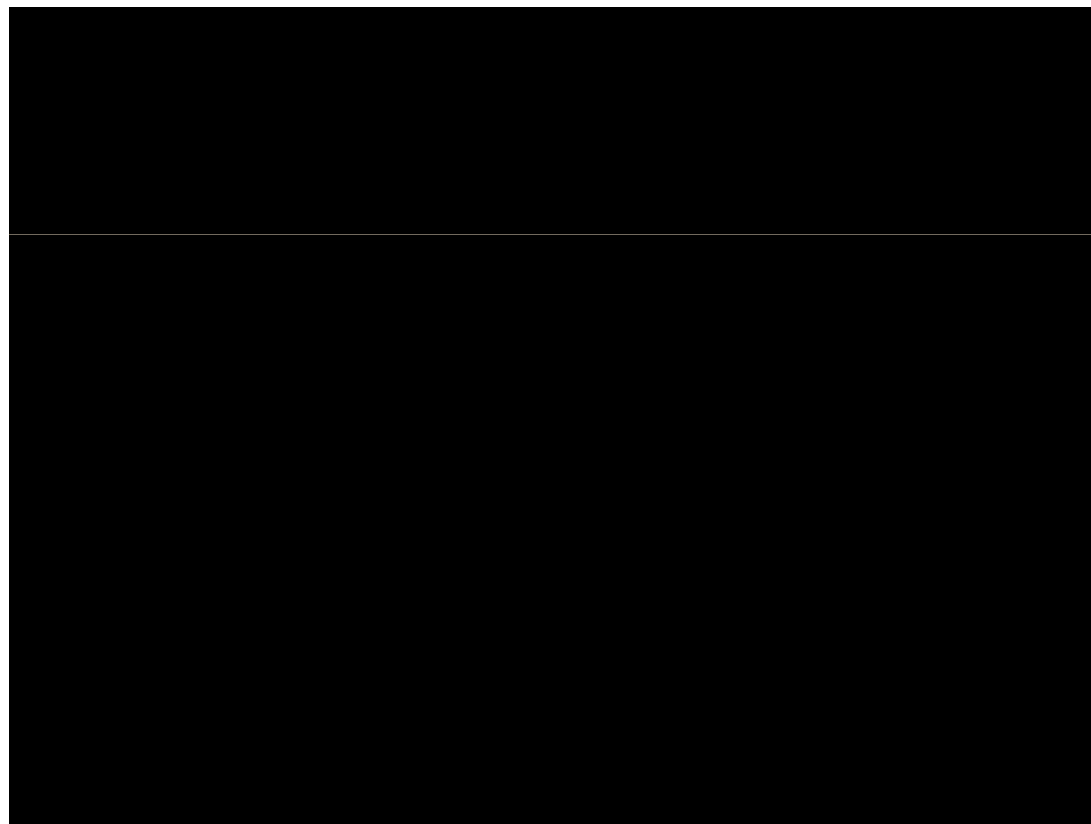
Declaração do Primeiro-Ministro sobre o Orçamento de Estado 2012 – 14 Outubro 2011

“As medidas que constam do orçamento que vamos apresentar são as respostas mais prudentes e eficazes às ameaças reais de uma espiral económica descendente e da paralisia de algumas das funções centrais do Estado”

“Estas medidas respondem diretamente à necessidade de recuperar a competitividade da nossa economia e evitam o desemprego exponencial que a degradação da situação das nossas empresas produziria. Este é o modo mais eficaz e mais seguro de operar um efeito de competitividade.”

Filme: “Nós Portugueses: Contas do Estado”

www.pordata.pt





Escola Josefa de Óbidos

GRELHA DE AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DA ATIVIDADE 2

Grupos	Temas sujeitos a Investigação	Preparação (Sistematização da informação)	Exposição ao professor e colegas (capacidade de comunicação)	Discussão e resposta às questões levantadas (capacidade de argumentação)
X	Despesas Públicas			
Rita	Despesas Públicas correntes			
Soraia	Despesas Públicas de capital			
Margarida	Efeitos das Despesas Públicas			
Y	Receitas Públicas			
Catarina	Receitas Públicas Patrimoniais e Receitas públicas Creditícias			
Isabel	Receitas Públicas coativas			
Jéssica	Efeitos das Receitas Públicas			

Forma de registo: B –Bom , S – Satisfaz e NS – Satisfaz.



ATIVIDADE Nº 2

Economia A – 11º Ano

Unidade 11- A intervenção do Estado na economia.

11.2 – A intervenção do Estado na economia

11.2.2 – Instrumentos de intervenção económica e social do Estado

PROBLEMA Nº2 – O ORÇAMENTO DE ESTADO.O QUE SÃO RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS ? QUAIS OS SEUS EFEITOS NA ECONOMIA?

Para resolver o problema proposto vão trabalhar em grupos de Aprendizagem Cooperativa.

Na aprendizagem cooperativa o lema é: “*Só alcançarás a tua meta se, e só se, os teus colegas a alcançarem contigo*”. Pelo que todas as alunas têm duas responsabilidades: aprender umas com as outras e com a professora; e procurar que todos os elementos aprendam o mesmo. O sucesso depende do esforço de todas as alunas, se uma aluna falhar, o grupo falha

A atividade que vão desenvolver é a Co-op Co-op.

Objetivos:

» Conhecer o instrumento de intervenção económica e social do Estado – Orçamento de Estado.

» Conhecer as despesas e as receitas do Estado:

» Compreender a importância das despesas e receitas públicas:

» Implementar em sala de aula trabalho de grupo de aprendizagem cooperativa

⌚ **Duração:** 30 Minutos

🖋️ **Recursos:**

- Manuais de Economia A
- Internet
- Caderno diário

😊 😊 😊

Procedimentos:

1. Cada grupo é responsável por um tema e cada aluna vai investigar individualmente um sub-tema; (tabela em anexo)
2. Utilizando os manuais disponíveis e com recurso à Internet, cada aluna selecciona, recolhe e sistematiza a informação relacionada com o seu sub-tema.
3. Após a preparação e organização individual do material, o resultado da investigação é apresentado ao restante grupo.
4. Cada grupo relaciona os conteúdos - resultados da investigação de cada aluna e todas as alunas do grupo elaboram uma síntese do que aprenderam e registam no caderno diário para posterior contribuição na elaboração de documento de apresentação em formato digital.
5. Cada grupo prepara a apresentação para fazer à turma
6. A apresentação tem a duração máxima de 5 minutos e será sujeita a avaliação.



Escola Josefa de Obidos

Grupos	Temas a Investigar
X	Despesas Públicas
Rita	Despesas Públicas correntes
Soraia	Despesas Públicas de capital
Margarida	Efeitos das Despesas Públicas
Questões de orientação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dá uma noção de despesas públicas. ✓ Distingue despesas correntes de despesas de capital. ✓ Dá dois exemplos de despesas correntes e de despesas de capital. ✓ Explica como é que o aumento nas despesas públicas incentiva o crescimento económico.
Y	Receitas Públicas
Jéssica	Receitas Públicas Patrimoniais e Receitas públicas Creditícias
Catarina	Receitas Públicas coativas
Isabel	Efeitos das Receitas Públicas
Questões de orientação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dá uma noção de receitas públicas. ✓ Distingue receitas patrimoniais e creditícias. ✓ Distingue impostos indiretos de impostos diretos. ✓ Dá uma noção de taxa. ✓ Dá dois exemplos de impostos diretos, impostos diretos e taxas. ✓ Explica a relação entre as receitas públicas, nomeadamente os impostos, e a equidade.

Equilíbrio Orçamental

O Orçamento de Estado está equilibrado se as despesas forem cobertas pelas receitas.

Quando as despesas são superiores às receitas, o saldo orçamental é negativo —> Déficit

Quando as receitas são superiores às despesas, o saldo orçamental é positivo —> Superávit

Saldo Orçamental

- **Saldo orçamental corrente** = Receitas Correntes – Despesas Correntes
- **Saldo orçamental convencional ou total** = Valor total das receitas (exceto dívida pública) - Valor total das despesas (exceto valor das amortizações da dívida pública)
- **Saldo orçamental primário** = saldo orçamental total, após dedução dos juros da dívida pública.

O valor do saldo global do SPA é um dos indicadores utilizados pela Comissão Europeia

Critérios de Convergência Orçamental

Défice Orçamental $< 3\%$ PIBpm

Dívida Pública $< 60\%$ do PIBpm

Chama-se dívida pública ao montante acumulado dos empréstimos contraídos pelo Estado para cobrir os défices de cada ano.

Dívida Pública

Quanto à origem:

- Interna (Residentes)
- Externa (Estrangeiros)

Quanto ao prazo:

- Fundada (M/L prazo)
- Flutuante (Curto prazo)

dívida pública fundada- sendo contraída para fazer face ao excesso de despesas correntes não cobertas pelas receitas correntes de um ano, só serão amortizadas nos orçamentos dos anos seguintes.

dívida pública flutuante – sendo contraída para fazer face a desequilíbrios momentâneos da tesouraria, é amortizada até ao fim do exercício do mesmo ano.



ATIVIDADE Nº 3

Economia A – 11º Ano

Unidade 11- A intervenção do Estado na economia.

11.2 – A intervenção do Estado na economia

11.2.2 – Instrumentos de intervenção económica e social do Estado

PROBLEMA Nº3 – QUAIS AS INFORMAÇÕES DO ORÇAMENTO DE ESTADO ?

Para resolver o problema proposto vão trabalhar em grupos de Aprendizagem Cooperativa.

Na aprendizagem cooperativa o lema é: “*Só alcançarás a tua meta se, e só se, os teus colegas a alcançarem contigo*”. Pelo que todas as alunas têm duas responsabilidades: aprender umas com as outras e com a professora; e procurar que todos os elementos aprendam o mesmo. O sucesso depende do esforço de todas as alunas, se uma aluna falhar, o grupo falha

A atividade que vão desenvolver é a STAD.

Objetivos:

» Conhecer o instrumento de intervenção económica e social do Estado – Orçamento de Estado (OE).

» Compreender a importância do OE.

» Implementar em sala de aula trabalho de grupo de aprendizagem cooperativa



Duração: 30 Minutos



Recursos:

- Relatório do Orçamento de Estado 2012 (documento em pdf)
- Manual de Economia A
- Caderno diário



Procedimentos:

Todos os elementos do grupo:

1. Seleccionam a informação relacionada com o conteúdo que está a ser trabalhado;
2. Respondem às questões.
3. Confrontam as respostas - através da comparação das diferentes respostas, surgem dúvidas, que clarificam os conceitos e aumentam a informação com o objectivo de que todos os elementos aprendam o conteúdo abordado;
4. Registam no caderno diário para posterior contribuição da elaboração de documento em formato digital.



Escola Josefa de Obidos

Através da consulta do Orçamento de Estado para o ano corrente:

- a) Apresenta a evolução das receitas e das despesas das Administrações Públicas em 2011 e 2012 utilizando a informação do Quadro III.3.1. - Receitas e Despesas das Administrações Públicas, preenchendo os espaços em branco:

A trajetória de consolidação orçamental das Administrações Públicas deverá traduzir-se, na ótica da contabilidade pública, numa redução do défice de 6,7% do PIB, em 2010, para ____% e ____%, respetivamente em 2011 e 2012

Em 2012, a receita corrente deverá registar um _____ explicado essencialmente pelo crescimento esperado das receitas dos _____.

Quanto à evolução da despesa, verifica-se _____ que se deve sobretudo ao acréscimo das _____. Das restantes componentes da despesa destaca-se a redução prevista em _____% das despesas com consumo público

- b) Analisa o Quadro III.3.2. - Receitas Fiscais.

Completa as frases seguintes:

- ✓ Espera-se um aumento de ____ % nas Receitas Fiscais em 2012, ascendendo o seu valor acerca de _____
- ✓ O aumento das Receitas fiscais fica a dever-se ao _____ das receitas provenientes dos _____ e à _____ das receitas provenientes dos _____
- ✓ A receita proveniente dos impostos indiretos deve crescer, em 2012, a uma taxa de ____% .
- ✓ Do conjunto dos impostos diretos, a receita proveniente do _____ é a que tem maior peso na Receita total
- ✓ Do conjunto dos impostos indiretos, a receita proveniente do _____ é a que tem maior peso na Receita total

- c) Analisa os seguintes quadros .

- Q1 - Quadro III.3.15. Despesa do Estado por Classificação Económica
 - Q2 - Quadro III.3.17. Despesa do Estado - Classificação Funcional
 - Q3 - Quadro III.3.18. Despesa do Estado segundo a Classificação Orgânica
- ✓ Indica, com base no Q1, as três rubricas com maior peso no total das despesas correntes do Estado.
 - ✓ Apresenta, com base no Q2, a que diminuição do peso das —Funções sociais na Despesa do Estado.
 - ✓ Refira, com base em Q3, os três ministérios responsáveis pela maior parcela da despesa pública.



Escola Josefa de Óbidos

GRELHA DE AVALIAÇÃO DO PORTFOLIO DIGITAL

Grupos	Seleção/ sistematização da informação	Clareza na informação	Apresentação gráfica	Criatividade
X				
Rita				
Soraia				
Margarida				
Y				
Catarina				
Isabel				
Jéssica				

Forma de registo: B –Bom , S – Satisfaz e NS – Satisfaz.



ATIVIDADE Nº 4

Economia A – 11º Ano

Unidade 11- A intervenção do Estado na economia.

11.2 – A intervenção do Estado na economia

11.2.2 – Instrumentos de intervenção económica e social do Estado

PROBLEMA Nº4 – PORTFOLIO DIGITAL

Para resolver o problema proposto vão trabalhar em grupos de Aprendizagem Cooperativa.

Na aprendizagem cooperativa o lema é: “*Só alcançarás a tua meta se, e só se, os teus colegas a alcançarem contigo*”. Pelo que todas as alunas têm duas responsabilidades: aprender umas com as outras e com a professora; e procurar que todos os elementos aprendam o mesmo. O sucesso depende do esforço de todas as alunas, se uma aluna falhar, o grupo falha

A atividade que vão desenvolver é a STAD.

Objetivos:

- » Criar o portfolio digital .
- » Compreender a importância da intervenção do Estado na Economia.
- » Implementar em sala de aula trabalho de grupo de aprendizagem cooperativa



Duração: 60 Minutos



Recursos:

- Internet, computadores
- Documentos das aulas anteriores
- Manual de Economia A
- Caderno diário



Procedimentos:

Todos os elementos do grupo:

1. Apresentam propostas para o nome do endereço electrónico e site;
2. Debatem a estrutura do site.
3. Definem a estrutura, organizam a informação dos documentos criados nas aulas anteriores, fazendo a sua partilha através do Google docs:

Atividade	Grupo responsável	Documento
1	Y (Catarina , Isabel e Jéssica)	Resumo



Escola Josefa de Obidos

2	X Y	Despesas Públicas Receitas Públicas
3	X	Ficha de trabalho do OE2012

4. Confrontam os documentos já existentes e sugerem filmes, links, artigos,... a colocar no site;
5. Apresentam as suas sugestões à turma e procede-se à seleção.
6. Inserem o material no site, dividindo as tarefas:
O grupo X fica responsável pela criação do endereço electrónico e respectivo site.
O grupo Y fica responsável pela redação da “**Introdução**” do site.
7. Fazem a escolha da apresentação gráfica do site e a aprovação da “**Introdução**”, **em turma**.
8. Procedem à inserção dos documentos:
O grupo X fica responsável pela inclusão dos documentos da atividade 2 e 3..
O grupo Y fica responsável pela inclusão da **Introdução** do site e documentos da atividade 1 e 2.
9. Inserem no site os outros documentos , filmes, apresentações em Power point ou links seleccionados anteriormente.
10. Fazem a revisão do site.

INQUÉRITO

No âmbito da disciplina de Iniciação à Prática Profissional III, os alunos do Mestrado em Ensino de Economia e Contabilidade desenvolvem a sua prática lectiva supervisionada numa turma seleccionada com a orientação de um professor cooperante. O presente inquérito a que vais responder servirá para conhecer um pouco melhor a turma em que serão leccionadas as aulas com o intuito de facilitar o processo de ensino - aprendizagem.

Aluno da ESJO do 11º ano Turma C

Nome: _____ Idade: _____

Residência: _____

Como te deslocas para a escola ? ☐ A pé ☐ Transporte público ☐ Carro particular

Andas sozinho na rua ? ☐ Sim ☐ Não

Percurso escolar

Já repetiste algum ano ? ☐ Sim ☐ Não. Se Sim . Que ano ? _____

Porque escolheste Economia A ? ☐ Interesse na disciplina ☐ Sugestão dos pais

☐ Foi a escolha das colegas ☐ Outra. Qual ? _____

Qual a tua disciplina preferida ? _____

Qual a disciplina em que tens mais dificuldades ? _____

Pretendes tirar um curso superior ? ☐ Sim ☐ Não.

Se Sim . Qual ? _____

Qual a profissão dos teus pais ? Mãe _____ Pai _____

Gostas de usar o computador ? ☐ Sim ☐ Não.

Tens computador em casa ? ☐ Sim ☐ Não. E acesso à Internet ? ☐ Sim ☐ Não.

Gostas das aulas com utilização de recursos audiovisuais ? ☐ Sim ☐ Não.

Tempos livres

Que locais costumavas frequentar nos teus tempos livres ? ☐ Cinema ☐ Teatro ☐ Cafés

☐ Centros comerciais ☐ Bibliotecas ☐ Jardins ☐ Ginásios ☐ Bares/Discotecas

☐ Outros. Quais ? _____

Costumas ver Televisão? ☐ Sim ☐ Não.

Se sim. Quais os programas ? ☐ Documentários ☐ Entrevistas ☐ Telejornal ☐ Debates

☐ Telenovelas ☐ Filmes ☐ Outros. Quais ? _____

As reportagens económicas despertam o teu interesse ? ☐ Sim ☐ Não.

Se sim. Quais ? _____

Tens o hábito de ler o Jornal ? ☐ Sim ☐ Não.

Se sim. Qual ? _____

Qual o último livro que leste ? _____

O livro que mais te marcou _____

Qual o último filme que viste ? _____

O filme preferido _____

Qual o último local que visitaste ? _____

O local / a viagem que mais te encantou _____

O teu sonho é _____

Muito obrigada pela colaboração

Susana Castro

Outubro / 2011

INQUÉRITO

No âmbito da disciplina de Iniciação à Prática Profissional III e IV, os alunos do Mestrado em Ensino de Economia e Contabilidade desenvolvem a sua prática lectiva supervisionada numa turma seleccionada com a orientação de um professor cooperante. O presente inquérito a que vais responder servirá para conhecer um pouco melhor a turma em que foram leccionadas as aulas com o intuito de facilitar o processo de ensino - aprendizagem.

Alunas do 11ºano turma C da ESJO

Classifica cada uma das afirmações seguintes numa escala de 1 a 5, de concordo totalmente a discordo totalmente, colocando um **X**.

1-Concordo totalmente 2-Concordo 3-Não concordo nem discordo 4-Discordo 5-Discordo totalmente					
1	Às vezes fico nervosa com o meu trabalho em sala de aula.	1	2	3	4 5
2	Eu quero realmente fazer um bom trabalho em sala de aula.	1	2	3	4 5
3	Frequentemente tenho que fazer coisas aborrecidas em sala de aula	1	2	3	4 5
4	A turma é muito agradável.	1	2	3	4 5
5	Se tentar, geralmente consigo gerir o trabalho em sala de aula	1	2	3	4 5
6	Eu realmente não me preocupo muito com as notas.	1	2	3	4 5
7	A minha professora é a única que decide o que acontece em sala de aula.	1	2	3	4 5
8	A minha professora demora muito tempo a classificar os meus trabalhos e raramente escreve comentários	1	2	3	4 5
9	A turma tem um ritmo muito fácil para mim.	1	2	3	4 5
10	Estou sempre muito preocupado com o meu trabalho em sala de aula.	1	2	3	4 5
11	Nunca trabalhamos em grupo em sala de aula.	1	2	3	4 5
12	Eu sinto que tenho uma palavra a dizer sobre o que acontece na turma	1	2	3	4 5
13	Às vezes, nós trabalhamos e somos classificados em grupo.	1	2	3	4 5
14	A turma faz-me sentir infeliz.	1	2	3	4 5
15	Na turma acontecem coisas interessantes.	1	2	3	4 5
16	A minha professora quase sempre me diz logo porque é que eu tive aquela nota.	1	2	3	4 5

Fonte: Arends (1995).

Muito obrigada pela colaboração

Susana Castro

Fevereiro/ 2012



UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

MESTRADO EM ENSINO DE ECONOMIA E CONTABILIDADE

INTRODUÇÃO À PRÁTICA PROFISSIONAL

DIÁRIO DE CAMPO

Docentes: Ana Paula Curado

Tomás Patrocínio

Discente: Susana Castro

Dezembro 2011

Data / Local

Atividade / Descrição

Reflexão / Comentários

12 Setembro 2011 / Faculdade de Ciências (UL)

Reunião conjunta dos alunos do Mestrado em Ensino da Economia e Contabilidade e corpo docente, na qual foram apresentadas as sugestões de locais para a prática pedagógica.

No meu caso ficou alinhavada a possibilidade de efetuar a prática pedagógica na ESJO-Escola secundária Josefa de Óbidos, com a supervisão da professora Maria João País. O horário é compatível com o horário da Faculdade e permite uma só dormida em Lisboa.

14 de Setembro 2011 / Casa

Pesquisa na internet da localização da escola.

No site da escola, constatei que a Escola Secundária Josefa de Óbidos está integrada no agrupamento de escolas Padre Bartolomeu de Gusmão, sendo uma escola com 2º/3º ciclos e ensino secundário. A rede escolar de 2011/12 é composta por um total de 570 alunos, distribuídos por:

Ano de escolaridade	Nº de turmas
5ºano	7
6ºano	8
7ºano	7
8ºano	4
9ºano	4
CEF (tipo2 e3)	2
10ºano (Ciências e Tecn/Linguas e Hum/Profissional TecnVnds)	3
11ºano (Ciências e Tecn/Linguas e Hum/Ciências Socio-Ec)	3
12ºano (Ciências e Tecn/Linguas e Hum/Profissional TecnVnds)	3

<http://www.e-josefadedebidos.edu.pt/ejo.html>

Estou ansiosa por conhecer a escola...

19 Setembro 2011 / Escola Secundária Josefa de Óbidos

Ida à escola.

Pesquisa do caminho mais rápido para a Escola – quais os acessos de transportes públicos e tempo da viagem. Existe metro até ao Rato e depois tem se 2 autocarros o 709 e o 749. O primeiro pára junto ao cemitério e o segundo pára mesmo em frente à entrada da escola. O percurso é de mais ou menos 15min.

Nos vidros exteriores da biblioteca da escola, vi que a turma com que iria trabalhar – 11ºano turma C, era constituída por 7 alunas. (documento em anexo)

A primeira impressão da escola foi muito boa. Gostei muito do edifício exterior, completamente renovado (recolhi dados no site da ParquEscolar):

Escola Secundária de Josefa de Óbidos

O projeto de intervenção reflete as diretrizes definidas pelo Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário, bem como as novas exigências decorrentes do projeto educativo da escola, dos modelos de ensino-aprendizagem contemporâneos e dos atuais parâmetros de qualidade ambiental e de eficiência energética.

A par da melhoria das condições de uso, de gestão e de manutenção, procedeu-se à reorganização global do espaço da escola e à sua ampliação para nordeste e noroeste através da construção de dois corpos de dois pisos cada, articulados ao existente. O corpo nordeste define a nova entrada da escola, com ligação aos serviços administrativos e de direção, e acomoda a biblioteca e um novo ginásio ligado ao existente. O corpo noroeste alberga o novo espaço de refeitório/cozinha no piso térreo, com acesso direto pelo exterior, e um conjunto de salas de aula no piso elevado, diretamente conectadas com as restantes áreas letivas.

Os espaços exteriores, que incluem uma zona de esplanada adjacente ao bar, foram redesenhados, permitindo aumentar a área permeável e a arborização e regar o estacionamento

Reparei que no recreio existiam muitas crianças a brincar e a jogar à bola.

A zona onde a escola está inserida não é muito movimentada, do lado direito encontra-se o edifício da Presidência do Conselho de Ministros, nas traseiras da escola está a Igreja Paroquial dos Prazeres e o Colégio dos Salesianos. Existe um

supermercado, cafés e pequenas lojas de comércio local junto à escola. É uma zona relativamente calma-não se vê muitas pessoas na rua.

Na aula de didática de economia comentei com a Prof Maria João a minha ida à escola, e a professora informou-me do melhor autocarro para chegar à escola.

26 de Setembro de 2011 / Instituto de Educação

Combínei com a professora Maria João a 1ª aula observada para o dia 28 de Setembro – 4ªfeira às 8.15h, juntamente com o Filipe. Solicitei a planificação anual e da unidade didática.

27 de Setembro de 2011 / Casa

Pesquisa no site da escola.

Constatei que a turma do 11ºano C estava incorporada na turma do 11ºano turma B (turma de humanidades), ou seja, têm em conjunto as disciplinas de Português, Filosofia, inglês, Geografia A e Educação Física. (horários em anexo)

Para mim foi uma novidade, nunca tinha visto este tipo de junção. No entanto, faz-me pensar o porquê de não terem juntado à turma A (Ciências e Tecnologias) e ao mesmo tempo parece-me uma solução interessante, uma vez que permite que os alunos possam manter a sua opção. Tenho que indagar...

28 de Setembro de 2011 / ESJO

1ªaula observada do 11ºano turma C de Economia A

Descrição da sala

É uma sala de aula com muita iluminação, a parede nascente é constituída por grandes janelas, na parede sul estão colocados 2 quadros brancos, na parede poente encontra-se a porta de entrada para a sala, tendo esta a particularidade de ser envidraçada, e no fundo da sala (parede sul) existem 2 armários. Na sala existem 30 carteiras e a secretária do professor. Em termos das novas tecnologias, na sala há

um computador com acesso à Internet e acesso ao data show que tem colunas incorporadas. Não tem quadro interativo.

A disposição das alunas e professora na sala de aula é a seguinte:

Secretária da professora Computador com acesso à Internet	Quadro branco Projeção de DataShow	Quadro branco
	Margarida / Catarina	Rita / Jersica
	Isabel / Soraia	

Descrição da aula observada

Cheguei à escola um pouco mais cedo, encontrei-me com a Prof Maria João e o Filipe no átrio da escola. A Prof. deu-nos um plano da aula e uma cópia da notícia, a planificação da unidade didática e o plano anual.

No início da aula, foi feita a apresentação dos professores estagiários – eu e o Filipe, e das alunas. (neste momento foi feito o controlo das presenças-faltou a Margarida).

O sumário da aula foi escrito no quadro, no qual foi referido o início do estudo da unidade didática 9 (Noções e funções da Contabilidade Nacional).

A prof^a mandou abrir o manual na pág 30 e fez a distribuição de uma notícia a cada uma das alunas. A prof. fez a leitura do título da notícia e explicou que com a mesma pretendia que as alunas entendessem para que é que serve a Contabilidade Nacional. Seguidamente, cada uma das alunas leu a notícia individualmente e no final a professora fez uma leitura da mesma, alertando para os fatos da notícia relevantes, isto é, foi feita uma explicação pormenorizada da notícia oralmente – através de um diálogo de pergunta/resposta (implicando toda a turma). As alunas cooperaram, respondendo e fazendo perguntas, e a professora esclareceu todas as dúvidas. O uso de exemplos foi constante, fazendo no final uma síntese de todos os conceitos abordados e obtendo a definição e funções da Contabilidade nacional. A

profª registou no quadro e solicitou às alunas que passassem para os seus cadernos diários. Durante a explicação oral da notícia, a profª deslocou-se por toda a sala, questionando todas as alunas e dando apoio individualizado quando solicitado.

Após ter perguntado se existiam dúvidas, passou-se para a revisão dos conceitos dados nas aulas anteriores e a introdução do conceito de território. Através do diálogo prof/alunas e com várias perguntas e exemplos chegou-se aos conceitos de território económico e de território geográfico. No entanto, as dúvidas persistiam, pelo que a profª pediu às alunas para pensarem em conjunto e verem novos exemplos. A profª explicou novamente as diferenças e esclareceu individualmente as alunas.

Para sedimentar os conhecimentos a professora mandou resolver os exercícios da pag 32 (ex2) e pag 33 (ex3) (e exercício 1 da pag30 para tpc). A professora foi tirando dúvidas às alunas à medida que resolviam os exercícios. Na aula foi feita a correção dos exercícios 2 e 3.

A professora mandou guardar os livros e informou que na próxima aula iam entrar na Contabilidade Nacional.

Reflexão:

Na minha opinião, a aula correu bem. As alunas participaram e adquiriram conhecimento. O ambiente na sala de aula foi descontraído.

A exploração inicial da notícia foi uma estratégia que resultou perfeitamente, uma vez que imprimiu uma dinâmica na sala de aula, permitindo, por um lado, que as alunas descobrissem por si a definição e funções da Contabilidade, e por outro lado, sensibilizou as alunas para a importância dos assuntos abordados nas notícias do jornal - assuntos interessantes e mais fáceis de interpretar do que muitas vezes parece.

A deslocação da professora pelas carteiras das alunas, obriga-as a estarem atentas e participativas ao longo da aula. É uma boa forma de controlar a evolução da aula.

O registo no quadro dos conteúdos abordados é uma boa técnica de síntese e o fato de as alunas passarem para o caderno diário ajuda na assimilação dos conhecimentos.

A introdução do conceito de território foi um pouco forçada, e tal notou-se, nas diversas dúvidas que as alunas foram apresentadas. Mas, com os vários exemplos apresentados, as alunas ficaram esclarecidas.

Os exercícios efectuados do manual no final de aula foram suficientes e esclarecedores. A correção dos mesmos foi um tanto rápida.

O plano de aula foi totalmente cumprido, as alunas mostraram-se interessadas e participativas.

No final da aula, a Professora Maria João fez uma visita guiada à escola, conhecemos as instalações e apresentou-nos os órgãos de Direção da ESJO e colegas de grupo.

3 de Outubro de 2011 / Instituto de Educação

Esclarecimento de dúvidas

Conversei com a professora Maria João sobre a aula que tinha observado, e esclareci as minhas dúvidas relativamente ao funcionamento da turma (a junção da turma com a turma de humanidades e não de ciências deveu-se ao menor numero de alunos na turma de humanidades).

Questionei o aproveitamento das alunas, a professora Maria João disse-me que era bom, no entanto são alunas com uma vivência muito reduzida e com interesses limitados às Telenovelas, Talk-shows e séries televisivas .

4 de Outubro de 2011 / ESJO

2ª aula observada

Cheguei à escola mais cedo e estive a fazer uma visita à escola:

Descrição da ESJO

A escola tem condições físicas muito boas, tendo vários espaços verdes – jardins interiores e tem espaços de movimentação muito amplos, onde a circulação é muito facilitada. A escola tem todas as condições para pessoas com mobilidade reduzida. As salas de aula são grandes, arejadas e iluminadas (é de salientar, o pormenor que a porta de todas as salas é em vidro).

No átrio da escola chama-nos logo a atenção a exposição de material de artesanato.

A cantina é arejada e muito agradável. Os seus principais utilizadores são os alunos do 2º e 3º ciclos

O bar, apoia em conjunto alunos e professores, está munido de uma grande variedade de alimentos, tendo muito sucesso junto dos alunos. Nos intervalos transforma-se numa zona muito barulhenta e confusa.

A reprografia/papelaria é muito moderna, vendendo uma grande variedade de materiais escolares.

A Sala da Direção, a sala de atendimento aos Encarregados de Educação e a sala de Diretores de Turma são todas próximas, localizando-se ao longo de um corredor com ligação a um jardim interior.

Os Serviços administrativos estão localizados numa só sala ampla e de acesso direto ao átrio da escola.

A biblioteca da escola dispõe de um espaço próprio para trabalhar com os computadores, compostos por 8 secretárias com computadores mono-posto (Windows 2007) com acesso à Internet. (junto documento com as regras de utilização dos computadores). Na biblioteca, fiz uma entrevista informal à professora bibliotecária, para tentar perceber quem eram os alunos que frequentavam a biblioteca e que livros requisitavam. A professora informou-me que os alunos que frequentam a biblioteca são maioritariamente alunos do 3º ciclo, requisitando livros de aventuras. No

entanto, relativamente às pesquisas na internet, já se dirigiam à biblioteca alunos do secundário. Encontrei umas alunas do 9º ano a fazer pesquisa para um trabalho de grupo para Formação cívica sobre os ODM.

Na página da escola estão disponíveis os horários dos serviços, atendimento dos Diretores de Turma aos encarregados de educação e a constituição das turmas e respectivos horários.

Descrição da aula observada

A aula teve início com o controlo da assiduidade e o registo do sumário no quadro. A professora entregou-me o plano de aula e a folha com os exercícios.

A professora começou por fazer a revisão dos conceitos dados na última aula, através do diálogo pergunta/resposta com todas as alunas e mencionou o novo conceito que seria ser dado na aula. Foram dados vários exemplos e variadas perguntas.

A professora distribuiu uma folha pelas alunas, e explicou os exercícios e as perguntas da folha. As alunas começaram a fazer o primeiro exercício individualmente, enquanto o resolviam a professora circulou pelas várias alunas e acompanhou a evolução da resolução do mesmo. A professora faz a correção e pede às alunas para explicar a múltipla contagem.

Então, a professora diz às alunas que já estão preparadas para avançar para o segundo exercício (seguindo a mesma estratégia que no exercício anterior), no final é feita a correção - ditando as respostas para as alunas e acompanhando o registo de todos os dados. Para terminar, as alunas são confrontadas com a pergunta de como poderão ultrapassar o problema da múltipla contagem. As alunas acabam por descobrir que é através do método dos valores acrescentados.

A professora regista no quadro um resumo da resolução do exercício e explica-o. Seguidamente, a professora diz para verem o exemplo presente no manual. No outro quadro, a professora começa por registar como seria resolvido o exercício segundo o outro método, isto é, o método dos produtos finais - mencionando em que páginas do

manual está a matéria, explicando pormenorizadamente as diferenças relativamente ao outro método. A professora resume explicando novamente os dois métodos.

Para terminar a professora sugere que se resolva o exercício do manual no quadro, a Margarida prontificou-se para o fazer. A professora informou que iriam fazer todo o exercício e começou por ler o primeiro passo, seguida pela leitura de cada passo do exercício por cada uma das alunas. A Margarida foi ajudada pelas colegas na resolução do exercício, pelo que todas as alunas participaram. No final, a professora recapitulou e resumiu os dois métodos.

A professora marcou para tpc os exercícios 1 e 2 da pag 76 e o exercício 14 da pag 49.

Reflexão:

A aula correu bem, as alunas estiveram atentas, participaram e resolveram os exercícios propostos.

O confronto dos dois métodos utilizando os dois quadros da sala de aula foi uma excelente medida para as alunas constatarem as diferenças entre os métodos.

Na minha opinião, a resolução do exercício do livro foi uma medida bem aplicada, que facilitou a aquisição de conhecimento por parte das alunas.

A Margarida, aluna popular e bem disposta, proporcionou um clima muito agradável e empenhou-se muito na resolução do exercício. O fato de todas as alunas participarem na leitura do exercício fomentou a participação de todas na resolução do mesmo. As alunas dispersaram um pouco, mas a professora calmamente chamou a atenção.

O plano de aula foi ligeiramente alterado, no entanto, na minha opinião melhorou a aula.

10 de Outubro de 2011 / Instituto de Educação

Solicitei à prof Maria João o pedido ao Diretor de turma – Prof Rui Vasconcelos (professor de história) das notas do ano anterior e se possível, uma caracterização da turma.

11 de Outubro de 2011 / ESJO

3ª aula observada

Fui à escola e pedi à profª Maria João para realizar um inquérito às alunas com o objetivo de conhecer melhor a turma com quem iria trabalhar

Descrição da aula observada

A aula iniciou-se com a solicitação de preenchimento do inquérito por parte das alunas.

As alunas prontificaram-se para preencher o inquérito e à medida que foram surgindo dúvidas, foram imediatamente esclarecidas.

Após a entrega dos inquéritos preenchidos, a professora iniciou a aula com a redação e escrita do sumário.

Relembrando o que tinha sido dado na aula anterior, nomeadamente os conceitos de amortização e de consumo de capital, a professora através do diálogo pergunta/resposta chegou à fórmula de cálculo de Produto Líquido e de Produto Bruto (utilizando também a associação a salário bruto e líquido).

A professora registou no quadro um exemplo, com dados de Produto Bruto e de Amortizações e solicitou oralmente o cálculo do Produto Líquido, procedendo ao registo no quadro. As alunas passaram para os seus cadernos diários.

Com base em exemplos e fazendo o registo no quadro dos conceitos, as alunas concluíram o que diferencia o Produto Interno do Produto Nacional, As alunas passaram para o caderno diário os conceitos.

Por fim, a professora apresentou a fórmula que relaciona o Produto nacional com o Produto Interno e registou no quadro.

A professora disse às alunas para fazerem os exercícios: nº16 da pag 53 e nº17 da pag 54. Durante a realização dos mesmo a professora acompanhou individualmente cada uma das alunas e corrigiu-os.

Reflexão:

Na aula a professora optou pelo método expositivo e interrogativo, ao qual as alunas cooperaram.

A aula teve um encadeamento lógico que passou pela apresentação dos conceitos, registo no quadro e pela realização dos exercícios do manual para aprofundar os conhecimentos.

É de salientar, que o fato de ser uma turma tão pequena é possível fazer uma acompanhamento individualizado das alunas.

Na minha opinião, o enriquecimento da aula passa pela variedade e quantidade de exemplos que são apresentadas - resultantes da larga experiência.

17 de Outubro de 2011 / Instituto de Educação

Analísamos em conjunto com a Profª Maria João, a planificação da unidade didática e combinamos as aulas que eu e o Filipe iríamos leccionar.

7 e 14 de Novembro de 2011 / Instituto de Educação

Preparação das aulas a leccionar, esclarecimento de dúvidas com a Prof. Maria João

22 de Novembro de 2011 / ESJO

1ª aula observada pela Prof. Maria João

Cheguei à escola mais cedo e fui para a biblioteca testar o power-point no computador. Desloquei-me à sala de aula, e como não estava ocupada, acabei por

testar novamente o power point na sala de aula. Deixei tudo preparado e dirigi-me à sala de professores para me encontrar com a Profª Maria João.

Comuniquéi às alunas que era eu quem ia dar a aula.

Iniciei a aula com a projeção do Power Point ,com slide 1 - o sumário. As alunas registaram o sumário no seus cadernos diários. A projeção dos restantes slides foi feita ao longo da exposição dos conceitos, acompanhada pelo diálogo pergunta / resposta. As alunas demonstraram grande interesse pelas imagens e responderam ativamente a todas as perguntas.

Com os primeiros slides fiz uma revisão de conceitos das aulas anteriores (teoria das vantagens absolutas, teoria das vantagens comparativas e DIT). Através de uma comparação entre os registos na Contabilidade nacional, na contabilidade empresarial e no comércio internacional, as alunas chegaram à conclusão que existiria um instrumento próprio para os registos do Comércio Internacional – balança de pagamentos

Posteriormente à apresentação do Banco de Portugal (BP) como entidade responsável, solicitei à aluna Isabel, a leitura de um documento informativo do BP, na qual é mencionada a descrição sumária da balança de Pagamentos e a metodologia utilizada.

Na apresentação do slide 7, solicitei às alunas a abertura do manual na pag.89, interpretamos em conjunto a informação apresentada.

No slide 11, na explicação do princípio das partidas dobradas a Isabel colocou uma questão muito pertinente : “Como se fazia o registo de um IDE?”- De imediato, passei para o quadro e efetuamos o registo do movimento em questão.

Na apresentação dos slides até ao slide 18, as alunas mostraram-se muito interessadas e interpretaram muito bem as imagens, chegando a sugerir outras imagens que poderiam evidenciar os fluxos em causa.

No slide 19, foi feita uma apresentação sumária, uma vez que estes conteúdos irão ser aprofundados nas próximas aulas.

Com a resolução e correção do exercício do slide 20 foi feita uma síntese da aula.

Com a apresentação das notícias, fiz novamente uma revisão da aula e alertei para a importância de ler o jornal e estar atualizado.

Apresentei o slide com o tpc. (as alunas mostraram receptividade)

Encerrei a aula questionando as alunas se tinham gostado da aula, o que tinham aprendido e se tinham sugestões de mudança.

Reflexão:

Gostei imenso da aula.

Saí da sala com a sensação de "função cumprida".

As alunas cooperaram durante toda a aula, colocaram questões pertinentes e interessantes. Notei que as alunas gostaram imenso do Power-point e fizeram uma identificação direta das imagens com os conceitos.

A aula decorreu num ambiente calmo e descontraído, não existindo tempos mortos. O clima da sala de aula promoveu a aprendizagem e o comportamento das alunas foi exemplar.

Funcionou muito bem o diálogo pergunta /resposta. As alunas gostam de participar e gostam de descobrir. O método expositivo aliado ao interrogativo funciona muito bem com estas alunas - consegue-se que todas participem, umas de uma forma mais espontânea e outras questionando diretamente.

A planificação da aula foi cumprida e feita de acordo com o programa da disciplina de Economia A. Os recursos foram adequados às idades e aos interesses das alunas.

A integração das TIC foi uma mais valia para o processo de ensino aprendizagem, as alunas adoraram as imagens e fizeram sugestões.

As alunas aprenderam os conteúdos.

A avaliação da aula foi feita através da correção do exercício, na qual evidenciaram que tinham aprendido os conceitos e do registo da participação das alunas na respectiva grelha. As alunas participaram na sua avaliação quando foram questionadas no final da aula. (Não apresentaram sugestões)

28 de Novembro de 2011 / ESJO

2ª aula observada pela prof Maria João e pelo Prof Tomás Patrocínio

Por coincidência encontrei o Prof Tomás no autocarro. Chegamos à escola e fomos ter com a Profª Maria João à sala de professores. Como a sala estava ocupada, tive que esperar pela saída dos alunos para poder experimentar o power point no computador. O professor que estava a ocupar a sala, não estava co grande vontade de a desocupar pelo que tive aqui alguns momentos de desespero. Acabei por só conseguir entrar na sala quando tocou para a entrada...

As alunas atrasaram-se um pouco, perguntei à Rita – única aluna dentro da sala de aula a razão do atraso, e ela explicou-me que tinham tido teste de matemática na aula anterior, e ela estava ali porque não frequentava matemática.

Ao fim de 10 minutos, já estavam todas as alunas na sala de aula (um pouco mais agitadas do que o normal).

Iniciei a aula com a projeção do sumário, solicitei às alunas o seu registo. Comuniquei queias eram os objetivos da aula

Através da apresentação/explicação dos slides 2 a 7 e da correção da ficha de tpc da aula anterior (com esclarecimento das duvidas) fiz uma revisão dos conteúdos dados nas ultimas aulas

Fiz a introdução dos novos conceitos com o apoio de vários recursos: slides do power-point, filmes e leitura de um excerto do livro, através do diálogo pergunta /

resposta. utilizei tabelas com dados atuais e solicitei às alunas o registo desses valores nas respetivas tabelas do seus manuais.

Com a visualização dos filmes imprimi ritmo à aula e despertei o interesse das alunas. Os assuntos surgiram de uma forma espontânea e utilizei o quadro para registo e auxílio na explicação das várias questões que foram surgindo.

O preenchimento da tabela após o visionamento do filme obrigou as alunas a estarem atentas à sua projeção.

Chamei a atenção da Isabel e da Soraia, de uma forma calma, duas vezes, dado o seu comportamento (estavam a contar umas moedas). Acataram a chamada de atenção e cooperaram na restante aula.

Quando fizemos a correção do tpc, relativo à procura de notícias no jornal relacionadas com o Comércio Externo, somente a Rita é que tinha feito o tpc. Perante este fato, utilizei notícias de jornal que já tinha anteriormente recolhido, dada a eventualidade de as alunas não terem feito os tpc- distribuindo uma notícia por cada par de alunas. A análise das notícias foi rápida, fazendo apenas a leitura do título da mesma e a associação ao comércio internacional e possíveis registos.

A síntese da aula foi feita através da resolução do exercício 17 da pag 103 do Manual e com uma explicação oral acompanhado por registo no quadro.

Reflexão:

Gostei muito de dar a aula.

Senti no final da aula um pouco de falta de tempo, pelo que a síntese da mesma foi um pouco apressada. Não tive tempo de envolver as alunas na avaliação.

O uso das notícias dos jornais não foi totalmente aproveitado, no entanto também não era esse o objectivo final, o importante era as alunas aperceberem-se que os temas dados nas aulas fazem parte da realidade económica e estão espelhados na atividade diária dos agentes económicos.

A planificação foi cumprida e integra-se no programa de Economia A. Os recursos foram adequados aos conteúdos e às alunas, promovendo a aprendizagem, criando um clima de sala de aula descontraído.

A integração das TIC, revelou-se novamente, como um fator diferenciador e potenciador da aquisição de conhecimento. A comunicação com as alunas fluíu de uma forma natural e eficaz, o meu entusiasmo e gosto, conjuntamente com a atitude recetiva e participativa das alunas, anunciou evidências da aprendizagem.

O comportamento das alunas foi bom, embora em aulas anteriores, tivessem tido melhor comportamento. No entanto, esta alteração de comportamento parece-me externa à aula.

As estratégias e metodologias utilizadas resultaram, as alunas envolveram-se na aula, todas participaram e tiveram uma atitude interessada (registo na grelha de observação).

Na avaliação formativa - aplicação dos conhecimentos (realização do exercício do manual) não revelaram dificuldades

Nota:

Na reunião que tivemos no final da aula, a prof Maria João comentou que a utilização de recursos tinha sido excessiva na aula, nomeadamente a leitura do livro e o uso das notícias do jornal.

Aceitei esta crítica e após uma reflexão sobre a mesma, não consigo concordar.

As razões para o meu desacordo são as seguintes:

- as alunas têm uma vivência muito limitada,
- os jornais não fazem parte do quotidianos das alunas.
- os livros económicos muito menos,

Logo tudo o que se lhes possa mostrar é gerador de mais valia (mesmo que não seja totalmente explorado). Não faltarão oportunidades para o fazer.

A minha intenção era mostrar às alunas quais os meios que têm à sua disposição para se tornarem pessoas detentoras de conhecimento. Nas suas memórias, ficará ou pretendo que fique, a utilização de jornais e livros em sala de aula e não apenas o manual e o discurso do professor.

Dezembro de 2011 / Casa

Em 4 de Dezembro recebi a pauta de avaliação das alunas do 10º ano. O aproveitamento das alunas é bom, destacando-se pela positiva a aluna Isabel.

REFLEXÃO FINAL

Após o contato com a turma do 11º ano C e a necessidade de encontrar um problema pedagógico/didático na turma, encontro-me um pouco perdida.

Junto uma listagem do que me criou curiosidade / despertou interesse, após a estadia na ESJO:

- ✓ O número reduzido de elementos da turma- SEIS e todas MENINAS.
- ✓ Os resultados do inquérito apontam para uma falta de interesse para a realidade económica por parte das alunas.
- ✓ A “homogeneidade” de interesses e de vivências das alunas.
- ✓ A junção da turma de Socio-Económicas com Humanidades.

Por outro lado:

- ✓ a temática da unidade 11 – A intervenção do estado na Economia (unidade que irei lecionar em IPP4)
- ✓ o meu interesse pessoal pelo tema do Crescimento Económico vs Desenvolvimento Humano
- ✓ o atual momento de crise económica que vivemos.

Atendendo ao exposto anteriormente, optei por iniciar a elaboração de um projeto de intervenção em sala de aula, no qual pretendo utilizar estratégias diversificadas, nomeadamente cooperativas, como veículo para a abordagem da Economia Social. A situação económica atual enquadra-se perfeitamente na sub-unidade que pretendo lecionar - “Os instrumentos de intervenção do Estado na Economia” e a Economia Social surge como um imperativo no atual contexto.

Colocando um pouco de lado, o meu tema de paixão (Crescimento Económico vs Desenvolvimento Humano), sinto-me entusiasmada com a oportunidade que surgiu/encontrei, é um desafio despertar em alunas “alheias” da realidade económica a emergência da Economia Social.

Vou arriscar,

parece-me que a oportunidade, é demasiado boa para deixar passar...

ANEXOS:

Pdf turma 11C1112

Pdf 11c horário

Pdf 11b horário

Inquérito às alunas

Pauta de avaliação

Ficha com as regras na biblioteca

Planificações da prof Maria João.

Material da aula de 22 Nov

Planificação das aula, grelha de observação e recursos

Material da aula de 28 Nov

Planificação das aula, grelha de observação e recursos